UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA – DAM
NÍVEL MESTRADO

MARIA EDI DA SILVA

DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DOS CICLOS FESTIVOS

Recife
2011

MARIA EDI DA SILVA

DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DOS CICLOS FESTIVOS

Dissertação apresentada objetivando a obtenção do grau de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos

Co-Orientadora: Dra. Mísia Reesink

Recife

2011

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291.

S586d Silva, Maria Edi da.
Diversidade religiosa na escola pública : um olhar a partir das manifestações populares dos ciclos festivos / Maria Edi da Silva. - Recife: O autor, 2011.
109 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Roberta Bivar Carneiro Campos.
Co-orientadora: Prof.ª Dr.ª Mísia Reesink.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2011.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Antropologia. 2. Espaços públicos. 3. Escolas públicas. 4. Pluralismo religioso. 5. Religiosidade. 6. Feriados e festas cívicas. I. Campos, Roberta Bivar Carneiro (Orientadora). II. Reesink, Mísia (Co-orientadora). III. Titulo.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2011-89)

MARIA EDI DA SILVA

DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DOS CICLOS FESTIVOS

Dissertação apresentada objetivando a obtenção do grau de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos

Co-Orientadora: Dra. Mísia Reesink

Aprovada em 27/05/2011.

Profª Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos
Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora

Profª Dra. Misia Lins Reesink
Universidade Federal de Pernambuco
Co-Orientadora

Profº Dr. Bartolomeu Tito Figueirôa
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Interno

Profª Dra. Lívia Fialho
Universidade do Estado da Bahia
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Para minha mãe, Luiza Costa, *in memorian*

Melhor me dou sem despedida
Para evitar
Dar certidão de minha ausência –
Se eu procurar

Onde a deixei vou encontrá-la
Suponho eu –
É assim que nunca sinto falta
De quem morreu.
(Emily Dickinson)

Agradeço às escolas/campo de pesquisa, minhas colegas professoras, aos responsáveis pelos alunos e em especial às crianças por dividirem comigo essa experiência.

Agradeço à minha orientadora Roberta Campos pela sua generosidade e confiança desde o primeiro momento em que nos encontramos.

Agradeço à minha co-orientadora Mísia Reesink pelo carinho e atenção.

Agradeço ao meu pai Jorge Pedro, minha família e amigos por sempre acreditarem em mim.
Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia por me receber como aluna.

Aos professores Parry Scott, Liana Lewis, Lady Selma, Roberto Motta e Sérgio Abranches por contribuírem com minha formação acadêmica.

Meus companheiros de turma Bia Koslinsk, Núbia Michela, Tati Vieira, Sandro Lobo, Thiago Bianchetti, Aninha Luiza, Guru Maux, Paulo Anchieta, Joaquim Izidro e especialmente Jailma Oliveira por tantos desabafos e risadas na calada da noite.

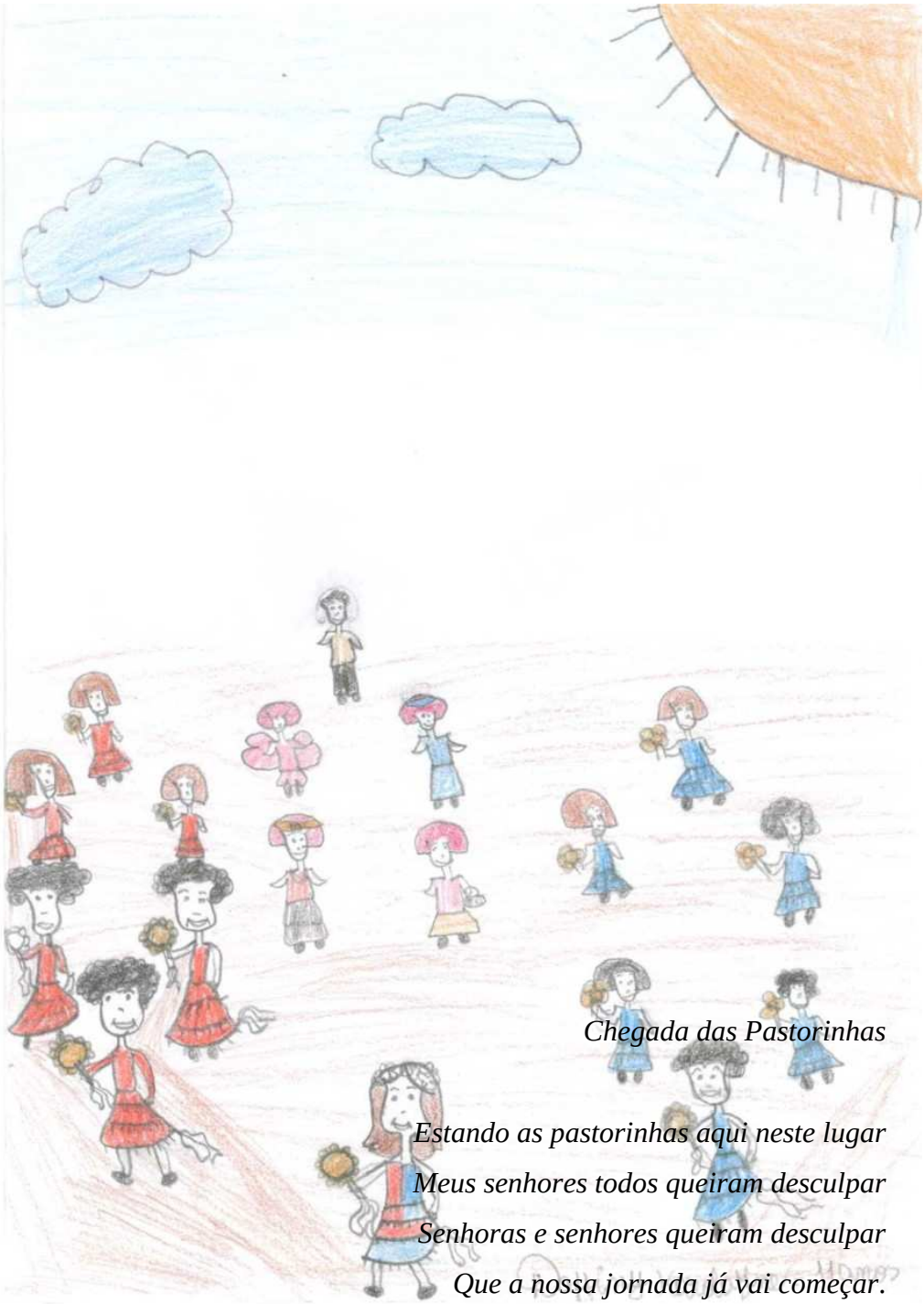
Eternamente grata ao querido Greilson Lima.

Agradeço à amizade de Lúcia Helena e Keila Ferreira.

Ao carinho de Ademilda e às sábias palavras de Regina.

Ao calor dos abraços de Rosa Dantas e Olga Dantas sempre me aninharei.

E para Sérgio eu digo: *"saiba que tenho feito bom uso de tudo"*.



Chegada das Pastorinhas

Estando as pastorinhas aqui neste lugar
Meus senhores todos queiram desculpar
Senhoras e senhores queiram desculpar
Que a nossa jornada já vai começar.

(Domínio Público)

RESUMO

O espaço público da escola é considerado laico desde o rompimento entre a Igreja e o Estado com o advento da República no Brasil. Até então a Igreja Católica esteve oficialmente presente na organização educacional brasileira. A diversidade religiosa que ora observamos no espaço público escolar deixa à mostra a presença da religião e como as pessoas constroem a convivência tendo a herança da hegemonia católica, a força dos evangélicos e outros elementos religiosos na disputa por reconhecimento nesse espaço. Nessa dissertação, os Ciclos Festivos presentes no calendário escolar são o campo para observação dos conflitos e mediações, disputas e interações em contraponto com a orientação religiosa dos agentes, criando um diálogo entre a antropologia e o fazer educativo. Desses, são as crianças os sujeitos das proibições, revelando a necessidade de garantias de direitos por parte do Estado. Nesse trabalho, proponho contribuir com o debate acerca da presença da religiosidade no espaço público escolar, suas implicações e as estratégias criadas pelos agentes para garantia do direito ao reconhecimento.

Palavras chave: antropologia, espaço público, escolas públicas, pluralismo religioso, religiosidade, feriados e festas cívicas.

ABSTRACT

School’s public space is considered secular since the breakup between the Church and the State because of the establishment of the Republic in Brazil. Until that period, the Catholic Church has been present in Brazil1s educational organization. The religious diversity that we now observe in school’s public space, shows the religion’s presence and how people build the companionship having the catholic hegemony as a heritage, the power of the evangelic and other religious elements in the dispute for recognition in such space. In this dissertation, parties cycles present on school calendar are the field for observation of conflicts and mediations, disputes and interaction in opposition to agent’s religious orientation, creating a dialogue between anthropology and the educational practice in which children, are the targets of such prohibitions, revealing the need for warranties of rights from the State. In this research, I intend to contribute to the debate about the religious presence in school’s public space, its implications and the strategies created by the agents to warranty the right to recognition.

Key words: anthropology, public space, public schools, religious pluralism, religious, civic holidays and festivals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
Entrar no campo, estando no campo 15
As vozes do campo 17
CAPÍTULO 1 A Construção da Escola Pública Laica 21
1.1 Aparato Jurídico, Legislação e Religião. 21
1.2 A festa no espaço público escolar 30
1.3 Presença religiosa na escola laica 34
CAPÍTULO 2 O MULTICULTURALISMO NO RECIFE: "O PASSAPORTE" DE ENTRADA DA RELIGIÃO NO ESPAÇO ESCOLAR 37
2.1 Recife, Cidade Multicultural 37
2.2 O "passaporte cultural" abre algumas portas na escola 42
2.3 A força dos evangélicos 44
2.4 O "passaporte político" não abre todas as portas 47
2.5 "Fique caladinho e pense em Jesus" 48
CAPÍTULO 3 CICLOS FESTIVOS NA ESCOLA PÚBLICA: CONFLITOS E MEDIAÇÕES - COMO A DIVERSIDADE RELIGIOSA SE APRESENTA 51
3.1 A festa: momento lúdico 53
3.2 A Festa: momento de devoção 59
3.3 Ciclos Festivos: vivendo essa experiência 63
CAPÍTULO 4 "DESCENDO NAS ÁGUAS", "ROCHA ETERNA" E "AS DUAS CORES DA DIANA": REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS DAS CRIANÇAS 71
4.1 "Descendo nas águas" 71
4.2 "Rocha Eterna" 73
4.3 "As duas cores da Diana" 75
CONCLUSÃO 82
REFERÊNCIAS 85
ANEXO 89

INTRODUÇÃO

Tenho observado, ao longo de doze anos no trabalho que exerço como professora da Rede Pública do Recife, situações diferenciadas que ocorrem com os agentes[1] envolvidos no contexto da escola e que estão vivas no cerne da interação desses no cotidiano do fazer escolar. Através de observações realizadas em ocasiões específicas, os Ciclos Festivos[2] e outras ocasiões pontuais do cotidiano, relacionei questões que me motivaram a realizar essa pesquisa. Selecionei cinco Exemplos[3]:

1- Em uma atividade de ensaios para Festas Juninas, a quadrilha matuta, com uma turma da Educação Infantil (cinco anos), uma menina foi proibida de dançar pela mãe, pelo fato de ser evangélica. Esse impedimento fez com que a criança se recolhesse sozinha, todas as vezes que a atividade acontecia e, na culminância da festa, ela não compareceu.

2- Uma professora presenteou a escola com um crucifixo de madeira que foi afixado na entrada da secretaria e, certo dia uma outra professora, evangélica, questionou se ali naquele local estaria funcionando uma escola ou uma igreja católica, sendo o crucifixo retirado. Essa situação gerou um desconforto entre as colegas, mostrando ser uma experiência conflituosa.

3- Na culminância do carnaval, foi apresentado o maracatu formado por alunos caracterizados e no momento da apresentação, observei que alguns riam, zombavam e diziam *"... ele/ela está dançando macumba"*. Referindo-se àquela atividade que caracteriza um cortejo afro-brasileiro com aparente aversão.

4- A Prefeitura do Recife oferece aos alunos o fardamento, composto de blusa, *short*, sapatos e meias e na ocasião da entrega fomos procuradas por uma mãe evangélica, preocupada por sua filha não poder vestir *short* devido à sua religião. Isso fez com que a direção da escola reformasse o *short*, transformando-o em uma saia para que a aluna pudesse vestir. Esse fato despertou o interesse de alguns alunos quanto à diferença do fardamento e passassem a chamar a menina de *crente* ao invés de chamá-la pelo seu nome. A reação da mãe me fez refletir sobre a

[1] Ao longo do texto estarei me referindo aos pais, responsáveis, estudantes, professores e funcionários da escola como agentes. Entendendo como agentes, o sujeito que exerce a capacidade de mudar sua realidade.
[2] Refiro-me aos Ciclos Carnavalesco, Junino e Natalino.
[3] Ao longo do texto, farei referência a esses exemplos como Exemplo 1, 2, 3, 4, 5.

padronização do fardamento que não contempla algumas das orientações da religião pentecostal.

5- Observei que três irmãos estavam sempre ausentes às aulas nos dias de quarta-feira à tarde e, questionando essas ausências com a mãe, a mesma informou que eles participavam do coral da igreja e aquele era o dia destinado aos ensaios. Expliquei que o grande número de faltas poderia fazer com que seus filhos fossem retidos[4]. Fator esse, cobrado à responsabilidade pelo Ministério Público. A mãe nos disse que aos ensaios eles não poderiam faltar.

As observações foram feitas na Escola Municipal do Jordão, não deixando, contudo, de já ter observado fatos semelhantes na outra escola onde trabalho, bem como em outras por onde trabalhei, até mesmo com exemplos diferenciados. Vale salientar que algumas escolas da Rede Municipal de Ensino, funcionam dentro de templos, como é o caso da Escola Municipal Capela Santo Antônio (espaço cedido pela Igreja Católica) e Escola Municipal Elisabete Sales Coutinho (espaço cedido pela Igreja Evangélica).

A questão central desse trabalho foi formulada a partir dos exemplos descritos acima (1, 2, 3, 4, 5), fazendo com que a pesquisa se debruce para compreender como se dá a convivência entre os agentes envolvidos no contexto da escola pública, sob a ótica da religião presente nos Ciclos Festivos. Como se dá essa interação? Como são resolvidos esses conflitos? Como os conteúdos que são trabalhados na escola respondem às perspectivas dos pais e responsáveis e ao programa institucional?

Charles Taylor, discutindo sobre a importância da interação entre as pessoas, a partir de George Herbert Mead (1934) nos fala da "interação com aqueles que são importantes para nós – os outros importantes[5]" (p. 52), como responsável pela elaboração da autenticidade – identidade individualizada (TAYLOR, 1994), e que essa apenas se constrói através de processo interno do ser. Esse processo, de caráter dialógico, necessita da interação (ação entre) humana, rica em linguagem (palavras, gestos, sentimento, respeito, amor...). "As pessoas não aprendem sozinhas a linguagem necessária à autodefinição" (p. 52). Elas precisam negociar a descoberta da sua própria identidade com os outros.

[4] Esse termo é utilizado para nomear os alunos que são reprovados em ano escolar; para aprovados, utilizamos promovidos, está presente no corpo do texto como representação de um termo nativo.

[5] Referimo-nos aos 'outros importantes' a partir da discussão estabelecida por Taylor em seu trabalho "Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento". Os outros importantes são as pessoas que de perto influenciam a construção da nossa identidade e que, mesmo quando ausentes, fazem parte da nossa vida (pais, responsáveis, parentes, professores).

Através da pesquisa etnográfica realizada no espaço social da escola, investigarei junto aos agentes envolvidos nesse contexto, como eles constroem a interação necessária ao convívio e relação com o outro. Tenho observado que as crianças passam por momentos em que se sentem em dúvida acerca da elaboração da identidade, posto que a diversidade religiosa, os conflitos e as tensões, as proibições de participação nas atividades e o desejo de participar é algo muito presente no cotidiano escolar. Em momentos festivos o convívio com o outro, tão importante para a construção da identidade é freado, proibido para alguns, estimulado e vivido por outros.

A presente pesquisa utilizará como campo de trabalho a escola pública, vista como espaço sócio-cultural, levando em conta seu dinamismo e seu fazer cotidiano, onde convivem crianças, adolescentes, adultos, homens, mulheres, enfim, sujeitos sociais concretos.

A partir da década de 80, uma outra análise pôde ser feita da instituição escolar, baseada em um novo humanismo, que coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo sendo o centro do conhecimento, estando, tanto a natureza quanto as estruturas, no centro da pessoa, ou seja, a natureza e a sociedade são antes de tudo, humanas (SANTOS, 1995).

O estudo feito por Szpeleta e Rockwell (1996) desenvolve uma análise onde privilegiam a ação dos sujeitos, na relação com as estruturas sociais. Assim sendo, a instituição escolar seria o resultado de um confronto de interesses entre a organização oficial do sistema e os sujeitos. Há na escola, de acordo com o pensamento das autoras, a reprodução de diversos processos sociais, sejam eles a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, a luta e a resistência contra o poder estabelecido. Apreender o fazer cotidiano da escola, implica compreender que, como construção social, os sujeitos não são agentes passivos diante da estrutura, existindo conflitos e mediações diante de circunstâncias determinadas.

Observo que a função institucional da escola vem sendo constantemente questionada por seus agentes, frente às novas experiências e trazendo elementos arredios que vão de encontro à estrutura vigente, nesse caso identificada pelo Estado (Prefeitura do Recife). Essa mudança na estrutura pode ser caracterizada pelo exemplo conflituoso dado acima, da aluna evangélica que não pôde usar o fardamento sem antes reformá-lo, descrito no Exemplo 4, em que o uniforme oferecido pela Prefeitura do Recife precisa ser reformado para que a criança possa usar. Nesse caso, posso observar que a orientação religiosa dos pais fez com que uma determinação da Prefeitura (Estado) fosse modificada para o bem estar da criança.

Alguns fatores justificam a contribuição dessa pesquisa, um deles é a discussão que se estabelece entre práticas religiosas, políticas de reconhecimento e diversidade cultural no

espaço escolar e identificação dos agentes. Na linha tênue e sutil das relações pessoais, podemos discutir como sugerido por Honneth (2003), que, através dos processos práticos de desrespeito é que surgem as exigências por reconhecimento. Essas experiências individuais tornam-se pleitos coletivos, chegando à instância jurídica. Sendo assim poderemos questionar, será que a Prefeitura do Recife vem cumprindo com sua proposta de construir um modelo educacional radicalmente democrático e voltado para a promoção de uma cidadania plena? Quais os efeitos da política multicultural da Prefeitura do Recife na dinâmica escolar? E quanto aos direitos dos pais e dos alunos podemos ainda questionar: as crianças têm o direito de serem dispensadas das atividades que sua religião não as permite participar? E o desejo de participar dessas atividades pelas crianças? Devemos deixar como está, ou seja, ao gosto e vontade de cada gestor e professores? Ou devemos querer regulação do Estado e judicialização?

Para ter esses direitos garantidos – não participar de algumas atividades sem prejuízo letivo ou satisfazer o desejo de participar mesmo ferindo preceitos religiosos - só seria possível a partir da reflexão de que não são vontades ou desejos não realizados, mas uma questão de direito. Para isso as pessoas envolvidas precisariam entendê-los como tal. Comentando sobre política de reconhecimento, Campos (2010) exemplifica bem o que ocorre na sociedade brasileira nesse sentido, pois em sua opinião as pessoas desconhecem que esse tipo de desrespeito, acima citado, possa ser passível de reivindicação. E complementa dizendo que os indivíduos “não podem pleitear o reconhecimento visto este não ser uma possibilidade dentro de seus horizontes interpretativo e político” (CAMPOS, 2010, p. 11).

Não tendo como prática buscar amparo legal para garantia de reconhecimento, algumas pessoas reclamam aos gestores, aos professores, no caso das escolas, dependendo da boa vontade particular deles, a construção de mediação para esse tipo de conflito. Dentro da perspectiva da política multicultural, existe a necessidade da garantia dos direitos e respeito às diferenças, bem como o reconhecimento e reparação de perdas sociais. Contudo, dentro das atividades dos Ciclos Festivos que acontecem na escola está impresso a hegemonia da Igreja Católica, seja em atividades como pastoril, seja nas comemorações juninas, e até mesmo no carnaval, período que antecede a páscoa. Como garantir a participação dos alunos que professam outra crença, que não a católica? Ficarão de fora dessas atividades, que fazem parte do calendário escolar? Como os alunos evangélicos compreenderão que o maracatu faz parte da nossa cultura e da nossa história, se sua religião não permite que eles participem desse período festivo na escola, o carnaval? Quando a sociedade compreenderá que os alunos evangélicos precisam ter garantido seu direito de não participar das festas escolares?

Boa parte dos trabalhos que estudam a religião nas escolas, tem como foco a dimensão institucional além da pedagógica, sendo possível encontrar pesquisas antropológicas que enfoquem a tríade religião/espaço público/sociabilidade no espaço escolar[6]. Ouvir as crianças e torná-las objeto de estudo aparecem em dois momentos distintos nos trabalhos realizados por Campos, Gomes, Silva e outros (2010), e Campos e Falcão. No primeiro trabalho o desafio metodológico enfrentado "*foi a invisibilidade da criança nos estudos antropológicos sobre questões religiosas e de sua sociabilidade, em especial no que concerne às reações à diversidade no espaço escolar brasileiro"*. No segundo trabalho, "A Imagem da criança – Reflexões sobre a presença da criança nas religiões", a invisibilidade da criança mais uma vez é citada, sendo seu protagonismo desacreditado pela academia e pelo senso comum.

> O protagonismo das crianças nas religiões, tanto no candomblé como no exemplo do catolicismo popular em que algumas crianças são videntes, é negado pelo senso comum e pela academia, bem como a sua agência é negada contraditoriamente às altas posições hierárquicas que podem exercer nas estruturas religiosas (CAMPOS; FALCÃO, 2009).

Em artigo publicado por Flávia Pires (2007), "*Ser Adulta e Pesquisar Crianças: Explorando Possibilidades Metodológicas na Pesquisa Antropológica"*, a autora relata que para se aproximar das crianças foi preciso 'falhar como mulher adulta', tornando-se 'nativa', brincando e tendo atitudes não compatíveis com as atitudes esperadas de uma adulta.

Assim, essa pesquisa entrará nesse campo, que tem se mostrado propício ao debate, fazendo incursão no cotidiano escolar, levando em conta principalmente sua condição de espaço público, onde se reproduzem as representações culturais desses sujeitos, realizando trocas materiais e simbólicas, em relação ao aspecto religioso.

O Exemplo 5, onde as crianças deixam de freqüentar as aulas para participarem dos ensaios do coral da igreja, demonstra a força dos evangélicos dentro de um ambiente onde elementos do catolicismo estão sempre presente, mais importante do que assistir às aulas é seguir os preceitos da religião, mesmo que, dentro da perspectiva dos que professam religiões de tradição protestantes, haja " transformação cultural – atitudes novas em relação ao trabalho e ao consumo, um novo *ethos* educacional (...)." (BERGER, 2001, p. 15).

---

[6] Dentre os trabalhos por mim pesquisados como referência, dentro da antropologia, cito estudo da professora Roberta Campos e Jeová Silvério. Pesquisando o Invisível: Percursos Metodológicos de Uma Pesquisa Sobre a Sociabilidade Infantil e Diversidade Religiosa. **Teoria e Sociedade**. UFMG, 2010.

Há relatos em estudos realizados com crianças iniciadas no candomblé, de que elas sofrem discriminação e de que a escola as invisibiliza e as silenciam [7].

Outra contribuição dessa pesquisa encontra-se na observação das relações de poder, existentes nesse espaço social, que se apresenta do ponto de vista simbólico-cultural, dos agentes envolvidos e das instituições educacionais (Estado) e religiosas presentes (BOURDIEU, 2002).

Realizar uma pesquisa etnográfica utilizando como campo de estudo a escola pública, torna-se um desafio na medida em que foi necessário delimitar o universo de escolas a serem pesquisadas, bem como acompanhar as festividades dos Ciclos Festivos que ocorrem no decorrer do ano. Entre essas atividades foi necessário estabelecer um cronograma de trabalho com as entrevistas e visitas. A diversidade religiosa existente dentro da convivência da escola pública, sob a ótica dos Ciclos Festivos, encontrará um campo novo, não podendo se desvencilhar do viés legal que existe sobre o tema. As pesquisas realizadas nesse campo, principalmente uma antropologia que envolva crianças é outro grande desafio a ser enfrentado.

Entrar no campo, estando no campo

Entrar por aqueles portões não foi nenhuma novidade para mim, havia perdido as contas de quantas vezes fiz essa mesma ação. Mas agora era diferente, a escola, meu local de trabalho diário se mostrava com uma outra face: meu campo de pesquisa.

O antropólogo não pesquisa escolas, mas nas escolas. Esse pensamento, que já foi citado por Evans-Pritchard e Geertz encontra eco nas palavras de Mariza Peirano (1991), em artigo intitulado *"Os Antropólogos e suas Linhagens"*, e me faz pensar que seria necessário estabelecer uma separação entre a professora e a pesquisadora.

O antropólogo Roberto DaMatta (1981), defende a idéia de que para compreender o que nos é familiar é necessário estranhá-lo. Na mesma linha de pensamento, Roberto Cardoso de Oliveira[8] (2007) afirma que o pesquisador enriquece seu espírito e amplia sua capacidade de compreensão no exercício etnográfico. Em seu trabalho *"'No salto': trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem"* (2007), Larissa Pelúcio nos diz, que quando a proximidade com o outro nos faz conhecer bem a 'aldeia' e o 'nativo' é preciso exercitar o

[7] Ver trabalho realizado em sua tese por Maristela Gomes de Souza Guedes, PUC/SP, 2006: Educação em Terreiros: e Como a Escola se Relaciona Com Crianças que Praticam Candomblé.

[8] Palestra apresentada na Reunião Anual da SBPC, em Belém do Pará, em 2007. "O ofício do Antropólogo ou como Desvendar Evidências Simbólicas."

estranhamento do que nos é familiar. Assim sendo, em meu exercício de estranhamento foi preciso que os momentos de solidão fossem bastante produtivos para refletir e produzir a escrita, uma vez que aquele contexto sempre fez parte do meu cotidiano. Foi necessário que, unindo a cognição e a emoção, como sugere DaMatta (1981), pudesse elaborar o conhecimento antropológico sem deixar prevalecer uma –cognição-, em detrimento da outra – emoção. Afinal os agentes trazidos nessa pesquisa são meus pares, meus conhecidos de tão perto, eu mesma presente nos relatos e nas experiências. Sendo necessário elaborar o sentimento e não deixá-lo dominar a escrita.

Pesquisar na escola sob uma ótica que não seria pedagógica, mas antropológica, verificar como aquelas pessoas vivem, como vem construindo suas relações de convivência na diferença. As dificuldades que muitos colegas, antropólogos neófitos como eu, encontraram ao entrar e serem aceitos no campo eu não as tive, todos me conheciam e me aceitavam. Todavia, os olhares dessas pessoas tão conhecidas, as crianças, os professores, pais dos alunos que achavam tudo aquilo estranho, *"Por que Edi quer saber sobre essas coisas?"*, às vezes me incomodava. Sentia como se estivesse invadindo um espaço que também era meu. Em meu trabalho etnográfico o 'estranho revelado' na escrita não é tão estranho assim, pelo menos do ponto de vista geográfico, de classe, de etnia, mas, como diz Peirano (1991), o elo entre os conceitos nativos e a teoria antropológica/etnografia é que poderá produzir o conhecimento, no pesquisador.

> As impressões do campo não são apenas recebidas pelo intelecto, mas têm impacto na personalidade total do etnógrafo, fazendo com que diferentes culturas se comuniquem na experiência singular de uma única pessoa (PEIRANO, 1991, p. 05).

Além de ser necessário o estranhamento, há o afeto, o sentimento. O antropólogo é afetado pelo campo. E assim, como diz Geertz (2002), provar que esteve *lá* estará presente tanto no corpo da escrita quanto nas mudanças que ocorreram dentro do antropólogo durante todo o processo. O campo nos ensina muito mais do que supomos apreender dele.

Discutindo sobre a presença do/a antropólogo/a no campo, Favret-Saada (1990) nos alerta para o cuidado que devemos ter em *observar* e *participar* de uma pesquisa etnográfica, atentando para o fato de que devemos nos deixar afetar pelo campo. Essa afirmação nos remete ao que podemos apreender do campo através do sentimento e da emoção, muito mais do que se pode obter através de perguntas formais e intencionais. Entregando-se ao campo sem restrições, deixando-se contaminar pelo objeto (p. 157).

A autora dá ênfase ao lugar dos afetos na experiência humana, mostrando o quanto importante é deixar-se envolver pelo objeto de pesquisa e a importância dada à análise.

> No momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Para a coleta de dados, organizei as visitas de modo que pudesse participar da entrada dos turnos das escolas - manhã, tarde e noite -, dos ensaios e das vivências dos Ciclos Festivos, porém na escola onde trabalho, anotava as impressões a todo tempo; o exercício de apreender as sensações só foi possível através do envolvimento emocional, uma fala que seria bastante corriqueira, para mim era uma informação importante. As entrevistas com as professoras foram realizadas nos intervalos das aulas, no início ou no final dos turnos; com as gestoras, realizei na escola e uma delas que estava em férias, fui até sua casa; os responsáveis foram entrevistados no pátio das escolas; o diácono compareceu em domingo à tarde na Escola Municipal do Jordão, que funciona nos finais de semana. Com as crianças tanto as entrevistas quanto as conversas aconteciam no horário das aulas, muitas vezes, colhendo os dados sem que elas percebessem que estavam, de certa forma, sendo questionadas. O exercício de tentar separar professora/pesquisadora foi mais difícil no contato com as crianças e atribuo a esse fato o grande envolvimento que tenho com elas, em especial na escola aonde trabalho.

Estar nesse campo tão conhecido foi para mim uma experiência interessante na medida em pude estabelecer uma outra relação com o espaço escolar. O exercício de ouvir as variadas vozes vindas do campo teve seu diferencial no fato de que eram as mesmas ‘vozes’, mas eu ouvia uma outra mensagem, diferente da que costumava ouvir.

As vozes do campo

Para esse trabalho o campo foi definido inicialmente em duas escolas municipais da Rede de Ensino do Recife, a Escola Municipal Deputado Édson Cantarelli e a Escola Municipal Pastor José Munguba Sobrinho. Na primeira escola a gestora é uma professora evangélica e a segunda uma professora espírita, dentro de um universo de mais de duzentas e cinqüenta escolas municipais no Recife, acreditei que a condução da gestão poderia ser um diferencial, bem como o fato de se localizarem próximas umas das outras em um bairro com

tanta diversidade religiosa e tantas igrejas evangélicas[9]. A terceira escola, a Escola Municipal do Jordão merece uma descrição à parte, pois é meu campo primeiro, onde o problema começou a ser observado e a escola onde trabalho a maior parte do dia como gestora. Foi lá o primeiro estranhamento. As três escolas ficam no mesmo bairro, Jordão, na periferia do Recife.

As escolas Municipais do Jordão e Pastor Munguba localizam-se na mesma rua, e tem nas proximidades quatro templos evangélicos, uma Igreja Universal do Reino de Deus, um centro espírita e uma capela católica. A grande parte dos alunos é evangélica[10] e os professores professam religiões diferenciadas[11]. Na E. M. do Jordão não há oração na entrada dos alunos, contudo alguns professores fazem 'acolhimento religioso' de acordo com a religião que professam quando entram em sala. Elementos religiosos variados são perceptíveis dentro do espaço escolar, sejam no comportamento dos pais, alunos, professores, sejam nas mediações e conflitos que cercam as festividades como verificados nos exemplos que citei acima.

Adentrando nesses espaços, sob o olhar antropológico, pude vivenciar como as atividades pedagógico/culturais são direcionadas nessas três instituições em contraponto com os elementos religiosos. E nessa experiência, ouvir as diferentes vozes e suas impressões.

O campo é polifônico, pois serão diversas as vozes presentes nesse trabalho, o que precisa ser feito com responsabilidade, pois nas palavras de James Clifford, a escrita etnográfica *precisa ser no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual* (CLIFFORD, 1998, p. 21). A pesquisa com as crianças, especialmente, requer um pouco mais de 'cuidado' metodológico, utilizando além das entrevistas, conversas informais, brincadeiras e desenhos como forma de aproximação. As pesquisas de Roberta Campos, Flávia Pires, Christiane Falcão e Clarice Cohn, têm sido de muita importância para a apropriação do uso da metodologia adequada com os pequenos. Acreditando sempre que o respeito e a sensibilidade são essenciais no contato com os pequenos informantes, posto que eles se envolvem, questionam, participam com a timidez inicial tão comum nesses momentos, mas expondo aos poucos seus sentimentos e suas verdades.

Ressaltando diálogo entre a antropologia e outras ciências como modo de facilitar a aplicação de pesquisas, Cohn (2009) afirma que

---

[9] Adiante expus o resultado do levantamento da religião das gestoras, alunos e professoras das três escolas pesquisadas.
[10] Ver tabela no IV capítulo.
[11] Ver tabela no IV capítulo.

> A escola, portanto, também deve ser abordada em uma pesquisa antropológica tendo a criança como um ator social importante e relevante. Afinal, e pelo que vimos até agora, as crianças não apenas se submetem ao ensino, mesmo em suas faces mais disciplinadoras e normatizadoras, como criam constantemente sentidos e atuam sobre o que vivenciam. Desse modo, análises do que as crianças fazem e pensam que estão fazendo, do sentido que elaboram sobre a escola, das atividades que nela desenvolvem, das relações que estabelecem com colegas, professores e outros profissionais do ensino e da aprendizagem podem ser muito enriquecedoras para melhor compreender as escolas e as pedagogias (2009 p. 41-42).

Longe de querer produzir um estudo específico sobre e com crianças ou sobre pedagogia, pretendo com esse trabalho voltar a atenção para elas mostrando que, dentro desse espaço – a escola- não são seres passivos. As interações e mediações realizadas pelas crianças, bem como os conflitos e as tensões, frente à vivência dos Ciclos Festivos, ocorrem de forma bastante diferenciadas que com os adultos. Assim sendo a abordagem necessitou ser diferenciada. As entrevistas por si só não surtiam o efeito esperado, pois as crianças demonstravam receio em falar; explorei o fato de conhecê-las como professora para obter informações através de conversas informais, desenhos e fotografias.

As entrevistas foram realizadas com gestoras, professoras, estudantes, responsáveis; os ensaios, atividades do cotidiano escolar e as culminâncias dos Ciclos Festivos, foram registrados no diário etnográfico; além do registro de fotografias feitas por mim e do acesso aos arquivos das escolas. As fotografias sempre foram algo atrativo para as crianças e quando as fotos das culminâncias eram expostas nos murais das escolas elas ficavam em volta para se verem representadas e comentavam sobre as *perfomances*, as roupas coloridas, quem participou das festas e quem ficou de fora.

A coleta de dados no campo foi realizada a partir do Ciclo Natalino de 2009, continuando pelo Ciclo Carnavalesco de 2010, Ciclo Junino de 2010 e novamente Ciclo Natalino de 2010. Ocorre que o calendário[12] das festividades varia em cada unidade escolar, sendo acrescidas outras atividades como a páscoa, folclore e o Dia da Consciência Negra.

Foi necessário um pedido formal à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife (SEEL), para utilizar as escolas como campo de pesquisa, bem como pedido de autorização dos pais para que as crianças participassem das pesquisas e da utilização das imagens. Os demais informantes, gestoras, mães dos alunos e professoras também consentiram com a utilização dos dados na pesquisa. No primeiro capítulo *'A construção da escola pública laica'* discuto o aparato legal que garante a laicidade da escola e

[12] Ver calendário festivo de cada escola/campo no final do texto.

as discussões acerca da presença do religioso dentro desse espaço; no segundo capítulo *‘O multiculturalismo do Recife: o passaporte de entrada da religião no espaço escolar’*, discuto as estratégias utilizadas para garantir a presença das religiões dentro do espaço público que são apresentadas pelos agentes no cotidiano das escolas; no terceiro capítulo ‘*Ciclos Festivos na Escola Pública: Conflitos e Mediações - como a diversidade religiosa se apresenta’*, apresento situações de conflitos e mediações que se mostram nas três escolas pesquisadas e no quarto e último capítulo *‘“Descendo nas águas”, a “Rocha Eterna” e a “as duas cores da Diana”: representações religiosas das crianças’*, além de apresentar um levantamento quantitativo da denominação religiosa das crianças e professoras das escolas pesquisadas, discuto as representações religiosas feitas pelas crianças.

CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA LAICA

1.1 Aparato Jurídico, Legislação e Religião.

Com a primeira Constituição Republicana Brasileira (1891), fundamentada na Constituição dos Estados Unidos e com base nos pilares de um projeto republicano, federativo e presidencialista, define-se, entre outras disposições que *"a igreja católica será desmembrada do Estado Brasileiro, deixando de ser a religião oficial do país."* Assim sendo, o Estado separou-se oficialmente da Igreja e passou a ser um Estado Laico.

A questão religiosa é tratada na atual Constituição Brasileira, de 1988, na seguinte disposição:

"TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

.....

II- a cidadania;

II- a dignidade da pessoa humana;

.....

Art.4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes **princípios:**

.....

II- prevalência dos direitos humanos;

.....

VI- defesa da paz;

VII- solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo;

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPITULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

.....

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude da lei;

.....

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

.....

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

TITULO VIII

Da Ordem Social

Art. **205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**

Art. 206º **O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

.....

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

.....

Art. **216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:**

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

A Constituição de 1988 também dispõe especificamente sobre o Ensino Religioso:

"Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental" (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

A atual Constituição brasileira, de 1988, aborda a questão e garante o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana; quanto aos direitos individuais e coletivos nos diz que todos são iguais perante a lei, incluindo os estrangeiros; garante a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de cultos e liturgias. Quanto à educação, a Constituição garante ser direito de todos e dever do Estado. Sobre o ensino religioso diz que deverão ser fixados conteúdos mínimos, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Posteriormente, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394 de 20/12/96, estipula no seu art. 33, ser o ensino religioso facultativo, de caráter confessional e interconfessional (BRASIL, CF, 1988)

Na Carta Magna do país e em outros dispositivos legais, fica assegurada a liberdade de culto e se estabelecem que as pessoas não possam ser discriminadas por motivos de qualquer natureza, incluindo a religiosa. Assegurando-se o direito à diversidade cultural-religiosa do país. Contudo, podemos observar que a convivência e a expressão diversa da religiosidade das pessoas ocorrem de maneira diferenciada no espaço público brasileiro. Como nos fala Mariano[13] (2007), em seu artigo *Pentecostais em Ação – A Demonização dos Cultos Afro – Brasileiros,* tem sido dispensado ao caso afro-brasileiro tratamento jurídico desigual. O autor faz e procura estabelecer a diferença entre intolerância e discriminação. Referindo-se a Blancarte (2003 apud MARIANO, 2007), que afirma que ao mesmo momento em que se toleram vários cultos, existe a possibilidade de discriminá-lo legal ou socialmente. E que,

> O mesmo se pode concluir a respeito dos privilégios que o Estado concede à Igreja Católica, como, por exemplo, a presença de crucifixos em prédios e repartições públicos: constitui em discriminação por que se baseia na concessão de tratamento desigual a um grupo religioso em detrimento dos demais. Tais atos de discriminação estatal põem em questão, evidentemente

[13] MARIANO, Ricardo. Pentecostais em Ação – A Demonização dos Cultos Afro-brasileiros. In : Silva, Vagner Gonçalves da. Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro – brasileiro/ Ari Pedro Oro ... et al; Vagner Gonçalves da Silva (org.) – São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2007.

> qualquer afirmação ou suposição sobre a neutralidade e imparcialidade do Estado brasileiro em matéria religiosa. Observação que não perde sua validade a despeito do fato de o Estado nacional ser sempre definido como laico, a exemplo da Constituição (...) (MARIANO, 2007, p. 124).

No instante em que verificamos privilégios da presença de símbolos religiosos em detrimento de outros, os católicos em detrimento dos afro-brasileiros, por exemplo, nos questionamos onde está a imparcialidade do Estado nesse momento. Seriam vistos com a mesma naturalidade que é visto um crucifixo na entrada de uma escola se em seu lugar estivesse a imagem do "P*reto Velho*[14]*"?*

Nesse sentido, Mariano (2007) nos mostra que a tolerância pode conviver com a discriminação. Tolerar é diferente de respeitar, posto que a idéia de respeito pressuponha reconhecimento positivo. Nesse caso seria correto afirmar que o Estado é laico para algumas religiões, pois outras não entram mesmo no espaço público.

Defendo a idéia de que, assim como em outros países que apresentam modelos de laicidade diferenciados, no caso brasileiro a laicidade pode ser entendida como relativa[15]. O "passaporte cultural" ou "estratégia cultural" permite a presença de elementos religiosos afro-brasileiros dentro do espaço público escolar; elementos católicos são naturalizados dentro do mesmo espaço; contudo a 'escola laica' discrimina outros elementos religiosos. Com isso quero afirmar que a diversidade cultural aproxima a diversidade religiosa da escola pública, contudo não são todas as religiões dos agentes que ali convivem que são representadas nesse espaço. Algumas religiões como a espírita e os evangélicos não conseguem ser inseridas no espaço público através do "passaporte cultural", mas, e principalmente os evangélicos modificam as estratégias de entrada. São religiões toleradas, porém em certo sentido, discriminadas. Elementos religiosos que não os católicos aparecem no contexto da escola pública como 'o diferente', eles são tolerados, mas são discriminados. Tolerar difere de respeitar no sentido de que quando se exercita a tolerância nem sempre se respeita. Tolera-se a religião do outro, mas garantindo sua condição de estranho ao espaço escolar aonde os elementos católicos são naturalizados.

---

[14] Pretos-Velhos são espíritos que se apresentam em corpo fluídico de velhos africanos que viveram nas senzalas, majoritariamente como escravos que morreram no tronco ou de velhice, e que adoram contar as histórias do tempo do cativeiro. Sábios, ternos e pacientes, dão o amor, a fé e a esperança aos "seus filhos".Os Pretos Velhos são entidades cultuadas pelas religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda. Nos trabalhos espirituais desta religião, os médiuns incorporam entidades que possuem níveis de evolução e arquétipos próprios.

[15] A partir de idéia sugerida por Roberto Motta na defesa da pré-banca dessa pesquisa, a discussão sobre laicidade relativa está presente nesse trabalho.

A idéia de uma laicidade relativa traz em seu interior a discussão por poder no espaço público. Poder esse que se traduz na própria representatividade e de que forma essa representatividade se dá. Tenho observado que de acordo com a atividade vivenciada na escola é que se mostram este ou aquele elemento religioso. Os católicos estão lá; os afro-brasileiros estão.

A escola pública tem se mostrado laica para os agentes que não são representados nas atividades culturais, pois para aquelas religiões que podem ser identificadas dentro da roupagem da cultura, a estratégia cultural, a presença é garantida nesses momentos. As outras ficam de fora, como é o caso dos evangélicos que, por sua vez, negam a importância desses momentos na formação das crianças.

De acordo com o que falou em entrevista o representante[16] da Assembléia de Deus que mais tem integrantes nas Escolas Municipal do Jordão e Pastor Munguba, *"a cultura em si não tem valor nenhum para nós. Porque Deus não é o centro. Ela [a cultura] visa a valorização mais do homem."*

Quando a atividade não envolve as manifestações culturais, os evangélicos e espíritas mostram-se presentes, com a realização de palestras por algum pastor ou membro de grupos espíritas[17]. Percebo também que, o fato de se fazerem presentes não garante que o respeito prevaleça, como acontece com os agentes de orientação afro-brasileira que muitas vezes são desrespeitados.

Onde está a grandeza de tolerar a religião do outro, trazendo nesse exercício o discurso do respeito e da democracia e continuar a discriminá-la?

Ao ser questionada como se dá a representação dos alunos de orientação religiosa afro-brasileira, a gestora da Escola M. Pastor Munguba assim falou:

> _ *Gestora Rosinalva:* Tem aluno que a mãe é do candomblé....
> _ *Edi:* E eles também são contemplados?
> _*Gestora Rosinalva*: Não. Não são contemplados não, e se falar, se eles falar (sic) pros outros, vixe, ele vai ser malhado, por que aqui a própria professora mesmo tem vergonha de dizer, agora vem com os colares, *a*

[16] Durante o levantamento da religião dos alunos, ou de como eles se definiam sobre suas orientações religiosas, apareceu repetidas vezes o nome da Igreja Sonho Dourado que é uma denominação dada a um Templo da Assembléia de Deus. Senti a necessidade de conversar com o pastor da Igreja sobre a orientação dada às crianças sobre festas e cultura, devido a impossibilidade da sua agenda, conversei com um outro responsável, que não permitiu ter seu nome revelado. Irei me referir a ele como Diácono Daniel.

[17] De acordo com Adriana Oliveira, membro do Lar Espírita Chico Xavier, não existe nomenclatura específica para o 'líder' do centro espírita, podendo ser chamado de presidente. Em alguns centros a presidência é colegiada, para ser palestrante basta que seja um estudioso da doutrina espírita. Outra informação é sobre a nomenclatura usada para designar os integrantes do centro – espíritas -, diferenciando-os dos adeptos às religiões de matriz africana – espiritualistas.

> *guia*, vem com aquele negócio, às vezes a mãe vem pedir endereço da outra mãe que quer botar na macumba. A gente percebe pela fala, pelo comportamento, e tem professora também aqui que são do candomblé, agora tudo disfarçado, todo mundo assume que é católico, mas a gente sabe que a pessoa não é católica, tem professora que é espírita kardecista e continua..... católicos, é uma mistura né? (Entrevista realizada em 15/07/2010)

Percebemos nessa fala que os adeptos do candomblé, segundo a informante, deixam transparecer em atos, comportamento, fala, uso de objetos a que religião pertencem, não sendo assumido explicitamente, alguns se dizendo também católicos. E continua nos contando como são as festividades no mês de agosto.

> _*Edi*: Folclore?
> _ *Gestora Rosinalva*: Vou dizer como é que é, tem o mês de agosto todinho que é voltado para o dia do estudante e o folclore.
> Aí o que é que a gente faz no folclore?
> Pesquisa na área de [...], candomblé entra como religião, entra como cultura popular, entra como dança, tem apresentação aqui, entra a capoeira, entra os costumes que eles têm, aí começam a trazer as coisas pra mostrar como é que é, lendas, eles trazem lendas urbanas. Entra muito a questão da dança, a questão da comida, tem comida que a gente vê mesmo que eles trazem, que parecem comida de peji.[18] Eles trazem e vão mostrando, aí a gente percebe pelo comportamento da mãe, que ela faz parte, que eles conhecem todos os detalhes, que eles conhecem aquilo ali.
> Eles vão dizendo e disfarçando porque eles têm medo, e tem gente que tem vergonha de assumir, mas tá o pé dentro.
> Às vezes a gente finge que não tá entendendo, a gente não tá preparada pra trabalhar com religião na escola. Por mais que a gente faça, que vá tentar fazer a coisa ecumênica, não consegue atender todo mundo. Prefere se atender os maiores grupos, atende um grupo, depois atende outro, por exemplo, se eu for trabalhar o candomblé na escola, é preconceito. Começa pelos professores que não querem. Os que são evangélicos, os que são católicos, não querem (Entrevista realizada em 15/07/2010).

Quando a escola finge que não está vendo a religião dos alunos e dos pais dos alunos, fica explícito a forma como vem lidando com as diferenças. Fingir que a diferença do outro não existe é uma forma de preconceito e ausência de reconhecimento, no sentido de Honneth (2003). Em um momento em que essa diferença poderia ser evidenciada de modo positivo, ressaltando os conhecimentos culturais e religiosos trazidos por esses alunos, eles são invisibilizados. As tentativas individuais de cada escola de tornar *"a coisa ecumênica"*, nem sempre funciona, tendo como entrave o despreparo dos professores e dos gestores envolvidos

[18] Altar sagrado onde são colocadas as oferendas aos orixás.

no processo. Os sentimentos revelados pelos alunos acima descritos foram de medo e vergonha.

A constante observação dos elementos religiosos no cotidiano escolar nos remete ao pensamento durkheimiano, pois para Durkheim (1996) a religião está presente na ação humana, sendo um sistema de representação que reúne as pessoas que aderem às mesmas práticas de rituais e crenças em torno do que é sagrado.

Encontrada em todas as sociedades, a divisão entre o que é sagrado e o que é profano, levou Durkheim a concluir que a religião estrutura o pensamento do homem, antes mesmo que qualquer outra categoria de entendimento desse pensamento. Mesmo não sendo categorias universais, cabem na nossa realidade cultural. Para esse autor as festas compreendem um momento de passagem entre o sagrado e o profano, por inferência, um momento em que a rotina da escola é posta de lado para realização do festejo em detrimento das atividades cotidianas.

A partir dessa definição podemos observar, com olhar antropológico, a presença da religião nas ações, atos e palavras das pessoas que estão em nosso entorno, nos círculos de trabalho e de amizade. Presente no jogo de negociações e mediações, situações conflituosas que permeiam as relações humanas.

Antes da separação Igreja/Estado, os preceitos da Igreja Católica estavam presentes em todas as instituições do Estado de maneira formal e legal, em todos os espaços públicos, incluindo aí as escolas. Com a separação entre Estado e Igreja, houve mudanças também nos currículos escolares, passando as escolas públicas a terem caráter laico. Preserva-se o direito subjetivo de consciência, tanto para professar como para não professar nenhum credo religioso. Complementarmente a lei assegura o respeito e tolerância à diversidade cultural-religiosa do país, sendo vedadas, nas escolas públicas qualquer forma de proselitismo. A questão religiosa é uma das questões mais delicadas em se tratando de diversidade, pois carrega em seu interior discussões que dizem respeito à tolerância/intolerância, representações positivas, construção de identidade, enfim, quando o campo de pesquisa é a escola, como o caso desse trabalho, ainda temos outros pontos que surgem para discussão como a relação entre espaço público e religião.

Sendo a educação regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases, nem sempre a diferença foi posta como fator de preocupação, a exemplo da LDB nº 5692, de 1971, elaborada em formato conservador e restritivo, com viés tecnicista que preparava os estudantes para o mundo do trabalho como finalidade da educação. Nesse formato de educação oferecido pelo governo militar as diferenças foram abafadas. Com a Constituição de

1988 e a LDB n.º394, de 1996, ocorre uma mudança que se pode sentir de forma mais efetiva, passando a respeitar as diferenças (LOPES, 2009). Essas mudanças legais são resultados do surgimento de novos atores que buscavam reparação cultural e acesso aos bens e serviços da sociedade moderna[19]. Esses atores são as mulheres trabalhadoras, os migrantes, os negros, homossexuais, sujeitos de etnia indígenas que se organizaram em torno das garantias políticas e culturais dentro da sociedade e no contexto escolar. "Esse universo em constante expansão gerou um reordenamento institucional do sistema de ensino público (hoje, inclusive do privado) que se caracteriza atualmente pela diversidade cultural dos sujeitos que atuam nas escolas" (LOPES, 2009, p. 02).

No que diz respeito à educação religiosa, a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Artigo 33, estipulou:

> *"Art. 33. O ensino religioso, de matricula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas publicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter;*
>
> *I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou*
>
> *"II – interconfessional, resultante de acordos entre as diversas entidades."* (BRASIL, CF, 1988).

Em 2008, foi assinada concordata entre o governo brasileiro e o Vaticano, no mandato de Luís Inácio Lula da Silva, garantindo o ensino da religião católica nas escolas públicas.

O Artigo 11 desse acordo traz de volta à Igreja Católica garantias que haviam sido dadas na época do padroado (CUNHA, 2009).

> *Artigo 11. A República Federativa do Brasil em observância ao direito da liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a implementação do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.*

[19] O início do que se convencionou chamar sociedade moderna, foi marcado por inúmeras transformações que impactaram no modo de vida e de relação entre os indivíduos. A Revolução Industrial e a reorganização do trabalho que ela fomentou, trouxe consigo uma série de problemas sociais que foram alvo de estudos de vários pensadores. Também entendida como costume de vida ou organização social surgido na Europa a partir do século XIX e que veio tornar-se mundial. Período de profundas transformações sociais, econômicas e políticas ocorreram até os dias atuais. Com a modernidade surgem conflitos étnicos, religiosos e militares. Com ela surge o desafio de conviver com o diferente e com a multiplicidade de versões e ambigüidades constantes entre o que se considera velho e ultrapassado e o novo, muitas vezes difícil de ser identificado. (FONTE: Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação).

> *Parágrafo 1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matricula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.*

Nesse acordo nos chama a atenção que o artigo não trata das escolas católicas, mas das escolas públicas.

O ensino religioso não é o propósito desse trabalho, ademais as escolas que serviram como campo de observação estão inseridas no Ensino Fundamental I, que na Rede de Ensino do Recife, não se encontra presente o ensino religioso como disciplina. Contudo, o proselitismo, ainda que de forma sutil, é encontrado no relato de professores como forma de 'ensinar valores positivos e ética' aos alunos. Para esses ensinamentos, em espaços que não sejam templos ou igrejas, as religiões contam ainda com canais televisivos e programas de rádio, concedidos pelo Estado. Nossa discussão tem estreita ligação com as relações que existem no espaço escolar acerca da diversidade religiosa e suas implicações. Portanto trata-se da presença do religioso independente dessa presença como componente curricular, como podemos observar no relato da informante abaixo descrito:

> *Edi* – Você acha o assunto (religião na escola) relevante para o seu trabalho?
> *Professora Salete* – Eu sou contra religiosos. Religioso mesmo se transforma num fanático e traz aquela coisa assim, pra mim é uma coisa falsa, eu não gosto de religioso, agora religiosidade ela tá muito ligada à ética, à moralidade da pessoa, do cidadão, aí eu acho que é uma coisa importante que você trabalhe valores que a religião enfoca e que é muito importante pra formação do aluno, da criança, do adolescente, do adulto. E até do adulto, que a gente pega desviado, mas essa questão, a questão moral dentro dos temas de religiosidade você não trabalha só o ser religioso, mas a ligação de Deus e a criatura, você vai trabalhar o respeito que você vai ter que ter com o outro, o respeito, a paciência, a tolerância, o amor, o carinho, a solidariedade,... então são essas coisas, esses valores, são relevantes de você trabalhar nesse aspecto. (Entrevista realizada em 18/08/2010)

Nesse relato, há um misto de valores cívicos que são postos ao lado de valores religiosos que nos remete ao antropólogo Thales de Azevedo (1981) em seu trabalho *"A Religião Civil Brasileira – um instrumento político"*, onde discute práticas religiosas no espaço público brasileiro como *uma* forma de religião. Assim sendo, observamos no discurso

da professora, resquícios de um projeto de religião cívica que se fez no Brasil, mas que, embora o rompimento entre Igreja e Estado tenha se dado há tempos, ainda permanece na prática. Nesse projeto, cabia à escola incutir essa religiosidade através dos seus conteúdos programáticos. Para tanto o objetivo da religião civil seria,

> Idealizar a *Religião* (considerada no aspecto etmológico-semântico de religação da criatura ao seu criador e não com o sentido confessional), a *Moral* e o *Civismo* como formando três círculos concêntricos, sendo o exterior o da religião, médio o da Moral e interior o do Civismo. Desse modo, os deveres, direitos e atos cívicos fazem parte de grupos maiores de deveres, direitos e atos morais, e a moral vincula-se a princípios permanentes, originários de Deus (AZEVEDO, 1981, p. 132).

A presença do aspecto religioso se dá, portanto, na prática das relações e quando observado em uma sala de aula, verificamos que valores cívicos são 'ensinados' como valores ou práticas religiosas. Através de ensinamentos voltados para 'Deus', poderão ser apreendidos e postos em práticas pelos alunos. E continua Azevedo,

> Toda essa trabalhosa construção mental destina-se, em última análise, a formar o cidadão virtuoso, 'impregnado de amor, de bondade, justiça, liberdade, sentimento do dever, lealdade, responsabilidade, capacidade de renúncia e solidariedade' (...) (AZEVEDO, 1981, p. 134).

A união entre a Igreja Católica e o Estado nos deixou como herança uma prática sutil e naturalizadas de elementos religiosos na vida social das pessoas independente de quais grupos pertençam – seja na família, seja na escola. Ocorre que, não é prerrogativa da religião católica o ensinamento de valores que torne o homem um 'cidadão virtuoso', mas só ela pode ser identificada dentro do projeto da religião civil e das práticas atuais.

1.2 A festa no espaço público escolar

O aparato jurídico brasileiro sempre versou sobre religião como um direito garantido ao povo, desde os idos do Império. Mais especificamente a legislação brasileira tratou e vem tratando a questão religiosa muito próxima às questões raciais. [20]

[20] Em seu trabalho "Notas Sobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil", Hédio Silva Jr., contextualiza historicamente a legislação acerca das relações raciais e religiões afro-brasileiras. In: Silva, Vagner Gonçalves da. Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro – brasileiro/ Ari Pedro Oro... et al; Vagner Gonçalves da Silva (org.) – São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2007.

Para além do aspecto jurídico/legal a construção de uma escola pública laica em seu sentido mais restrito, está muito mais ligada na proposição de uma discussão acerca das relações de diversidade religiosa, reconhecimento e respeito à essa diversidade.

A laicização da educação não afastou a religião da escola, estando presente fortemente nos conteúdos culturais, como os Ciclos Festivos devido ao fato do catolicismo ser fortemente representado nos ciclos juninos, natalino e também carnavalesco e se utilizar das festas como metodologia catequizadora. A ligação entre cultura e religião, foi tema de estudo por Geertz (2008), em seu trabalho *"A Interpretação das Culturas"*, onde o autor afirma que

> (...) os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo - o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem (GEERTZ, 2008, p. 66-67).

A cultura, ou ainda as manifestação culturais representam o *ethos* de um povo, e no nosso estudo os Ciclos Festivos representam as manifestações culturais vivenciadas na escola.

De acordo com Tinhorão (2000), com a primeira missa veio a primeira festa, os portugueses usavam de folguedos pra catequizar o gentio e as festas representavam momentos de sociabilidade.

> (...) Ora, se tais oportunidades de sociabilidade festiva jamais dispensavam, como é de supor, o concurso da música – marcial no caso das comemorações cívicas, fúnebres nas cerimônias de exéquias e na Semana Santa, mais já próxima da alacridade no júbilo dos hinos de procissão -, é nesse contexto de intromissão da nota profana nos eventos devoto-oficiais que se vai encontrar a história de como os sons do poder serviram à festa na América Portuguesa (TINHORÃO, 2000, p. 09).

A utilização da festa como forma de catequizar esteve presente na história da colonização do Brasil, sendo essa um recurso bastante utilizado para reproduzir *os sons do poder*.

A presença de elementos católicos naturalizou-se dentro das instituições estatais, contudo os agentes presentes no contexto escolar se fazem presentes com suas diferenças e no momento atual, estando imbuídos de poder, dos discursos de políticas de reconhecimento e multiculturalidade, como discutiremos no discorrer desse trabalho.

A separação do Estado e da Igreja, no caso do Brasil, tem como resultado a diversidade religiosa em uma conflituosa convivência. Em seu trabalho sobre secularização e

espaço público, Montero (2009) nos dirá que as diferentes religiões buscam "marcar seu terreno" onde o Estado não atua, ficando dessa forma presente no espaço público. A idéia de compaixão, educação, assistência social, saúde, pobreza, sujeitos de direito, prosperidade, são incorporadas nos discursos religiosos. "Desse modo, paradoxalmente, a atividade "religiosa" se espalhou pelo tecido social, tornando-se indistinguível das práticas propriamente civis de filantropia e assistência. A religiosidade com "ação social" pode incorporar-se ao tecido da esfera pública disputando com outras linguagens, tais como turismo, arte, cultura, a distribuição dos recursos e concessões públicas" (MONTERO, 2009, p. 07).

A mesma autora faz referência ao aparato legal do Brasil republicano onde lei e religião se mesclavam em nome da garantia dos direitos e da "ordem pública" urbana (MONTERO, 2009). Em nome da ordem proposta, a legislação reafirmava o catolicismo como religião, ao mesmo tempo em que outros atos e ações que não tivessem elementos católicos, estariam diretamente associadas às práticas mágicas, sendo a categoria magia utilizada como uma categoria de acusação.

No Brasil, o processo de secularização repassou o lugar da religião para a esfera civil, trazendo a partir dessa mudança o 'aparecimento' de diversas religiões (MONTERO, 2006). Completando esse pensamento, Emerson Giumbelli (2002) fala do processo de diferenciação estrutural da sociedade, deixando a religião de ser uma instância totalizadora e passando a ter espaço, limites e regras próprias. Esse processo é caracterizado como secularização. Sobre a presença da religião em espaço nunca antes ocupado[21], Burity (2001) nos dirá que essa presença se deve pelo fato de que existe na modernidade um debate público e político, de temática cultural em que a religião se insere. "Políticas de identidade, multiculturalismo, ações afirmativas, políticas da cultura, diversidade cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo (turismo, lazer, políticas culturais), novos movimentos sociais, ampliação da política, redes, são algumas referências que compõe o quadro de uma contemporaneidade da qual a religião é parte inseparável (...)" (BURITY, 2001, p. 05).

Concordo com o pensamento de Joanildo Burity quando afirma que o problema não está na constante presença da religião no espaço público, mas de como podemos dar sentido a essa presença e como avaliar as implicações com os demais atores religiosos. Portanto, cada

[21] Burity aponta uma fronteira entre religião e política onde três linhas normativas estariam no meio de uma discussão sobre a desconstrução dessa fronteira público/privado: 1- assuntos e convicções religiosas fazem parte da esfera pública; 2- a neutralidade do Estado como sinônimo de espaço público; 3- separação entre Igreja e Estado (com amparo de garantias constitucionais). Com a penetração da religião na esfera pública (através de bancadas religiosas no Congresso, por exemplo), abre-se espaço para que a construção da diferença se dê através da afirmação da identidade (BURITY, 2008).

vez mais vemos imbricadas as fronteiras entre público/privado e o vínculo entre política e religião.

Para Giumbelli (2001), com a modernidade e a separação entre Igreja e Estado, a religião se reconfigurou, não deixando de ocupar os espaços[22] públicos, à sombra da laicidade. No caso da França atrelando a identidade religiosa às capacidades cívicas e políticas, no caso do Brasil essa separação favoreceu a diversidade religiosa. Segundo esse autor, a dissociabilidade (Estado/Igreja) não representa o desinteresse do primeiro pela segunda. E acrescenta que *é preciso reconhecer que o fato de a religião ter deixado de ser a instância central da sociedade, não significa que tenha perdido importância ou relevância social na atualidade* (GIUMBELLI, 2001, p. 11).

Sendo essa mudança de natureza 'topológica', nas palavras de Emerson Giumbelli, a religião apenas muda de lugar.

No caso brasileiro a liberdade de consciência surgiu com o Estado moderno e a secularização (MONTERO, 2006). Com a separação entre a Igreja Católica e o Estado, outras expressões religiosas criaram força para se mostrar, embora reprimidas pela força do Estado. Com a necessidade de expressão religiosa, nesse momento apenas permitido nas Igrejas (católicas) ou em 'terrenos' privados, o Estado passou a reprimir essas práticas diversas usando a força.

Considerada como a única religião possível, a católica, dentro de uma vivência conflituosa, as demais manifestações religiosas eram consideradas como magia, muitas vezes sendo atribuído sentido de prejuízo à saúde dos praticantes. As práticas religiosas tiveram que provar não serem prejudiciais à saúde e 'ganhar' o *status* de religião (ORTIZ, 1978).

A presença naturalizada de elementos católicos no espaço público brasileiro é resultado, segundo Paula Montero (2006), do fato de que

> Ela (a Igreja Católica) não deixa de ser Igreja depois da República: ainda hoje é legitimada como responsável pelos ritos civis e socialmente válidos. Distinção entre rito e sacramento ainda é reconhecido como perfeitamente legítimo (MONTERO, 2006, p. 64).

A 'gramática católica' do espaço público brasileiro se ancora na influência do poder exercido pela esfera pública, ou seja, como nos diz Montero (2006),

[22] Entendo como espaço público o lugar de atuação do poder, lugar que não é privado e que está ligado ao domínio estatal (municipal, estadual ou federal); esfera pública como a instância de elaboração do poder, seja legislativa, executivo ou judiciário.

> Na medida em que estão na base da formação de nossa esfera pública, alguns códigos católicos ainda são percebidos como aqueles aceitáveis para expressar ou demandar algo no espaço público (MONTERO, 2006, p. 64).

Montero (2006) dirá que na metade do século XX, o pluralismo religioso brasileiro surgirá com base na necessidade dos direitos de liberdade de consciência. O surgimento desse pluralismo veio junto com a necessidade de reconhecimento religioso, posto que enquanto as variadas seitas fossem vistas como 'mágicas' não teriam o respeito da sociedade, isso só aconteceria a partir do momento que tivessem o *status* de religião. Esses novos atores sociais passaram a reivindicar seus direitos e sua presença nos espaços públicos, como trataremos nesse trabalho com a verificação da força dos evangélicos nas escolas públicas.

1.3 Presença religiosa na escola laica

A separação do Estado brasileiro da Igreja Católica não foi garantia de que o catolicismo não se fizesse presente nos espaços públicos institucionais, até mesmo de forma naturalizada. Fato que fortalece a chamada 'gramática católica' do espaço público brasileiro do qual nos falou Montero.

Mesmo sendo a escola pública, em sua definição, um espaço laico, não tem conseguido deixar de fora a religião, ela está sempre presente dentro do indivíduo[23], na oração da entrada, na cantiga, nas festas, nas mediações e nas tensões, nas reivindicações por espaço e visibilidade que se fazem presentes no cotidiano escolar.

A presença da religião na vida do homem, quando refletida no espaço público, apresenta uma outra perspectiva além daquela indicada pela teoria de Emile Durkheim, a religião além de 'fazer a humanidade viver', sendo um suporte de força, ligando os homens ao criador se apresenta de forma bem variada na sociedade moderna. Longe de se apresentar da forma que defende a teoria da secularização de Max Weber, Montero (2009) nos faz observar que a separação Estado/Igreja, no caso brasileiro precisa ser verificada dentro das suas peculiaridades. Entrando, quer pelas janelas laterais, quer pela porta da frente, a igreja, ou mesmo as religiões, se apresentam no espaço público de forma cada vez mais freqüente.

> (...), longe de 'privatizar-se', as religiões, desde sempre, imiscuíram-se das mais variadas formas na construção e na gestão do espaço público. A

[23] Em debate ocorrido no I Seminário Epistemológico do Estudo da Religião, realizado entre os dias 07 e 08/10/2010 em Natal, RN, à respeito da presença da religião nos espaços públicos no caso brasileiro, o Dr. Rodson R. S. Nascimento diz que " o Estado é laico, mas a nação é religiosa."

> presença histórica das igrejas cristãs nas áreas de educação, saúde, assistência social, etc. concedeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado (MONTERO, 2009, p. 02).

O recente cenário pernambucano tem mostrado que a presença das religiões no espaço público aparece de forma institucionalizada, inclusive através de leis e de ações governamentais.

Como exemplos podemos citar a Lei 2313/2005, da cidade do Cabo de Santo Agostinho, que institui o Dia do Evangélico, sendo essa cidade a única no Brasil a decretar tal feriado, no dia 31 de outubro, até então. Essa determinação legal deu ao prefeito Lula Cabral o "Troféu Honra ao Mérito Consciência Evangélica".

No Recife, em 04 de novembro de 2010, foi realizada a quarta "Caminhada dos Terreiros de Matriz Africana e Afro Brasileira de Pernambuco", tendo a presença dos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Ceará. Considerada uma das maiores manifestações nesse sentido, a Caminhada é organizada e promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da capital recifense. Na recente disputa presidencial, o debate circulou entre o político e o religioso trazendo o aborto com suas implicações morais, éticas e religiosas para a pauta do dia.

A observação da presença religiosa no espaço público escolar, um dos objetivos desse trabalho, se dá sob a ótica dos Ciclos Festivos, posto que esses momentos no cotidiano escolar deixam transparecer mediações e rupturas em torno dessas atividades. A necessidade de uma vivência pedagógico-cultural dos Ciclos Festivos está amparada na legislação federal quando exige respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Não apenas ficando restrito a um componente curricular, a discussão sobre diversidade religiosa se apresenta como necessária, dentre as demais 'diversidades' observáveis nesse cenário.

Ainda na defesa da discussão sobre a diversidade religiosa no espaço público escolar, concordo com Everaldo Fernandes da Silva, quando diz em seu artigo *'Ensino Religioso como Ferramenta de Cidadania'*, que o fenômeno religioso precisa ser visto de forma desarticulada de um currículo, ou mesmo o fenômeno religioso (visto como acontecimento social variado) não pode entrar nos muros da escola na forma 'amarrado' ao currículo.

> Em meio às alternâncias históricas com os seus movimentos próprios, o fenômeno religioso tem sobrevivido desafiando os constructos iluministas e as previsões positivistas do desaparecimento do sentimento religioso com o avanço da lógica e dos procedimentos eminentemente científicos; constata-se uma 'revanche do sagrado' com novas formas e representações. Face a

> esta evidência histórico-social, continua pertinente o estudo das questões religiosas dentro do aparato simbólico do humano em níveis pessoal e coletivo. Contudo, quem sabe se, em vez de um componente curricular nomeado e formatado como Ensino Religioso, fosse instituído um com nome de Estudos sobre o Fenômeno Religioso. Não se trata tão-somente de nomenclatura, mas de concepção dos estudos desta área do conhecimento. Muito ajudaria a largar o velho ranço de associar Ensino Religioso aos modelos piegas e caducos das religiões (SILVA, 2008, p. 220).

A presença do sagrado na sociedade está para além da vinculação das pessoas às instituições religiosas, estando muito mais interligadas a um movimento interior. A materialização dessa religiosidade, se pode ser medida, o será, através do efetivo exercício e da contribuição que o compromisso ético, o respeito às diferenças, a necessidade de viver em harmonia ainda que conflitiva influencie diretamente na vida dos indivíduos. A religião não se confina dentro das igrejas católicas, dos centros espíritas, dos terreiros de religião afro-brasileira. Ela tem sido vivida na prática, interferindo na vida das pessoas, muitas vezes utilizando as brechas deixadas pela inoperância do Estado em algumas áreas importantes da vida social.

CAPÍTULO 2 O MULTICULTURALISMO NO RECIFE: “O PASSAPORTE” DE ENTRADA DA RELIGIÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

2.1 Recife, Cidade Multicultural

Nesse capítulo inicio com a discussão do modelo de multiculturalidade defendido pela Prefeitura do Recife e de como esse modelo tem alcançado as escolas. Considero relevante para essa pesquisa que a idéia de multiculturalidade seja posta, devido às suas implicações no campo do reconhecimento dos direito dos indivíduos, na garantia desses direitos pelo Estado e na apropriação da idéia de sujeitos de direitos no que diz respeito à religião pelos agentes presentes no espaço público da escola.

Há algum tempo nos acostumamos a ver tanto a cidade do Recife quanto o Estado de Pernambuco ser definidos como *multiculturais.* ‘Recife Multicultural’; ‘Pernambuco, Nação Cultural’; ‘Carnaval de Todas as Culturas’, ‘São João de Todos’...

A perspectiva de uma política multicultural está embasada na garantia dos direitos dos indivíduos e do reconhecimento das diferenças. Garantia essa que precisa ser dada pelo Estado e que no caso dessa pesquisa, aqui se representa pela Prefeitura do Recife, posto que as escolas/campo fazem parte da Rede Municipal de Ensino. Com a vivência dos Ciclos Festivos e a tensão com a diversidade religiosa, trazemos para o debate o modelo de multiculturalismo que tem sido incorporado nos discursos oficiais da equipe gestora da prefeitura – seja na pessoa dos prefeitos da cidade (a partir de 2001) ou gestores das secretarias – e nos questionamos se esse modelo atende e garante os direitos dos agentes envolvidos nessas atividades na escola.

O modelo de multiculturalidade defendida no Recife tem sua maior expressão no carnaval que a Prefeitura promove, sendo reverberado dentro de outras secretarias além da Secretaria de Turismo, a exemplo da proposta de educação inclusiva e de respeito às diferenças. Como é colocado em prefácio ao livro destinado à formação docente pelo prefeito João Paulo de Lima e Silva (2008),

> Nossa proposta é construir nas escolas do Recife um modelo de educação radicalmente democrático e voltado para construção da cidadania plena. Um modelo que articule, nos processos de ensino e aprendizagem, as diversidades e singularidades (SEEL, 2008, p. 11)

O modelo apresentado defende uma política cultural que ‘atenda’ a todas as pessoas, onde todos se sintam contemplados e respeitados nas suas diferenças e direitos. Desde 2001, a partir do carnaval, denominado ‘Carnaval Multicultural’ a utilização do termo *multicultural* ganhou força nas ruas do Recife. Para a gestão municipal o carnaval representa um patrimônio cultural de todo o povo e através dele a identidade do recifense vem sendo construída sobre a idéia de uma ‘nova’ identidade local/nacional. Fazendo um estudo sobre a utilização do carnaval como legitimador das gestões governamentais em Pernambuco, Vidal (2010) coloca que o carnaval do Recife já teve outras denominações que também apontavam para o modelo político defendido. Ele faz um breve histórico e nos lembra da *“desvalorização da cultura local”* promovida na gestão de Jarbas Vasconcelos com o *Recifolia*[24] e seu *Axé Music*, esse argumento fez com que movimentos da cultura popular contribuíssem com uma proposta diferenciada para a festa. A partir dessa idéia,

> (...) o carnaval Pernambucano ganhou espaço na imprensa nacional e, tornou-se, sob o slogan da descentralização da festa - com a colocação de palcos para shows e apresentações da cultura local e nacional - e do multiculturalismo - em que o respeito às diferenças foi seu maior mote – um espaço para confraternização dos diferentes, através do qual os grupos políticos no poder tentaram congregar os diversos segmentos sociais que o apoiavam (VIDAL, 2010, p. 13).

Essa idéia tem sido massificada desde 2001, e tornou-se comum denominar o carnaval do Recife como multicultural, contudo as implicações desse modelo de gestão, sob a ótica do que nos aponta Hall, de maneira menos local e mais conceitual, diz que

> O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais (HALL, 2003, p. 52).

Assim sendo, podemos afirmar que o que acontece no Recife está distante de ser a implementação de estratégias e políticas utilizadas para administrar os ‘problemas da diversidade’, ao menos não tem tido um resultado satisfatório dentro do espaço escolar.

Sendo o Recife uma cidade onde a diversidade cultural está bem representada, fruto da mistura das culturas dos povos de origem indígena, africana e européia, a denominada

[24] Recifolia foi o nome dado ao carnaval fora de época que aconteceu no Recife durante dez anos (1993/2003), com ênfase nos trios elétricos, músicas baianas, compra de ‘abadás’ para uso dos integrantes dos blocos.

diversidade cultural do recifense, bem como do nordestino e de todo povo brasileiro, tem como uma de suas características a grande quantidade de elementos culturais diferenciados em sua formação.

Podemos encontrar nos Ciclos Festivos a representação dos mais variados elementos culturais que estão presentes em nossa cultura. Tanto as contribuições culturais dos grupos indígenas nativos, quanto os europeus e os africanos podem ser facilmente reconhecidas no nosso fazer cultural. Resultado da mistura das culturas que forma o povo brasileiro. Sejam no carnaval (com a capoeira, o maracatu, o frevo, o caboclinhos), nas Festas Juninas (com a quadrilha, comidas típicas de milho, ritos), ou no Ciclo Natalino (com o pastoril, reisado, bumba-meu-boi), elementos culturais e diversos que poderão ser facilmente identificados. De acordo com Câmara Cascudo (1988), os folguedos dos Ciclos Festivos "centralizam no Brasil as maiores e mais numerosas convergências dos folguedos populares" (p. 19).

A presença de elementos católicos nos Ciclos Festivos se dá pelo fato historicamente observado de que grandes festas públicas se celebravam no Brasil, nos períodos colonial e imperial. Períodos esses onde a ligação entre Estado e Igreja, fazia deles um só corpo. "A produção ficava a cargo das autoridades civis, religiosas e militares, das diversas categorias profissionais, irmandades religiosas e grupos étnicos, porém, cada qual com função e lugar regidamente definidos" (ARAÚJO, 1996, p. 56).

O carnaval era vivenciado no domingo, na segunda e na terça feira, que precediam o período litúrgico da Quaresma, o tempo em que os habitantes do Brasil colonial brincavam o Entrudo[25]. As corporações de ofício, as irmandades religiosas, grupos de artistas, festejavam o carnaval, com insígnias, estandartes, roupas apropriadas. Em meio às mudanças econômicas, políticas e sociais nascia o frevo no Recife.

Na África e Ásia foram verificados ritos em honra a diversas divindades. Com a vinda dos portugueses para o Brasil, o Ciclo Junino encontrou um terreno propício para uma identificação com a também conquistada colônia portuguesa (Revista Brincantes, 1998) A louvação a Xangô, Senhor dos Raios e Trovões, através dos fogos, vem da tradição dos negros vindos da África. Outro fator relevante para a identificação das Festas Juninas no Brasil é o fato de São João ser considerado o santo da família, e as comemorações propiciarem a união e o encontro entre parentes, a reunião dos imigrantes (CHIANCA, 2007).

[25] A palavra 'Entrudo' vem da expressão latina 'intróito', que quer dizer introdução, referindo-se assim ao período que introduz a quaresma.

A festa do Natal tem como principal característica e como personagem principal a pessoa de Jesus Cristo, considerado pela Igreja Católica o 'Verdadeiro Sol' [26]que veio para iluminar o mundo (Jo, 8, 12).

De acordo com o evangelista João, ele teria vindo ao mundo como a "Luz verdadeira que ilumina todo homem" (João, 1, 9).

No Ciclo Natalino, as festividades na escola giram em torno dos cânticos religiosos e da apresentação do pastoril, que tem sua origem vinculada ao teatro religioso semipopular ibérico, já que tanto na Espanha quanto em Portugal, as datas católicas se transformaram em festas eclesiásticas e ao mesmo tempo em festa popular. No pastoril se comemora o nascimento de Cristo (Revista Brincante, 1998).

Verifiquei a busca por argumentos descritos na Bíblia, entendidos como históricos na conversa que tive com o Diácono Daniel, ao ser questionado sobre a orientação dada aos adolescentes da Assembléia de Deus sobre as festas da escola.

> *Diácono Daniel*: Se você me perguntar; e o povo de Israel, comemorava? Comemorava.
> Eles tinham festa? Tinham festa. Eles dançavam? Eles dançavam. Mas a festa do povo de Israel era toda voltada para Deus. A comemoração era Deus. Por exemplo, todo israelita quando ele plantava, a primeira colheita era oferecida a Deus, nesse caso tinha uma festa. A Festa das Primícias, como a bíblia chama, então havia festa, eles dançavam comemorando a Deus a boa colheita, ou seja, a primícia da colheita era oferecida a Deus; a páscoa, outro exemplo. Oh rapaz! Graças a Deus! A páscoa para a escola secular, o ensinamento secular é o ovo da páscoa, o coelhinho da páscoa e para nós evangélicos não é isso. Você ta entendendo que eles distorcem? A páscoa, a celebração da páscoa ta lá no livro de Êxodo quando Deus tira seu povo de Israel, para ficar livre de faraó e Deus ordena a todo povo de Israel que seria celebração perpétua, ou seja, de geração em geração eles tinham que se lembrar que Deus tirou o povo de Israel que vivia escravizado, sofrendo, clamando por libertação e Deus enviou dez pragas, depois matou todos eles no Mar Vermelho que a ciência não acredita, né? Mas milagre não se explica, se crê. Ou crê ou não crê. Então Deus disse: vamos fazer o seguinte, vocês vão se lembrar disso perpetuamente. Bote roupa de viagem, cajado na mão, sandália no pé e na meia-noite vocês vão matar um cordeiro, as famílias menores vão se juntar com as maiores e se matará um cordeiro, assará... Tinha que ser assado não podia ser cozido, o sangue daquele cordeiro era colocado nos umbrais da porta e o anjo ia passar e aonde não tivesse o sangue nos umbrais da porta o anjo ia ferir o primogênito, aonde tinha sangue nos umbrais da porta não houve morte, então aquilo ali é a páscoa, páscoa pra nós é a libertação, o livramento do povo de Deus de Israel das mãos de faraó. Tem nada a ver com coelho de páscoa, com coelho, com ovo e aqui é como uma regra de fé (Entrevista realizada em 20/02/2011)

[26] Verdadeiro Sol: em referência ao deus sol pagão.

A utilização dos argumentos bíblicos com cunho histórico reforça ainda mais a capacidade de convencimento do discurso. Se a Bíblia não pode ser questionada, na visão do Diácono, por ser portadora da palavra de Deus, ele ainda a utiliza para contrapor com a ciência, corroborando assim com a construção da 'verdade' que suas palavras representam. Não existe defesa na vivência de festas no espaço escolar na visão do diácono.

Porém, defendo que os Ciclos Festivos, vistos pela ótica da experiência educativa são momentos privilegiados, onde as pessoas festejam umas com as outras. Como diz o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1981, p. 30), a festa é um tipo de ritual e para Turner (1974, p. 19), "os rituais revelam os valores no seu nível mais profundo (...), os homens revelam no ritual aquilo que os toca mais intensamente.".

A conexão entre ritual e cultura da escola é defendida por McLaren (1991), pois para esse autor necessita ser melhor explorada pelos ritualistas, considerando os eventos ordinários e do cotidiano escolar como campo de pesquisa dos rituais. Assim como na vida, as realizações dos folguedos populares estão revestidas de possibilidades de interação e sociabilidade e percepção ritualística dos seus significados. Os Ciclos Festivos se consolidaram por força da hegemonia religiosa e moral da Igreja Católica, contudo podendo ser observada a representatividade das religiões de matriz africana, e da cultura indígena. Não sendo os evangélicos, ou outras religiões representadas nessas atividades. Fato esse que traz a idéia de que existe um tipo de "passaporte cultural" que não abre todas as portas, ou ainda, não abre as portas para todas as representações religiosas no espaço escolar.

Até mesmo o Ciclo Carnavalesco, que é o mais "profano" dos três, parte dessa impregnação, pois com seu término inicia-se o período quaresmal que antecede a páscoa cristã.

Nessa diversidade cultural está a busca por reconhecimento, que tem sido um tema recorrente da política atual. Assistimos a todo o tempo as manifestações à procura de afirmação por grupos minoritários, através de protestos, passeatas, greves de fome, projetos de lei, leis sancionadas e exigências de cumprimentos dessas leis (TAYLOR, 1994, p. 46). Mas a busca desse reconhecimento não se sacia do ato da representação, pois como vimos no Exemplo 3, em que as crianças dançam maracatu em uma das escolas observadas, não deixou que os conflitos desaparecessem.

A relação entre reconhecimento e identidade se dá na interação com o outro, e de acordo com o autor (TAYLOR, 1994), quando esse reconhecimento não ocorre ou ocorre de forma incorreta, configura-se uma agressão.

As discussões sobre multiculturalismo, estão diretamente ligadas à política de reconhecimento. Charles Taylor nos diz que o reconhecimento é importante tanto no plano íntimo, nas relações com os outros importantes, quanto no plano social, com as políticas de reconhecimento igualitário (1994, p. 56).

Dentro de uma proposta de um modelo educacional para a cidadania, a Prefeitura do Recife, tem adotado e implementado políticas da promoção da igualdade através de projetos, formações de docentes, concursos, estratégias de trabalho com a aplicação da Lei 11645/08[27]. Tanto a Lei 10639/03 quanto a Lei 11645/08 são resultado da luta dos movimentos sociais na tentativa de que as políticas públicas auxiliem no combate ao racismo e ao preconceito existente no ambiente educacional, bem como em identificar a valorosa contribuição artística, científica, cultural e humanística das populações negras e indígenas. Mas é na sutileza das interações entre professores (formadores) e estudantes, bem com os demais agentes, que os conflitos e tensões efetivamente ocorrem. A disposição para deixar que a diversidade se represente, não é a mesma para favorecer uma política multicultural.

Quando nos pomos diante dessas duas problemáticas, as políticas de reconhecimento e a diversidade cultural, tendo como pano de fundo as atividades dos Ciclos Festivos, repletas de conteúdo religioso no espaço social da escola, nos deparamos com um cenário tenso. Estará havendo uma série de conflitos na elaboração e efetivação da diversidade cultural e religiosa dentro da escola, tratando os diferentes como idênticos? Estará a escola garantindo que a diversidade religiosa dos grupos seja representada de forma a contemplar a diversidade proposta pelo Estado? As relações de convivência entre os agentes na escola são construídas tendo por base o respeito às diferenças?

2.2 O “passaporte cultural” abre algumas portas na escola

A diversidade que é proposta pelo Estado e que vem sendo constantemente vivenciada nas escolas está alicerçada na idéia de acervo cultural, tomando como base as influências culturais dos grupos indígenas, africanos e europeus. Contudo, outras identidades são deixadas de lado, dando-se o confronto e os conflitos, pois se estabelecem em outras bases, reforçando a não participação dos evangélicos nas atividades culturais. Ora, se o “passaporte cultural” ou “estratégia cultural” não contempla os evangélicos, através de qual canal eles

[27] A Lei 11645/08 altera a Lei 9394/96, modificada pela Lei 10639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Historia e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

poderão garantir sua presença no espaço escolar? E, uma vez adentrando nesse espaço, que efeitos produzirão nas relações e dinâmicas escolares?

Acredito que estamos diante do processo de construção de *um* novo modelo de laicidade, como discutido inicialmente no capítulo anterior, a laicidade relativa, que observo de modo positivo, pois está sendo vivida na intenção de mediar as tensões que ocorrem sob o aspecto religioso nas escolas. Contudo, vale salientar, que as mediações que permitem o exercício relativo da laicidade são pontuais, não fazendo parte de uma proposta política do Estado.

Muito mais do que estabelecer propostas concretas e metas a serem cumpridas acerca da multiculturalidade e tudo que vem em seu corpo, a Prefeitura do Recife vem se apropriando do conceito de multiculturalidade para estabelecer a vivência da diversidade nos vários cantos da cidade. Através dessas ações, as chamadas 'atividades multiculturais', abrem-se passagens estratégicas por onde a religião consegue penetrar em outros espaços, como é o caso da escola. Ou melhor, dizendo, alguns elementos religiosos conseguem penetrar ou serem representados através do "passaporte cultural". É o caso das atividades do Ciclo Carnavalesco, onde atividades como maracatu, afoxé,... trazendo cortejos de reis e rainhas, canções de orixás, ...

Em atividade recente na Escola Municipal do Jordão, por ocasião do Ciclo Natalino, a pequena Isabela[28], assembleiana, seis anos, participou dos ensaios do pastoril durante todo o mês de dezembro, sem que sua mãe soubesse; no dia da culminância não pôde dançar. É mais um exemplo dos que sempre verifico nessas ocasiões, com a diferença do que relatou sua mãe informalmente, ao dizer que *"assistir ela pode, mas dançar não. Tenho que cuidar desde pequena pra não se perder"*.

Penso a partir do relato que essa experiência, a atividade cultural – pastoril - não contempla a religião da Isabela, mas levanta outra questão: quem irá garantir o direito da criança em participar de uma atividade proposta pela escola?

Em outro sentido, quem irá garantir o direito da mãe em 'proteger' sua filha dos 'inimigos' da sua religião? Qual a lei que garante o direito de um evangélico não participar de festas escolares sem ser penalizado?

Nesse caso a invisibilidade da criança surge na negação do seu direito, pois pelo fato de ser criança nem ao menos é ouvida. A discussão se dá no seu entorno. A manifestação da cultura popular é entendida como religiosa pelos evangélicos e o espaço público, nesse

[28] Nome fictício.

momento deixa de ser laico, na visão do nativo. E ao deixar de se mostrar laico, o elemento religioso que se apresenta entra em choque com seus valores e crenças.

Entender o sentimento expresso naqueles olhinhos tristes não tem sido tarefa fácil, contudo a tristeza da pequena Isabela nos põe a pensar. A orientação dada por sua mãe deve ser seguida e o desejo de dançar o pastoril junto com as outras crianças fica suprimido. A formação religiosa pesa muito mais na educação daquela criança que apreender e experienciar um folguedo cultural que faz parte do currículo escolar. Ocorre que ambas estão em busca de respeito e reconhecimento, tanto a filha quanto a mãe: enquanto a mãe não se sente à vontade com a atividade, que fere seus preceitos e valores religiosos e que de certa forma obriga sua filha a participar e, tudo isso acontecendo dentro de um espaço público, sua filha quer brincar com as demais crianças, dançar o pastoril, vestir aquelas roupas coloridas. Mas é necessário obedecer. E elas obedecem.

Não temos como mensurar quem mais causou mal a pequena Isabela, mas refletir sobre o que levou a tristeza aos seus olhos. No ponto de vista da sua mãe o mal seria causado se ela participasse da atividade festiva. Acredito que nesse momento as duas tiveram seus direitos violados, posto que a diversidade religiosa de ambas não foi respeitada, ocorre que no caso da criança, por sua condição, prevalece a orientação da mãe. O sentimento que pude perceber expresso por parte da menina naquele momento foi de frustração por não ter o desejo realizado. Ela permaneceu durante todo o tempo da apresentação do pastoril com seus bracinhos cruzados em volta do corpo, cantando as músicas sem emitir som e assistindo a tudo. Ao ser perguntada por mim o que sentiu naquele momento, ela assim respondeu *"fiquei triste só um pouquinho"*. Difícil apreender através de fotos, entrevistas ou desenhos o que se passou naquela tarde, nesse instante me senti totalmente envolvida pelo objeto da pesquisa e completamente afetada pelo campo.

2.3 A força dos evangélicos

Através do som que ecoa dos alto-falantes que ficam no topo da Assembléia de Deus do Alto da Jaqueira, próxima à Escola Municipal do Jordão, ouve-se muito mais que cantos e louvores; ouve-se muito mais que pregações e leituras do Evangelho. Os ruídos que de lá ecoam, ultrapassam os portões da escola e dão visibilidade aos agentes que chegam imbuídos de poder e conhecedores dos seus direitos. Assim pude observar na vivência dos Ciclos Festivos nas escolas/campo de pesquisa que o embate se dá por parte da negativa dos evangélicos em participarem de tais atividades e por não sentirem-se representados.

De acordo com o trabalho do antropólogo Marcelo Camurça, *A Realidade das Religiões no Censo do IBGE* – 2000, publicado em 2006, após "enxugar" os dados coletados na pesquisa censitária desse ano, no que concerne a religião dos brasileiros, chegou-se a três blocos,

> O primeiro diz respeito ao catolicismo, religião majoritária no país, que passou de 121,8 milhões de membros computados no Censo de 1991 para 125 milhões em 2000, mas que, todavia em termos percentuais, caiu de 83,3% para 73,8% da população. O segundo, aos evangélicos, que de acordo com os números desse último Censo quase que dobraram sua quantidade, de 13 milhões em 1991, o que correspondia 9,05% da população, para 26 milhões, ou seja, um percentual de 15,45% da população (...) E o terceiro, aos que se nomeou "sem religião", que passaram de 6,9 milhões para 12,3 milhões, ou seja, de 4,8% para 7,3% (CAMURÇA, 2006, p. 37).

Mesmo apresentando um percentual aquém do esperado pelos próprios estudiosos, os evangélicos conseguem fazer parecer que são muito mais do que realmente são em quantidade. A expressividade dos evangélicos não pode ser medida em números.

De acordo com os estudos de Emerson Giumbelli (2006), no trabalho *"Minorias Religiosas"*, além do crescimento estatístico dos evangélicos acontece o diferencial de que esse segmento possui um projeto de maioria.

> De fato, mesmo que o número dos que se declaram "sem religião" acuse o maior aumento relativo nas últimas décadas, é em torno dos evangélicos e de seu crescimento que as atenções se depositam. Se até o Censo de 1980 as estatísticas eram ainda tímidas o quadro muda nos dois últimos registros. A expansão do número de adeptos (conjugado ao decréscimo das adesões ao catolicismo) veio acompanhada de uma enorme visibilidade, conquistada em parte pelo interesse devotado pela sociedade e em parte pelas investidas que deram aos evangélicos um novo perfil (GIUMBELLI, 2006, p. 238).

Esse novo perfil do evangélico pode não retirá-lo em termos quantitativos da condição de minoria, contudo o põe qualitativamente como uma maioria expressiva na sociedade brasileira. As investidas no campo midiático e político, as estratégias de conversão de novos adeptos, os programas assistenciais, os grandes eventos como as caminhadas que arrastam milhares de jovens, demonstram que o caminho encontrado pelos evangélicos está levando-os cada vez mais longe.

Posto nas palavras da gestora da Escola M. Pastor Mugumba Sobrinho, a força dos evangélicos está assim colocada:

> _*Edi:* Qual o grupo que mais reivindica seus direitos dentro do espaço escolar?
> _ *Gestora Rosinalva:* Os evangélicos são mais carne-de-pescoço, umbandista não diz nada, espírita não diz nada, eles ficam no anonimato, preferem se esconder. Se você vê um espírita falando é para se promover como uma pessoa melhor.
> Eu já ouvi dizer: você precisa lapidar sua alma, quantas vezes você precisa renascer, reencarnar pra ser uma pessoa melhor, tu já reencarnasse mil vezes e não sai dessa matéria.... Professor é preconceituoso até a alma (Entrevista realizada em 15/07/10)

Os evangélicos representam o grupo que mais se faz presente dentro do espaço escolar na medida em que reivindicam tanto o direito de não participar de atividades festivas quanto o de ver o pastor conduzindo reuniões, hinos de louvor em momentos de reuniões coletivas previstas no calendário escolar. Diferente de outros grupos, a exemplo dos espíritas e espiritualistas, os evangélicos se fazem presentes a todo o tempo. Reproduzo no quadro abaixo, como os agentes se comportam no espaço escolar e quais as características mais marcantes de sua orientação religiosa, nesse contexto.

Elementos religiosos	**Como podem ser identificados/se comportam no espaço escolar**
Afro-brasileiros/ espiritualistas	Vitimização da imagem, invisibilidade, busca de reparação; visibilidade positiva/negativa nas manifestações culturais dos Ciclos Festivos.
Católicos	Naturalização, hegemonia, presença constante; visibilidade positiva nas manifestações culturais dos Ciclos Festivos.
Espíritas	Pessoas melhores que as demais, apaziguadoras, caridosas; visibilidade em atividades coletivas não-culturais.
Evangélicos	Novos protagonistas, reivindicadores dos direitos, justificam seus direitos através de trechos da Bíblia; visibilidade em atividades coletivas não-culturais.

Apesar das políticas de afirmação da identidade, os umbandistas ou afro-brasileiros em geral, ainda não conseguem se assumir essa identidade de modo natural, sendo representados tanto de forma positiva quanto negativa nas atividades culturais. Posto que, ao mesmo tempo em que o maracatu, a capoeira e o frevo aparecem como construção cultural dos negros no Brasil, eles são chamados de ‘macumbeiros’ na atividade seguinte, sendo dos quatro grupos o

que menos aparece; os espíritas não demonstram ter uma condição reivindicatória, fazendo parte do seu *ethos* o fato de não reclamar; a hegemonia católica está sempre presente, com seus elementos reconhecidos positivamente em diversos momentos do cotidiano escolar. Percebe-se, na leitura do quadro acima que as relações dentro das escolas pesquisadas, não têm sido construídas em bases de igualdade.

2.4 O "passaporte político" não abre todas as portas

Volto ao meu argumento, citado no começo deste capítulo, de que, no espaço público escolar, o *"passaporte cultural" ou "estratégia cultural"* permite a entrada de elementos religiosos, tanto católicos quanto afro-brasileiros, deixando os evangélicos de fora como pude observar na vivência dos Ciclos Festivos. Todavia, acredito que o *"passaporte político" ou "via política"* é quem abre as portas para que o segmento religioso evangélico adentre os portões dos espaços públicos. É cada vez mais crescente o número da bancada evangélica nos poderes legislativos e executivos, permitindo a elaboração e aprovação de leis que defendam os interesses dos evangélicos.

Com o intuito de pesquisar sobre o avanço da participação dos evangélicos no espaço político do Rio de Janeiro, Machado (2006) aponta que entre os argumentos utilizados para a entrada desses religiosos na política, estão a aversão à política de uma forma geral e ao descrédito aos políticos tradicionais. Em defesa de pleitos importantes para os evangélicos, esses 'novos' políticos vão se firmando na política, traduzindo problemas como violência, desemprego e miséria *"para a linguagem moral e religiosa"* (MACHADO, 2006, p. 35). Para Burity (2008), a religião está diretamente ligada às referências da contemporaneidade como as demandas por reconhecimento, ampliação da política, diversidades cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo. Contudo, nem o "passaporte político" tem garantido a entrada dos evangélicos no espaço público escolar. A entrada dos elementos religiosos evangélicos através das manifestações culturais tem sido observada em algumas situações na escola, demonstrando que o uso de novas estratégias tem sido utilizadas para permitir esse acesso. Na escola Pastor Munguba, a gestora fez o relato de como uma professora evangélica se utilizava de estratégias das atividades culturais para que seus alunos participassem e tivessem a visibilidade garantida.

> *Edi:* E a Professora K que é evangélica? Como trabalha as festividades com seus alunos?

> *Gestor Rosinalva:* Toda apresentação de K, pode ser em qualquer evento, ela quer botar o hino da igreja. Ela bota os meninos pra fazer coreografias, dancinhas com louvores. No carnaval ela quer fazer o 'carnaval em Cristo', ela pega umas dancinhas bem animadas e bota o hino de louvor, no São João, toda dança que ela faz é com hino evangélico. A sala dela é doutrinada pro evangelho. É doutrinada (Entrevista realizada em 15/07/2010).

O relato acima exemplifica bem a utilização de estratégias diversas para garantir a presença evangélica dentro do espaço escolar, nas atividades festivas. As crianças participam da *brincadeira* que nesse momento traz elementos evangélicos na sua realização. Nesses momentos os pais das crianças evangélicas não se incomodavam que seus filhos dançassem, ou como a Professora K preferia definir, *"fizessem as coreografias"*. Algumas mães confidenciavam que achavam 'bonitinho'.

De acordo com a Gestora Rosinalva não havia repúdio ou qualquer impedimento por parte dos demais pais não evangélicos, todas as crianças participavam, principalmente os evangélicos, pois a Professora K assim fazia questão. Contudo as professoras católicas que presenciavam essas atividades sempre questionavam e diziam não ter *"nada a ver"*. A Gestora mantinha-se impassível, não fazia nenhum comentário sobre o uso daquela estratégia. Entendo que a imposição da religiosidade no espaço escolar laico não ocorre apenas de um lado, mas com a utilização dessa estratégia, em uma atividade do Ciclo Festivo, os evangélicos se fizeram presentes, lançando mão do "passaporte cultural". Vale salientar que nessa escola a gestora se declara evangélica, fato que pode ser a justificativa para sua "impassibilidade".

2.5 "Fique caladinho e pense em Jesus"

Na tentativa de fazer com que as crianças façam uma oração na entrada dos turnos, a Escola Pastor Mugumba criou uma oração própria para que todas as pessoas que participassem se sentissem representadas. A intenção de um ritual com simbologia religiosa na entrada da escola nos leva a refletir sobre o objetivo dessa ação na conduta dos alunos, reforçando o pensamento de que através da oração, eles possam tornar-se, se não bons católicos ou bons evangélicos, pessoas melhores. A religião da vice-gestora dessa escola é declaradamente espírita e ela elaborou a oração descrita abaixo:

Pai de infinita bondade,
Que os espíritos de luz,
Protejam a nossa família,
A nossa escola

E a nossa comunidade.
E que eu me torne, oh! Pai,
Uma pessoa melhor.
Que assim seja!

Observei que esse momento de oração na entrada dos alunos não tinha a participação de todos, e para que se mantivessem quietos a vice-gestora pedia: *"fique caladinho e pense em Jesus."*.

Todavia de acordo com a entrevista realizada com a gestora dessa mesma escola, o momento de entrada não foi construído de modo muito tranqüilo, chegando a resistência das crianças a atrapalhar a realização da atividade. Em uma das vezes em que estive presente e fiz o registro fotográfico, as crianças estavam bastante agitadas, enquanto a gestora e as professoras presentes faziam o sinal da cruz, a oração foi interrompida e a gestora perguntou : *"Por que vocês fazem tanto barulho? Na igreja de vocês é assim? O Deus de lá é diferente do Deus da escola?"* . Ao que os pequenos calaram e fizeram a oração em coro.

Postos em fila e organizados por turmas, as crianças recebiam as boas vindas e eram orientadas na oração. Em trecho da entrevista, a gestora nos diz:

> *Edi:* Como é à entrada dos alunos na escola?
> *Gestora Rosinalva*: A gente vai fazer a oração da manhã, Léo (vice-gestora) tinha elaborado uma oração com eles, que atendia evangélico, católico e espírita[29], todos os dias de manhã, na entrada, eles vem, bom dia e oração. Aí entra pai-nosso, numa oração só, pai-nosso, aí vem anjo da guarda, santo anjo de senhor, termina, aí começa oração espírita, os espíritos me iluminem, não sei o quê, não sei o que mais, nesse ponto você percebe a divisão das religiões. Enquanto ta no pai-nosso, todo mundo ora, quando começa a parte do santo anjo, do santo não sei o que, os evangélicos calam a boca, dali eles se dispersam totalmente e começam até a querer conversar, aí eu fico observando, parece um quartel, quando entra na parte dos espíritas é que lascou, aí começa, é que o negócio muda, é uma questão de bom senso. Se todos participarem apenas do pai-nosso, eu vou fazer um acordo com eles, eles já tão no automático: berê, berê, berê, amém. Se parar no meio do caminho, eu parar, disser olha gente parou! Eles continuam automaticamente, o que eu disse a eles, percebi que não é uma participação de todo mundo então vamos fazer a oração que Jesus nos ensinou que foi o pai-nosso, então quando tia Nalvinha disser amém, vocês já sabem que acabou o pai-nosso, a gente agora vai escutar o pai-nosso e fazer a oração do pai-nosso, se tiver outras religiões, fazem suas orações, agora essa daqui é pros católicos, pros evangélicos..., nos primeiros dias eles continuaram passando direto, aí eu dizia pára! Acabou! Eu já disse amém! Quando eu não to, ta Léo... aí eles continuam, eles vão no automático, eu já falei não vá! Eles vão ter que se reeducarem pra fazer só essa oração, vai chegar o momento que eles possam conduzir, vem fulano fazer a oração, vem cá você... (Entrevista realizada em 15/07/2010)

[29] De inicio a oração era feita em três etapas: Pai Nosso, Santo Anjo e a oração criada pela escola. Quando a gestor conduz, fazem-se as três orações, quando a vice-gestora conduz faz-se apenas a última.

Acredito que na tentativa da construção de uma oração de forma coletiva a vice gestora da escola conseguiu imprimir a representatividade da sua própria orientação religiosa. Podemos dividir essa tentativa de construção coletiva em dois vieses: a mediação do conflito e a imposição de *uma* representação religiosa. Digo imposição pelo fato de que os demais, as crianças, não puderam optar, e quando observei essa atividade pude perceber que as crianças não revezavam na condução da oração.

Diante de um conflito na entrada dos turnos, no momento do acolhimento das crianças, a escola, na pessoa da vice-gestora tentou que a oração contemplasse a todos. Contudo com a rejeição por parte dos alunos, a oração que pedia *"aos espíritos de luz"* proteção para aquela escola e para a comunidade, foi a que prevaleceu. A descrição feita pela Gestora Rosinalva é reveladora de tensão no momento da entrada, além de deixar transparecer na sua fala o quanto individual tem sido essa atividade que é realizada com todos *juntos.* Os católicos rezam o pai-nosso, os evangélicos oram ao senhor, e no momento em que não se consegue a mediação e a participação, todos repetem a prece criada pelo membro espírita.

CAPÍTULO 3 CICLOS FESTIVOS NA ESCOLA PÚBLICA: CONFLITOS E MEDIAÇÕES - COMO A DIVERSIDADE RELIGIOSA SE APRESENTA

O campo empírico tem suscitado questões importantes, entre as quais a devoção aos santos católicos (Santo Antonio, São João e São Pedro) no espaço público e a reação contrária dos evangélicos, chegando alguns a repudiar que tais atividades envolvam seus filhos. Atividade lúdico/cultural ou devoção aos santos católicos? Expressão cultural ou homenagem a São João? De que forma vivenciar os Ciclos Festivos contemplando a diversidade religiosa presente no espaço escolar? De que forma garantir o direito da não participação dos evangélicos nos Ciclos Festivos sem prejuízo letivo para os estudantes? Essas questões têm se mostrado como um desafio, pois tanto a categoria devoção quanto ludicidade vem criando corpo na pesquisa, mostrando-se como chave de compreensão. A brincadeira, principalmente com as crianças pequenas de cinco e seis anos, facilita os processos de socialização e, no contexto dos Ciclos Festivos são carregadas de elementos religiosos. A reconfiguração das festas nos faz pensar nos objetivos desses momentos na escola (devoção/ludicidade), na interação dos agentes e como (e se) são representados e respeitados na sua identidade/diversidade religiosa.

A categoria festa surge na pesquisa como um recorte etnográfico/metodológico, sendo na experiência das atividades dos Ciclos Festivos que parte das observações foram registradas. Nesse capítulo pretendo discutir as festividades que acontecem nos Ciclos, na escola, sob a ótica da devoção e da ludicidade, em especial o Ciclo Junino[30]. Esses dois vieses demonstram o entendimento do nativo, especialmente os responsáveis pelas crianças, do que compreendem por sagrado e profano, por *separado e santo*. A necessidade de escrever mais a fundo acerca das observações do Ciclo Junino se dá pelo fato de considerá-lo como aquele que traz mais elementos católicos na sua vivência e onde percebo a maior recusa da participação dos alunos. Em entrevista ao Diácono Daniel, a explicação dada para que não festejem as festas juninas segue assim descrita:

> *Diácono Daniel:* Com relação a Festa Junina, aí é mais complexo ainda, por quê? Aí a gente teria que ir pro original dessa festa, eu tenho estudos em

[30] Em artigo apresentado no III Simpósio Internacional de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, em Recife, 2010, intitulado "Devoção e Ludicidade: Ciclo Festivo na Escola Pública", discuto sobre esses dois vieses no espaço público escolar.

> casa que falam..., eu até sou palestrante de União[31] na Igreja, então quando chegam as festas juninas, a Igreja vai alertar o adolescente com relação a esta data de festa junina, pra não se envolver, não dançar, não se contaminar, não comer as comidas que vem do arraial, isso seria se contaminar.
> *Edi* - Essas comidas a que o Senhor se refere são as comidas típicas, tradicionais que nós comemos durante o período junino?
> *Diácono Daniel* - Você pode comer, você em casa pode comer, vai na Ceasa[32] compra o milho faz em casa, mas no arraial não. Ali aquela comida tá sendo consagrada aos deuses daquele período. Se você for católica, você pode tá se chocando, e dizer mas não é São João, São Pedro, eles não são santos? Mas se você for lá em Êxodo, Deus tá proibindo de fazer imagem aqui na terra, quando eu estou lembrando São João, mesmo, na verdade eu estou reverenciando o homem e homem nenhum pode ser adorado e reverenciado. Homem nenhum, homem é homem, Deus é Deus. São homens santos, quer dizer separados e do mesmo que jeito que quando você aceita Jesus você é santo ele é santo também. Essa é a palavra 'separado', separou. Quando a gente fala de se envolver com essas festas, a gente... a igreja do senhor Jesus tem que influenciar o mundo e não ser influenciado por ela. A gente perde a característica de Igreja, entendeu? Nós é que temos que mudar o pensamento do mundo não o mundo mudar o nosso pensamento (Entrevista realizada em 20/02/2011)

No relato feito pelo Diácono Daniel, percebo que a orientação dada aos jovens e adolescentes pertencentes à Assembléia de Deus acerca das festas juninas utiliza como base os ensinamentos bíblicos e a concepção de que eles foram 'separados' do mundo ao entrarem para a religião. Em pesquisa de mestrado[33], o Pastor Cláudio José da Silva (2003) realizou seu trabalho sobre os usos e costumes da Assembléia de Deus e as mudanças que ocorreram durante a história dos noventa anos da Assembléia no Brasil. Fazendo um histórico da formação e expansão da Assembléia de Deus nos estados brasileiros, a orientação acerca dos usos e costumes que fazem o 'crente' assembleiano está assim definida:

> A Assembléia de Deus nasceu como movimento de ênfase no Espírito Santo e no falar línguas estranhas (glossolalia) que sempre estiveram presentes como marco nesta igreja; porém no decorrer de suas evoluções se estruturaram como forma de se comportar e se conduzir fundamentados em uma seleção de textos sagrados que repetidos no decorrer dos tempos tornaram impregnados como regra de conduta e vinculada à obediência a Deus (SILVA, 2003, p. 14).

[31] Perguntando ao Diácono Daniel o que ele chamou de União, foi explicado que a União são os grupos de jovens, de adolescentes. Cada grupo tem um nome que é escolhido por eles, no quarto capítulo discuto sobre o papel desses grupos na formação dos jovens.
[32] CEASA – Centro de Abastecimento Alimentar.
[33] "A Doutrina dos Usos e Costumes na Assembléia de Deus". Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Goiânia, 2003, Cláudio José da Silva.

Tanto os usos e costumes com base em escritos bíblicos quanto a idéia de separação a partir da inserção na Assembléia de Deus, fazem parte dos fundamentos doutrinários dessa igreja, utilizando-se inclusive da palavra ‘mundo’ como uma categoria de acusação. Os evangélicos, de acordo com o que nos diz o Diácono Daniel, com o que observo em campo e com a pesquisa de Silva (2003), vivem em um mundo separado, criou-se um mundo separado, não só do ponto de vista ético – das proibições – como do ponto de vista de uma rotina de vida. É preciso que o ‘crente’ pareça ser crente e que haja como tal e o Diácono Daniel continua,

> *Diácono Daniel*: Seria até interessante você ver Edi que, talvez você não porque você trabalha com vários tipos de alunos, vários tipos de criança ..., mas seria chocante você pegar um aluno que é evangélico da Assembléia de Deus pintar ele todinho, botar a roupa de São João e ele sair e vir pra escola. Não entra na nossa natureza um negócio desses não! (Entrevista realizada em 20/02/2011).

Percebi durante a fala do Diácono Daniel que em seu discurso religioso a cultura dos outros – dos que não são assembleianos – é posta como algo fora do seu universo religioso. Os elementos de outras religiões se mesclam com a cultura vivenciada por esse outro não evangélico é abolida do cotidiano dos assembleianos, sendo repudiada e ensinada aos mais jovens como uma coisa a ser coibida. A Bíblia é a regra única de fé e conduta, considerada como modelo padrão, nas palavras de Silva (2003), as culturas é que são inseridas nesses ensinamentos. Sabe-se que a rigidez dessas regras e condutas varia entre as congregações, mesmo dentro da Assembléia de Deus existem as variações, mudanças nos costumes, rupturas e divisões. Os evangélicos integrantes da Igreja Batista, Universal do Reino de Deus, entre outras são bem mais flexíveis aos costumes, sendo inclusive comum ver alunos dessas congregações participando de atividades festivas na escola. Observo que essa diferença se intensifica nos momentos de festa, posto que a condição de ser o *verdadeiro evangélico* é posta pelos assembleianos.

3.1 A festa: momento lúdico

As atividades festivas sempre foram e tem sido motivo de muita movimentação nas escolas, fazendo parte desse processo os ensaios, canções, concursos, danças, e a culminância propriamente dita, quando toda a escola se reúne para ‘festejar’.

A ausência das crianças nos dias festivos é termômetro da insatisfação de alguns pais e responsáveis. *"Onde estão as crianças que ensaiaram a quadrilha?"* Nos perguntávamos professoras, frente ao salão quase vazio.

Os exemplos[34] poderão melhor ilustrar o que tenho verificado no campo durante a pesquisa. A descrição dos exemplos abaixo amplia os já citados no início desse trabalho, contudo se referem apenas ao Ciclo Junino.

- Após participar dos ensaios para a quadrilha junina sem autorização dos responsáveis, uma estudante de 06 anos foi impedida de participar da atividade depois que sua mãe descobriu, pelo fato de ser evangélica. A menina saiu da atividade aos prantos;
- Percebi que os irmãos maiores controlam os menores para que não participem das atividades que envolvam dança (frevo, samba), no carnaval (forró, quadrilha) no São João. Eles chegam a ir até a sala de aula dos pequenos para dizer às professoras que são *crentes;*
- A escola pediu que os estudantes vendessem a rifa de um balaio junino para arrecadar dinheiro para a festa do dia das crianças, uma mãe que faz parte da Assembléia de Deus perguntou à professora se seria obrigada a vender, dizendo que aquela atividade era "*coisa do cão*", acredito que se referindo ao caráter profano da venda e segundo ela não faziam "*coisa com santo"*.
- A freqüência dos estudantes caiu em cerca de 40% nos dia de culminância, em grande parte dos estudantes evangélicos e os que compareceram, apenas observavam os colegas brincarem.
- Uma professora católica promoveu o *acorda povo*, com desfile da bandeira de São João pela escola, exibindo um mastro com a figura do santo.
- A professora pintou sardas no rosto das meninas, para caracterização de matutas[35], no dia seguinte, a mãe compareceu à escola para dizer que a sua filha teve alergia. Elas são evangélicas. E a menina não era alérgica, fato esse que foi confirmado pela mãe quando perguntada em outro momento.

As festas são práticas coletivas de resistência e também está associada com o momento de brincar. Segundo Itani (2003) a brincadeira se realiza juntamente com a experiência ritual da memória coletiva, vivência do passado com o presente.

[34] Os exemplos citados contemplam apenas as festividades do Ciclo Junino.
[35] Ver interessante trabalho de Judas Tadeu de Campos: " Festas Juninas nas Escolas: Lições de preconceitos".

Esse momento lúdico, expresso na ‘brincadeira festiva’, encontra campo fértil no solo escolar. Percebo que a vivência desses momentos é mais importante que o produto da atividade (a dança da quadrilha junina, por exemplo), as crianças, principalmente as menores, alheias às proibições da religião participam como em qualquer outra brincadeira. A possibilidade do encontro com o outro e consigo mesmo, momentos de fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, momentos de vida pode ser percebido não só no semblante como nas conversas com as crianças. Em entrevista ao aluno Wallace Rodrigues, 10 anos, sobre a experiência de ter participado do pastoril, pude perceber o quanto a atividade foi importante para ele:

> *Edi*: O que você sentiu ao participar do pastoril?
> *Aluno Wallace*: Eu senti um negócio agitado aqui dentro. Foi muito bom, todo mundo olhando pra mim, brincando comigo e quando foi a minha vez de desfilar foi a parte que eu mais gostei.
> *Edi:* Você sabia que foi o primeiro menino a participar do pastoril dessa escola?
> *Wallace*: Sabia.
> *Edi:* Não sentiu medo ou vergonha?
> *Wallace*: Eu pedi pra tia pra dançar e ela disse que se eu não aperriasse eu ia. Eu já dancei na quadrilha, no frevo...
> *Edi:* Você é evangélico?
> Wallace: Eu vou pra escola dominical, ma eu não sou batizado. Se batizar não pode dançar mais, igual a Roseli
> (Entrevista realizada em 20/12/2010)

O aluno Wallace se autodenomina evangélico, mas participa das danças pelo fato de não ter sido ainda batizado, faz referência a uma colega de classe que deixou de dançar quando passou pelo rito de passagem do batismo. Ele participou pela primeira vez do pastoril da Escola Municipal do Jordão com o personagem do Anjo e seu registro em desenho está nos anexos desse trabalho, os detalhes do registro mostram com que alegria se expressa. O anjo está no centro do desenho, ladeado pela pastoras, ele é o centro das atenções. Observei em diferentes situações e com mais de uma criança o quanto fundamental é o batismo para elas, representando a inserção na igreja. O comportamento muda e as cobranças aumentam, é bastante interessante perceber a ‘adequação’ delas a essa nova condição e o respeito ao compromisso religioso. No Capítulo 5 dessa dissertação irei aprofundar um pouco mais sobre as mudanças causadas no comportamento das crianças após o batismo.

Com aluna Ellen Fábia, 11 anos, aconteceu de não obedecer a orientação da mãe, participando assim do pastoril.

> *Edi:* Qual a tua religião?
> *Aluna Ellen*: Assembléia de Deus de Belém.
> *Edi:*Você já participou de alguma outra igreja evangélica em algum outro lugar?
> *Ellen:* Já.
> *Edi:* Onde?
> *Ellen:* Rio de Janeiro. Assembléia de Deus Madureira.
> *Edi:* Qual a festa que você mais gosta de participar aqui na escola?
> *Ellen*: No natal, do pastoril.
> *Edi:* Qual é teu personagem?
> *Ellen:* A mestra, cor vermelha e representa o sangue de Cristo, ou.... o manto de Jesus.
> *Edi*: A tua mãe te deixa participar do pastoril?
> *Ellen*: Ela dizia que eu não podia ir, mas eu ia mesmo assim. Ela dizia: *Ellen vigia!* Por que eu sou evangélica e ela dizia pra eu vigiar as coisas que eu faço.
> (Entrevista realizada em 20/12/2010)

A Assembléia de Deus Madureira, de acordo com Silva (2003), é flexível quanto às normas e costumes, e os pais de Ellen Fábia não cobravam tanto dela sua obediência ao que orienta a doutrina da igreja. Mesmo sua mãe pedindo que *vigiasse* seus atos, Ellen participava do pastoril da escola, para poder brincar e estar junto dos demais colegas nesse momento.

Entendendo a ludicidade como uma necessidade humana, vemos nos exemplos citados acima que através do brincar/festejar, o impedimento dado pela orientação religiosa dos estudantes tem sido elemento desagregador nesse momento, revelando no campo empírico, o conflito e a tensão. As atividades lúdicas vão além do jogo e da brincadeira, elas propiciam experiência de plenitude, entrelaça os sonhos, a fantasia com o simbólico. Através dos jogos e cultos ou rituais, nos fala Huizinga (1996), podemos encontrar características comuns tais como ordem, tensão, mudanças, movimento, solenidade e entusiasmo. Para esse autor, tanto os jogos quanto os cultos têm o poder de transferir os participantes por um espaço de tempo, para um mundo diferente da vida cotidiana, continuando seus efeitos por algum tempo.

Ressaltando a diferença de forma negativa, ao ponto de causar desconforto entre as crianças, o impedimento da participação nas atividades festivas traz à tona a tensão existente nesses momentos. Em entrevista abaixo, observamos o que nos fala a gestora da E. M. Édson Cantarelli:

> *Edi:* Você lembra de alguma criança que foi impedida de participar da festa devido a sua religião?
> *Gestora Mônica:* De mente não lembro nenhum caso específico, não. Sei que algumas crianças, muitas vezes, têm o desejo de participar, chega inclusive a ensaiar, mas no dia da apresentação ela não comparece e a gente já sabe que a mãe não permite; ou ainda outra situação que a gente mesmo conversa com os pais antes de o aluno ensaiar, né? Porque ele diz que pode ensaiar, mas a gente tem que perguntar, eles são crianças e muitas vezes eles não podem e fica assim é.... às vezes se sentindo diferentes por não poder participar das atividades da escola (Entrevista realizada em 01/07/10)

Em suas palavras as crianças sentem-se diferentes por não poderem participar das festividades e, assim sendo o momento lúdico proposto lhes é negado. A interpretação dupla desses momentos – ludicidade/devoção - se dá devido aos elementos religiosos, sabidamente católicos no caso do Ciclo Junino, que estão presentes nessa festa. Na Escola M. Pastor Mugumba a gestora descreve o impedimento da seguinte forma:

> _ *Edi:* Já presenciou algum aluno querendo participar das festas e ser impedido?
> _ *Gestora Rosinalva:* Já presenciei sim. Vários. Ele quer e fica frustrado, não é só com festa não. A gente distribuiu livro, teve pai que veio devolver o livro e disse que a gente desse para o filho da gente que o dele era evangélico e não ia ler porcaria de livro não, ia ler a Bíblia. Que isso não era coisa de levar para casa dele não, que o filho dele não ia ler isso não, teria que ler coisa da Bíblia. Devolveu o livro, projetos, atividades que voltavam, o menino não participa. O menino ensaia aqui, e no dia o pai não trouxe porque ele não pode participar, porque o pai não deixa. Vê o menino apanhar porque enganou o pai, traiu a Bíblia (Entrevista realizada em 15/07/10).

Observei que alguns pais extrapolam a proibição para outros tipos de atividades que não envolvem a dança ou o movimento do corpo. E no relato da gestora acima, o sentimento que as crianças expressam é de traição, quando ocorre o contrário. Percebo que para a escola, para os professores o impedimento de participar das atividades festivas, representa um sofrimento nas crianças, pois muitas exprimem esse sentimento com palavras ou ações. Para os pais o impedimento irá garantir que seu filho não se envolva em experiências que não são condizentes com sua orientação religiosa e com sua salvação.

Através desses momentos lúdicos, carregados de elementos religiosos, podemos utilizar a categoria festa como um fato que deixa à mostra as coisas sociais como elas são (MAUSS, 2003). Deixam à mostra os conflitos existentes, revelando que a sociedade/escola

não tem sido tão igualitária quanto diz ser e que muitas vezes os direitos são desrespeitados e a diferença não é reconhecida.

Referindo-se aos fatos sociais totais, Marcel Mauss fala de determinados tipos de trocas cerimoniais – materiais e simbólicas – que acionam de maneira simultânea, planos diversos (religioso, econômico, jurídico, moral, estético, morfológico) de uma sociedade.

O entrecruzamento de culturas, raças e costumes marcam as festividades em nosso país, e na escola elas também têm a intenção lúdica. Contudo, a relação existente entre a participação/não participação, atitudes, olhares, sentimentos traduzidos nesses momentos pelo viés religioso é o diferencial desafiador dessa pesquisa. Em um território historicamente católico, são os elementos evangélicos que tem aparecido e se feito presente de forma mais marcante e contundente. A presença religiosa em um espaço público (sabidamente laico) tem demonstrado a disputa por espaço e poder, bem como necessidade de reconhecimento positivo. Como dito antes, a importância da interação na construção do reconhecimento e da identidade tem sido fundamental, nas palavras de Taylor (1994), visto que a ausência desse reconhecimento agride.

A vivência dos Ciclos festivos, com seu caráter agregador e desagregador, são de muita importância na vida escolar, pois como um rito elas reúnem religião e arte, sagrado e profano, o teatro e a vida literária (ITANI, 2003).

Contudo o entendimento acerca do que vem a ser sagrado e profano não é invariável e assim, muda a forma de interpretação das pessoas, fato esse que se torna mais visível se analisados a partir dos preceitos e orientações religiosas diferentes. Em outras palavras, o que é considerado sagrado/profano para alguém pode não ser para outro. Uma possível hipótese é que onde a escola propõe uma atividade com caráter lúdico, ela passa a ter caráter devocional através das leituras do que é sagrado e do que é profano para cada religião. Podemos ainda pensar que, não sendo o momento lúdico ou festivo aleatório, este não tem contemplado a diversidade religiosa existente no espaço escolar, sendo proposto com intenção de reafirmar a hegemonia de elementos católicos, presente nos festejos juninos e assim entrando em conflito com as demais representações religiosas. No relato abaixo, observamos que o preconceito a tais atividades é citado e, na concepção da professora tem prejudicado o trabalho pedagógico.

> *_Edi:* Algum aluno deixou de participar de atividades festivas devido a sua orientação religiosa?
> *_ Professora Luiza*: Sim.
> Como eu já falei antes, principalmente os evangélicos, aqueles que por uma formação familiar ou religiosa dizem que aquele tipo de apresentação,

> preconceituosa (?), diz que não é coisa de Deus, daí eles se retraem, por mais que a gente converse, que explique, que fale, mas há sempre uma rejeição. Agora, com essa lei que tem, não lembro o número (10639/09), que faz com que a gente trabalhe isso em sala de aula, talvez venha a melhorar um pouco essa situação porque o preconceito existe sim e ta muito forte, ao ponto do aluno não poder cantar uma música de roda porque não é uma música religiosa, fica muito complicado... (Entrevista realizada em 13/08/2010).

A professora cita também a Lei 10639/03 que em sua opinião tende a favorecer o debate acerca de questões de preconceito e de certa forma da religiosidade dos afro-brasileiros. Contudo, em outros relatos, vemos que o Estado não vem investindo na formação de professores dentro da temática específica de religião. Com os gestores, as formações se ocupam da organização financeira da escola, mediação de conflitos, elevação dos índices de aquisição da leitura e da escrita.[36]

> _ *Edi:* Você já participou de alguma formação na Rede sobre religião?
> _ *Professora Luiza:* Olhe que eu tenha participado por Recife não, eu fui por Jaboatão. Teve um primeiro seminário na semana passada com relação à Lei e com relação à diversidade.
> *_Edi:* Religiosa também?
> *_Professora Luiza:* Sim, principalmente indígena e africana, e falar no macumbeiro. E eu tava explicando lá embaixo eu macumba significa cura e macumbeiro homem que cura, então não tem nada de pejorativo.
> Aliás, volto atrás, no ano retrasado a gente trabalhava Recife Multicultural, então obviamente que entrou a religiosidade.

O tema da formação citada acima foi a Lei 10639/03, que trata, como falado antes, dos conteúdos da história e cultura africana e dos índios brasileiros. Nesses momentos os temas de diversidade cultural são debatidos e fala-se um pouco dos elementos religiosos desses dois grupos, contudo os evangélicos ou outras denominações religiosas ficam fora do debate.

3.2 A Festa: momento de devoção

A festa, com seu caráter repetitivo, pela sua potencialidade em reunir a coletividade, pela reencenação de ritos, têm ainda a dimensão representativa da mudança de um tempo cíclico. Tempo de brincar, tempo de estudar, tempo de trabalhar, tempo de festejar. Essas atividades diferenciadas não significam necessariamente o oposto umas das outras: são estados distintos de uma mesma realidade, a atividade humana.

[36] Utilizo como fonte para essa afirmação as formações em que participo há dez anos como gestora na Rede Pública de Ensino do Recife.

Nesses momentos de festa coletiva, há uma suspensão da atividade cotidiana, envolvendo todos os participantes em um momento único. Em artigo intitulado *"Victor Turner e antropologia da experiência"*[37], John C. Dawsey (2005) discute sobre a comunhão das experiências coletivas.

> Nos momentos de suspensão das relações cotidianas é possível ter uma percepção mais funda dos laços que unem as pessoas. Despojadas dos sinais diacríticos que as diferenciam e as contrapõem no tecido social, e sob os efeitos de choque que acompanham o curto-circuito desses sinais numa situação de liminaridade, pessoas podem ver-se frente a frente. Voltam a sentir-se como havendo sido feitas do mesmo barro do qual o universo social e simbólico, como se movido pela ação de alguma oleira oculta recria-se. A essa experiência Turner dá o nome de *communitas* (DAWSEY, 2005, p. 165).

As atividades dos Ciclos Festivos que acontecem no espaço escolar com seu caráter coletivo, também são denominadas de acontecimentos rituais, portanto, de acordo com os trabalhos de Christina Toren (2006), existe presente no/e para além da atividade ritual, o comportamento ritual, que se expressa no poder da comunicação. Ela reforça que

> (...) a experiência infantil de incorporar um comportamento ou uma série de comportamentos rituais é crucial para o processo de desenvolvimento graças ao qual, ao fim de algum tempo, as crianças vêm a atribuir significado àquele comportamento, de tal modo que a performance deste torna-se simbólica do referido significado e, enquanto tal, obrigatória (TOREN, 2006, p. 466).

A autora declara que o poder comunicativo do ritual é expresso, com o tempo, como resultado de um processo de aprendizagem, onde tornamos significativos certos comportamentos ritualizados. Concordo com a idéia defendida por Christina Toren de que a experiência ritual pode influenciar no comportamento que as crianças terão a partir dali. O significado atribuído aos sentimentos, às sensações experimentadas na dança do pastoril ou quadrilha junina pode mudar algo no interior de uma menina evangélica que não vivencia o movimento do corpo. Ouvindo a fala de Dona Alda, ao explicar por que sua filha não pode dançar na escola, entendemos esse modo de pensar.

> *Edi* – Existe alguma atividade na escola que os seus filhos deixam de participar?

[37] "Victor Turner e Antropologia da Experiência", Cadernos de Campo, nº 13, 2005, USP, São Paulo.

> *Alda* - Existe. Se for um trabalho de ciranda, participa,...agora se for essas músicas assim de samba, que não tem letra, que às vezes a criança vai dançar pelo lado sexual, aí não. Aí eu digo a ela (a professora da filha), quando for coisa assim, se for possível não coloque Raquel. Aí ela disse: ó Alda, agora vem no currículo, a ordem vem da Prefeitura, tem a aula em classe, mas também tem que saber o que é samba, o que é frevo, ciranda...
> O frevo, dependendo, ela pode participar, porque não é tanto, às vezes eles só fazem pular, mas quando passa pra negócio de mexer o corpo, ta entendendo?
> *Edi* – E no São João (Festas Juninas)? Tem alguma orientação da sua religião (evangélica da Assembléia de Deus) para não participar?
> *Alda* - Quadrilha também não! É uma dança que veio.... assim... eles comemoram a morte de João Batista, é a lembrança da morte de João Batista.
> *Edi* – Mas vocês têm esse tipo de orientação na Igreja, o pastor faz algum tipo de pregação nesse sentido?
> *Alda* – Lá sim, por que a Bíblia diz que o cristão, como Jesus, tem que ser separado. São Pedro mesmo diz assim: Jesus era santo, ele não pecou, ele como homem, ele não pecou, e a Bíblia nos ensinou a viver separado, quem é dedicado a palavra de Deus tem que viver separado.
> *Edi* – Quando deixam de participar de alguma atividade na escola, eles (os filhos) tem alguma reação?
> *Alda* – Não. Só quando eram pequenos, depois eles já sabem e eu digo: então fale com a professora que ela vai entender (Entrevista realizada em 20/08/2010)

Entendo que a mãe tem receio que experimentando uma atividade curricular que vai de encontro aos seus preceitos religiosos, a menina “mexa o corpo” em uma dança e não consiga “separar” o que é do mundo com o que é de Deus: o sagrado do profano. A atividade propõe a dança, despertando para o corpo como forma de expressão, e ao mesmo tempo estimula para o que é do *mundo*, pois a linguagem da música não põe o sagrado em evidência. Nesse momento o centro da atenção não é Deus.

As atividades/momentos rituais dos Ciclos Festivos, que envolvem elementos religiosos no espaço público escolar, permitem que as pessoas envolvidas passem por essa vivência, contribuindo no aprendizado e na apreensão cognitiva de elementos que, devido à pluralidade das orientações religiosas, não são permitidos em suas formações. A leitura que tem sido feita, a partir das minhas observações no campo empírico é a de que os responsáveis (pais, tios, avós...), não permitem que suas crianças participem de determinadas atividades escolares, os Ciclos Festivos, para não incorrer em desobediência aos seus preceitos religiosos, bem como não ‘correrem o risco ‘ de que essa influência modifique algo nas concepções religiosas de seus filhos. Eles têm tentado e muitas vezes conseguido, realizar o desejo (diferente de exercer um direito, pois não tem sido garantido pelo Estado) de viver sua crença.

A mudança poderia acontecer através dos ritos de passagem que nos falou Van Gennep, contudo concordo com a idéia de absorção do comportamento ritual através da experiência, no pensamento de Christina Toren. Para Van Gennep, com os ritos de passagem os indivíduos são obrigados a mudar de posição dentro do sistema, enquanto que Toren defende uma mudança mais sutil, um aprendizado ritualizado. Não acredito que as experiências com os Ciclos Festivos possam representar a mudança obrigatória da orientação religiosa de um aluno, mas poderá influenciar nas interpretações que ele faça sobre proibições, diferenças culturais e religiosas dentro da escola.

Esses momentos rituais são vistos pelos pais e responsáveis como momentos devocionais, sendo explícita a consagração à divindade (São João), tratado com intimidade e claramente expressando um sentimento religioso. De acordo com Pierre Bourdieu (1996), a linguagem que o corpo expressa na relação com a devoção, se configura como relações de comunicação que implicam não somente relações lingüísticas, mas também de poder simbólico.

As ações rituais implicam sempre na possibilidade de conservação ou reestruturação da ordem social, e, de acordo com o pensamento de Durkheim, o rito renova o vínculo social, criando uma ‘comunhão’, cujos efeitos se repercutem no mundo profano.

No exemplo abaixo citado, temos o relato de uma gestora na ocasião de uma festa junina.

> *Gestora Rosinalva:* Chegou o São João, aí outra confusão!
> Mesmo a gente trabalhando com os meninos, fazendo balão, essas coisas, a vida de Luiz Gonzaga..., vamos trabalhar Luiz Gonzaga, um monte de coisa, Luiza (Professora) ia pra sala, botava música, não foi o santo São João, foi o Ciclo Junino, o que era, festa da cultura, tudinho, aí quando chega a semana que ia ter apresentação, vai num vai, a mãe: eu não vou deixar porque minha filha não vai dançar forró, essa música ela não vai dançar e a gente conversou..... minha filha não vai dançar com nenhum menino que eu não vou estimular a safadeza. Aí pra gente convencer essas mães a mandarem as filhas pra vir, dissemos que era obrigatório na carga horária de artes, que era atividade de artes e que não era atividade de santo Antônio, nem do pastor, nem do padre, nem de santo nenhum, foi exatamente assim que a professora disse. Aí eu vi a professora discutindo com a mãe, a mãe discutindo com a professora, aí eu disse assim: mãe, a gente aqui não ta celebrando o papa, não tá celebrando ninguém não, a gente tá celebrando os festejos juninos que é pra vivenciar, o menino tem que vivenciar as datas, vivenciar as festas, e faz parte de artes, é dança, é música....
> Depois de muito convencer elas trouxeram os meninos, elas trazem e ficam vigiando ali, enfeitam os meninos, são os que mais enfeitam, botam vestido matuto, mas vigilância controlada, totalmente, fica tudo na grade.....

> *_Edi*: Elas falam algo se referindo ao santo? Se a escola está fazendo adoração ao santo?
> *_Não*. Quando, elas falam é porque é evangélica e não quer que a escola trabalhe o filho dela com santo nenhum, porque não são católicos, não trabalham com santo e santo é do diabo, elas dizem...
> Aí a gente tem que ter maior cuidado pra na hora da festa não dizer 'Viva São João!', "Viva São fulano!'. Aí no meio da festa eu disse assim, Luiza, toma conta aí um pouquinho do microfone, aí no final da festa Luiza fez; Viva São João! Aí pelo amor de Deus! Não diga viva São João, nem São Pedro nem são ninguém, porque elas ficam olhando dali e os meninos, né?
> Eu disse pronto, tudo que eu tinha feito, o trabalho pra dizer que não era festa de santo nenhum, eu percebi que aquilo quebrou, quer dizer, na próxima festa que tiver eu não vou ter essa cumplicidade delas, tenho que tomar o maior cuidado (Entrevista realizada em 15/07/2010)

O entendimento sobre a 'sacralidade' de uma atividade festiva na escola, encontra-se no fato de aparecerem representados nesse momento os santos católicos. Se as crianças são evangélicas, como farão reverência a outra religião? Os pais e responsáveis entendem aquele momento como impróprio para seus filhos e tentativa de mediação proposta pela escola é facilmente rompida, pois tem sido construída de forma não institucional. Não é a garantia de um direito de forma igualitária. Hoje acontece, mas amanhã pode não acontecer mais, basta que um dos dois lados - escola e responsáveis/pais – não queira mais ceder.

3.3 Ciclos Festivos: vivendo essa experiência

As atividades dos Ciclos Festivos acontecem nas três escolas pesquisadas, com mais ou menos ênfase em alguns deles, seja no Ciclo Carnavalesco, Ciclo Junino ou Natalino. O quadro abaixo explicita que vivências festivas cada escola pesquisada prioriza, qual o formato da realização das festas (se individual ou coletivo), a atividade vivenciada e quais os elementos religiosos que podem ser percebidos nessas atividades. Os Ciclos carnavalesco, junino e natalino estão presentes nas três escolas; outras festas como páscoa, dia das mães, dia das crianças e dia da pátria que fogem do calendário festivo cultural dos ciclo também aparecem. Percebe-se a presença das festividades do folclore que são distribuídas por todo o mês de agosto e o Dia da Consciência Negra que surge como um diferencial nos três calendários. Nessa sessão discutirei dois momentos específicos da vivência dos Ciclos: os ensaios[38] e a culminância[39],

[38] Algumas atividades festivas, principalmente aquelas que envolvem danças, precisam ser ensaiadas repetidas vezes para a apresentação no dia da festa.
[39] Chama-se culminância o dia das apresentações das danças, apresentações de teatro, leituras. É o dia em que toda a escola se reúne para socializar o que foi vivenciado durante o período que compreende aquele ciclo.

Escola Municipal do Jordão

Mês	Formato da realização	Formato da realização	Atividade	Elemento religioso observado
Fevereiro	Carnaval	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Frevo, capoeira, concurso de fantasias	Elemento da religiosidade afro-brasileira
Março	Dia da Mulher	Ativ. realizada apenas em sala de aula	Confecção de presentes, palestras	
Abril	Páscoa	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Encenação da paixão de Cristo, Ceia coletiva, leitura da Bíblia	Elementos religiosos católicos e evangélicos
Maio	Dia das Mães	Ativ. individualizada em sala de aula	Confecção de presentes	
Junho	Festas Juninas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Concurso de Rainha do Milho, Acorda Povo, quadrilha, danças típicas	Elementos religiosos católicos
Julho	Recesso	-	-	-
Agosto	Folclore	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Palestras; repetem –se as ativ do carnaval, São João e Natal; leituras de textos da cultura popular	Elementos da religiosidade afro-brasileira; Elementos religiosos católicos
Setembro	Dia da Pátria	Às vezes podem ocorrer desfile cívico nas ruas do bairro	Desfile Cívico; confecção da bandeira do Brasil	
Outubro	Dia das Crianças, Dia dos Professores	A primeira festa é coletiva, a segunda é individual	Brincadeiras, danças, jogos	
Novembro	Dia da Consciência Negra	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Capoeira, maracatu, poesia, desfile afro.	Elementos religiosos afro-brasileiros
Dezembro	Festas Natalinas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Pastoril, coral,	Elementos religiosos católicos

Escola Municipal Deputado Édson Cantarelli

Mês	Formato da realização	Formato da realização	Atividade	Elemento religioso observado
Fevereiro	Carnaval	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Frevo, samba, maracatu, 'baile de carnaval'	Elemento da religiosidade afro-brasileira
Março	Dia da Mulher	Ativ. individualizada em sala de aula	Confecção de presentes, palestras	
Abril	Páscoa	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Palestra com pastor evangélico	Elem. religioso evangélico
Maio	Dia das Mães	Ativ realizada com as mães coletivamente	Palestra com agentes de saúde, pastor ou padre, poesias, canções, lanche coletivo	Elemento religioso católico ou evangélico
Junho	Festas Juninas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Danças típicas (quadrilha, forró...)	
Julho	Recesso	Recesso	Recesso	Recesso
Agosto	Folclore	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Repetem –se as ativ do carnaval, São João e Natal; leituras de textos da cultura popular	Elementos da religiosidade afro-brasileira; Elementos religiosos católicos
Setembro	Dia da Pátria		Desfile Cívico; confecção da bandeira do Brasil	
Outubro	Dia das Crianças, Dia dos Professores		Brincadeiras, danças, jogos	
Novembro	Dia da Consciência Negra	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Capoeira, maracatu, danças afro.	Elementos religiosos afro-brasileiros
Dezembro	Festas Natalinas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Coral, teatro	Elementos religiosos católicos e evangélicos

Escola Municipal Pastor Munguba Sobrinho

Mês	Formato da realização	Formato da realização	Atividade	Elemento religioso observado
Fevereiro	Carnaval	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Frevo, samba, 'baile de carnaval'	Elemento da religiosidade afro-brasileira
Março	Dia da Mulher	Ativ. individualizada em sala de aula	Confecção de presentes, palestras	
Abril	Páscoa	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Palestra com pastor evangélico	Elem. religioso evangélico
Maio	Dia das Mães	Ativ realizada com as mães coletivamente	Palestra com, pastor ou padre, poesias, canções, lanche coletivo	Elemento religioso católico ou evangélico
Junho	Festas Juninas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Danças típicas (quadrilha, forró...)	
Julho	Recesso	Recesso	Recesso	Recesso
Agosto	Folclore	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Repetem –se as ativ do carnaval, São João e Natal; leituras de textos da cultura popular	Elementos da religiosidade afro-brasileira; Elementos religiosos católicos
Setembro	Dia da Pátria		Desfile Cívico; confecção da bandeira do Brasil	
Outubro	Dia das Crianças, Dia dos Professores		Brincadeiras, danças, jogos	
Novembro	Dia da Consciência Negra	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Capoeira, maracatu, danças afro.	Elementos religiosos afro-brasileiros
Dezembro	Festas Natalinas	Ativ. coletiva com ensaio e culminância	Coral, teatro	Elementos religiosos católicos e evangélicos

O *formato da realização* das atividades varia pouco de uma escola para outra, podendo ser individual ou coletiva. Quando feita de forma individual, são vivenciadas nas salas de aula, os alunos com suas professoras; quando é coletiva, todos os alunos da escola reúnem-se

em dia específico para esse fim, sempre no pátio da escola. Esses são os chamados 'dias de festa'.

A *atividade* pode ser bem variada com palestras, desfiles, concursos, encenações, danças, jogos, trabalhos de pesquisa. Entre as danças destacam-se as atividades dos Ciclos Festivos: frevo, maracatu, quadrilha junina e pastoril.

Na observação dos *elementos religiosos,* percebi que no carnaval e no Dia da Consciência Negra os elementos afro-brasileiros encontram espaço; os elementos católicos aparecem nas atividades da páscoa, dia das mães, festas juninas, do folclore e do natal; os elementos evangélicos aprecem na páscoa e no dia das mães; não pude observar elementos espíritas ou de outra denominação religiosa inseridos nas festividades das escolas. Vale salientar que os elementos evangélicos aparecem mais nas escolas em que as gestoras se autodenominam evangélicas.

Os momentos de ensaio acontecem no horário em que as crianças estão em aula, fazendo parte das atividades comuns do dia letivo. Muitas vezes os pais/responsáveis não têm conhecimento do tipo de atividade que seus filhos estão fazendo na escola. São nesses momentos que muitas crianças evangélicas participam de atividades que suas famílias não permitem devido à orientação religiosa. Percebo que os professores conduzem como qualquer outro conteúdo pedagógico e as crianças gostam muito dessa *brincadeira.* A tensão se apresenta quando a família toma consciência da atividade, chegando alguns pais/responsáveis alertar os professores no início do ano letivo das atividades que seus filhos não podem participar. Em entrevista abaixo temos o relato da tensão que permeou os dois momentos do processo festivo, o ensaio e a culminância. Ao ser questionada sobre a proibição de alunos evangélicos em festas na escola, a Professora Rose da Escola Édson Cantarelli respondeu:

> *Professora Rose* - Sim. Eu já presenciei alunos...uma aluna especificamente que queria muito participar, muito mesmo, aí eu convenci a mãe pra que ela viesse pelo menos para observar.
> *Edi* - Qual era a festa?
> Foi uma festa do Ciclo Junino, o São João, e ela estava louca pra participar da quadrilha, chegou a ensaiar, até que eu fiquei sabendo que ela era evangélica e a mãe falou que ela não podia participar. Essa menina chorou muito durante a semana inteira pedindo a mim pra convencer a mãe que ela deveria ir. Eu convenci a mãe dizendo que não abonaria a falta, como ela era Bolsa Escola[40],

[40] O Programa Bolsa Escola é um programa federal de transferência de renda para as famílias de baixo poder aquisitivo, repassado pelas prefeituras, tem no Recife a maior bolsa do Brasil, no valor de um salário mínimo para famílias com mais de uma criança na escola. Por ser um valor relativamente alto, do ponto de vista dos beneficiários, existe um grande receio em perder tal benefício. A contrapartida da família é a presença do aluno na escola e o acompanhamento dos pais, com três faltas sem justificativa o benefício é suspenso. Muitas

> recebia Bolsa Escola, a mãe permitiu que ela viesse. Mas a aluna ficou aqui constrangidíssima pela vontade de participar e não poder porque havia a determinação da família de que ela não poderia participar daquele momento ali. Pra fazer ela compreender que eu não poderia impor a mãe dela aceitar a atividade, que ela não poderia participar porque a mãe não permitia, sem também deixar a mãe em uma situação desconfortável, ser a vilã da história, foi muito difícil. Aí brinquei de outras formas, deixei ela participar de outros momentos, de brincadeiras de pescaria, tentei contornar da melhor forma possível, mas ela ficou realmente muito decepcionada (comentário: às vezes a gente não sabe qual é o trauma maior, se é presenciar se é faltar..) Na verdade eu atendi o pedido dela, que ela queria presenciar, ela queria estar aqui. Eu fiz esse esforço de conversar, de chegar até a mãe, de convencê-la a trazer, a mãe trouxe pela única razão de ser uma falta, de levar uma falta, mas não ficou muito confortável não, e pra mim também foi difícil porque a menina também se sentiu mal diante da situação de ver os colegas e não poder participar (Entrevista realizada em 18/08/2010).

Nesse relato podemos perceber que a professora se utilizou de uma ameaça para convencer a mãe em deixar sua filha ao menos assistir àquela atividade, pensando no bem estar emocional da criança. Contudo o direito de não participar de uma atividade que não é aceita pela orientação religiosa dessa criança não foi respeitada. A educação religiosa dos filhos diz respeito aos pais e não cabe à escola negar esse direito na tentativa de garantir um outro direito à criança. O Estado deve ser o garantidor dos direitos aos quais os indivíduos reivindicam, nesse exemplo, o de não participar, foi negado. Essas ‘mediações’ são feitas por alguns professores, de forma isolada, não representando a presença do Estado. Pelo carinho e aproximação com as crianças, os professores driblam o desejo dos pais de que seus filhos não participem de festas escolares e se utilizam desses expedientes em favor do que entendem ser o melhor para seus alunos.

Em entrevista a Professora Luiza da Escola Pastor Mugumba, verifiquei a mesma tensão.

> *Edi* - A religião dos alunos já atrapalhou de alguma forma a condução de alguma atividade?
> *Professora Luiza* - Já. Principalmente dos evangélicos. Quando a gente trabalha a questão da arte principalmente, trabalha música... eu gosto de trabalhar história e geografia com música. Principalmente nós que estamos no Nordeste, eu trabalho muito com Luiz Gonzaga. Por que Luiz Gonzaga, ao meu ver, ele é um historiador, então eu utilizo as músicas para trabalhar com eles, não só história e geografia, mas português, qualquer área do conhecimento, Luiz Gonzaga se integra muito bem e por vezes os pais não aceitam a música profana, os evangélicos especialmente. Outra coisa que eu enfrento é quando a gente vai trabalhar a história do negro e a história do

vezes a bolsa é utilizada como moeda de troca pelos professores para que os alunos evangélicos freqüentem os momentos festivos da escola. Moeda de troca forçada.

> índio por conta da religiosidade. Quando a gente começa a falar da religiosidade do africano e do indígena vem de novo a questão da religião evangélica combatendo. Por que quando a gente trabalha os orixás, não é? Eles entendem que a gente ta conduzindo os alunos e na visão de alguns evangélicos, é a imagem, então tem um preconceito muito forte em cima disso, por vezes eu fui até mal vista nessa situação.
> Outra questão também quando você ta trabalhando a musicalidade dos alunos, a dança, eles não aceitam que os filhos participem de eventos. Verbalizam e proíbem. E a gente percebe isso no dia da culminância que não vem, até você pode fazer na sala, ensaiar fora do domínio da família, mas quando é no dia da culminância eles não participam (Entrevista realizada em 13/08/2010).

Servindo também como um momento em que as crianças evangélicas extravasam uma conduta educacional com muitas proibições e regras, os momentos festivos na escola, são a saída do cotidiano, vislumbrado como uma fuga para algumas crianças. Muitos se contentam em ensaiar, mesmo sabendo que na culminância não virão, pois durante os ensaios fizeram o que lhes é proibido.

> *Professora Rose* - Alguns alunos eu percebo a influência dessa questão religiosa também, porque eles são tão presos, sabe? às normas, às regras em casa, não pode isso não pode aquilo. Ah, meu filho em casa ele brinca de bicicleta, ele vai pra igreja, ele vive isso, ele vive aquilo. E a escola parece que é o campo de fuga, o local onde ele pode extravasar a necessidade da criança mesmo de brincar e aí essa questão também interfere porque eles usam a escola como um canal de liberação, entendeu, é aqui que eles conseguem extravasar o que eles em casa tem que estar respeitando aquela ordem, aquela disciplina que a própria família impõe mediante aquela doutrina que fazem parte (Entrevista realizada em 18/08/10, na Escola Édson Cantarelli).

Tem sido recorrente nas entrevistas com as gestoras e as professoras a importância dada aos ensaios, demonstrando serem esses momentos privilegiados para as crianças. Além dos grupos dos quais fazem parte nas suas igrejas, o grupo de colegas da escola é importante no seu processo de socialização e identificação. No período em que ocorrem os ensaios, longe dos olhos dos pais, essas atividades são naturalmente incorporadas ao cotidiano escolar. Nada mais comum que assistir dentro das escolas o processo dos ensaios das quadrilhas juninas, dos pastoris, dos grupos de frevo. Portanto os ensaios têm surgido como estratégias de alguns alunos para poder participar das festas da escola. A Professora Luiza revela em seu relato que o fato de ensaiar às escondidas não tem sido tão prazeroso para alguns alunos. Eles têm vivido em meio às proibições da família e imposições da escola.

> *Edi:* Como tem sido a participação dos alunos nos ensaios?
> *Professora Luiza:* Aqueles que não podem vir (na festa), eles ensaiam muitos deles escondidos da família, ta entendendo? Até porque, pela maneira de eu trabalhar, eu digo tudo; tudo que a gente trabalha aqui ta inserido nos parâmetros curriculares, então tudo que nós fazemos aqui é aula.
> Então eu mostro pra eles que na caderneta ta mostrando o objetivo que nós temos que seguir, que é preciso alcançar, então eles participam, alguns mais soltos, outros mais retraídos, alguns entrando em choque, porque entram em choque? Porque minha família diz que não e a escola diz que sim, e eu onde fico nessa história então, acontece. Agora aqui a maioria participa, mas tem uns que no dia a mãe não permite que venha (Entrevista realizada em 13/08/2010).

Para Diana Amorim, 16 anos, ex-aluna da Escola Municipal do Jordão, que ensaia o pastoril para as alunas menores existe diferença entre o ensaio e a culminância:

> *Edi*: Quando você dançava o pastoril aqui na escola, gostava mais do dia da culminância ou dos ensaios?
> *Diana:* Dos dois.
> *Edi:* Era diferente? A sensação era diferente?
> *Diana*: Era, no ensaio era só a gente, na apresentação tinha mais gente, era bom também. No ensaio muitas meninas participavam e às vezes no dia não vinha, mas as que não podiam saiam logo. No dia da festa todo mundo olhava pra gente, vinha assistir ... e a gente vestia a roupa de cada cor dos cordões, o azul e o encarnado.Participava de duas festas (Entrevista realizada em 10/11/2010).

Participar dos ensaios e das culminâncias apresenta ser muito mais do que participar de duas festas. A carga ritualística da culminância tende a ser maior devido a toda preparação, encenação, ansiedade, emoção que circunda o processo.

Será que ao permitir que seus filhos evangélicos participem dos ensaios das festas na escola os pais vêem esses momentos como menos ‘perigosos’?

Em meio ao trabalho pedagógico que é proposto com as atividades festivas no espaço escolar, as mediações, jogos de poder, conflitos e estratégias de participação estão sempre presentes no relato dos agentes entrevistados. Observo uma mudança nos calendários com a vivência do Dia da Consciência Negra, momento este em que durante o mês de novembro, no mínimo no período de uma semana, tanto a Prefeitura quanto as escolas promovem atividades diversificadas em que a presença dos afro-descendentes está em evidência. No discurso dos professores tem sido evidenciado essa mudança e esse acréscimo ao calendário pedagógico.

Acredito que o estímulo para que um pouco da cultura afro-descendentes apareça como protagonista dentro das escolas, possa favorecer as relações com a diferença. Contudo o elemento religioso quase não aparece, dando-se prioridade à chamada ‘cultura afro’, presente nas roupas, danças, formas de vestir e de comer. No discurso da Professora Luiza sobre o conteúdo religioso que trabalha com seus alunos ela define religiosidade como unidade, respeito, solidariedade em contraponto ao preconceito.

> *Edi:* Você trabalha conteúdo religioso com os seus alunos?
> *Professora Luiza*: Religioso sim. Sem identificar religiosidade, tipos de religião falo, falar de religião, falar com relação a Deus, falar com relação à crença no universo, a essa forma, a religião vista como você X o outro, unidade, respeito, solidariedade, pra mim isso é religiosidade. Identificar a religião judaica, a religião protestante, a religião católica, a religião como eu falei, dos escravos, dos negros africanos, a espiritual, então tudo isso é importante, essa diversidade, para que o aluno compreenda que ele tem a dele e como ele quer ser respeitado ele tem que conhecer a do outro para respeitar, isso é importante em sala de aula. Principalmente pra acabar com o preconceito (Entrevista realizada em 13/08/2010).

Nos conteúdos de aula, nas tarefas pedagógicas, os professores incluem elementos da religiosidade com o objetivo de incluir diferentes culturas, estimular o respeito às diferenças e à convivência pacífica com o outro.

CAPÍTULO 4 “DESCENDO NAS ÁGUAS”, “ROCHA ETERNA” E “AS DUAS CORES DA DIANA”: REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS DAS CRIANÇAS

A necessidade de discutir sobre as representações religiosas das crianças surgiu no final da coleta dos dados, quando achei que seria relevante para essa pesquisa saber como as crianças se autodenominavam sobre sua religião. A riqueza das informações obtidas com as crianças me fez pensar o quão pequeno era meu conhecimento sobre o que pensam, como vivem essa religiosidade, e nos termos nativos que pra mim eram tão desconhecidos. Mais do que quantificar as diversas orientações religiosas, pude adentrar um pouco mais nesse vasto conhecimento que os pequenos trazem de suas casas todos os dias para dentro da escola e que nem sempre lhes são buscados. Nesse capítulo discutirei um pouco sobre a influência do batismo no comportamento das crianças, bem como a formação religiosa que é dada nos grupos de jovens e as representações religiosas que elas constroem a partir das atividades festivas da escola.

4.1 “Descendo nas águas”

Ao realizar a coleta dos dados através da entrevistas, as conversas informais, participação das atividades festivas nas três escolas, observação dos ensaios, fotografias, registro dos desenhos das crianças, sempre surgiam elementos novos que eu desconhecia e que assim dificultava a minha compreensão e a interpretação de algumas situações. Desconhecia a mudança no comportamento e a cobrança que ocorre com as crianças após o rito de passagem do batismo. Antes dessa etapa algumas atitudes ainda são permitidas pelos pais e algumas crianças não cumprem as regras doutrinárias tão à risca, pois não são considerados pertencentes de fato àquela religião. Em conversa com a aluna Camila Ramos, 11 anos, ela cita o batismo como fator de impedimento para participação no pastoril.

Edi: - Você tem alguma religião?
Camila: - Tenho, sou evangélica.
Edi - Qual a igreja que você participa?
Camila: - Assembléia de Deus, Sonho Dourado.
Edi - Faz tempo que você é evangélica?
Camila - Desde criança, mas comecei a freqüentar mais agora.
Edi - E você é batizada.
Camila - Não. Porque só pode com doze anos.

> *Edi* - Depois que a criança é batizada muda algum aspecto na orientação religiosa?
> *Camila* - Muda sim. Não pode, quando tá estressada, não pode chamar palavrão, não pode brigar com as pessoas, tem que ficar calma, sempre falar de Deus, pregar (Entrevista realizada em 10/12/2010).

Em entrevista ao Diácono Daniel, o mesmo revela que ao *"descer nas águas"* o crente tem sua vida modificada, daí em diante ele nasce novamente e passa a viver em mundo totalmente separado e voltado para Deus. Na *Revista do Discipulado (2000),* que orienta o crente da Assembléia de Deus com explicações sobre a doutrina, costumes, normas e credo da igreja, encontramos o batismo como um credo a ser seguido e assim descrito "... no batismo bíblico com o Espírito Santo que nos é dado por Deus mediante a intercessão de Cristo, com a evidência inicial de falar em outras línguas conforme a sua vontade" (p. 64).

Na mesma Revista do Discipulado há orientações para serem dadas aos jovens que fazem parte dos grupos sobre o significado atribuídos às festas do 'mundo'. Esses princípios quando praticados desde crianças faz o crente mais forte em contraponto aos 'valores relativos do mundo', de acordo com o que informou o diácono.

> *Edi:* - Vocês se sentem vivendo em mundo e práticas separadas? Conseguem separar o que é de Deus do que é do homem?
> *Diácono Daniel*: - Isso. O mundo hoje secular ele é o que? Ele defende os valores relativos. O que é certo hoje, daqui a cinco anos não é mais. O que é certo hoje amanhã pode não ser mais. Já nós evangélicos defendemos os valores absolutos, ou seja, o que a Bíblia diz. E se a Bíblia diz que isso aqui é pecado, disse lá no passado, tá dizendo hoje e vai dizer sempre.
> Por exemplo, saci-pererê, boi-da-cara-preta, esse negócio que é lembrado aqui na escola secular, a Bíblia, ela fala isso como crenças, crendices que é, que foi inventado pelos homens, criado na imaginação dos homens e tira o foco principal que é Deus, entendeu? Deus. Pra nós o centro de tudo é Deus. Deu pra entender? Então se a Bíblia diz que a gente deve ser santo, você sabe que a palavra santo no original quer dizer separado. Então se eu sou santo, se Deus me santificou, se Deus me separou, então eu tenho que ficar afastado de tudo que representa vamos dizer assim, o que o mundo comemora. Entendeu? Se o mundo comemora então eu que sou separado, não comemoro. Essa é a nossa visão. A visão assembleiana (Entrevista realizada em 20/02/2011).

Na visão assembleiana o mundo defende valores relativos, que mudam de acordo com a época, a cultura observada, enquanto que os evangélicos da Assembléia de Deus defendem os valores absolutos que tem a Bíblia como princípio e que não varia em tempo, lugar ou cultura. Estando Deus acima da cultura, do que é criado pelo homem. Os valores absolutos que orientam a conduta dos evangélicos da Assembléia de Deus me levam a concluir que os

pertencentes a esse credo vivem em mundo separado, inclusive dos demais evangélicos. Os valores absolutos aos quais defendem tem como base a Bíblia que não pode ser questionada em hipótese alguma. Representa a verdade absoluta que eles crêem. O Diácono Daniel trabalha a doutrina e os costumes com os grupos de jovens e adolescentes em sua igreja e me repassou o que diz a Revista do Discipulado (2000) sobre as 'festas do mundo'; carnaval, festas juninas, Cosme e Damião e como se deve vivenciar a páscoa. Observei que a orientação dada sobre a Festa de Cosme e Damião, que alguns comemoram no dia das crianças diz que:

> Note que o alvo desta festa são as crianças, tudo que usam é tamanho infantil[41]. As crianças são seres indefesos, alvos fáceis pra os demônios. Nós que estamos tendo conhecimento destas verdades, é que temos que tomar as devidas precauções. Vemos algumas vezes crianças e adolescentes oprimidos, agitados, com medo, insônia e não encontramos explicação: algumas vezes estão sendo influenciados por coisas que comem e ganham na escola e na rua e até possuem em casa, cujos pais estão desatentos ou não sabem as origens (p. 29. Grifo meu).

Embora não tenha sido mais explorada no campo por não ter o caráter folclórico, a Festa do Dia das Crianças também apresenta baixa freqüência entre as crianças evangélicas, é comum presenciar professoras trazendo para seus alunos ou até mesmo para todos os alunos da escola, balas, doces, brinquedos em pagamento às promessas feitas em homenagem aos Santos Cosme e Damião. Ainda na Revista do Discipulado lemos que

> (...) o sincretismo religioso afro-brasileiro representa-os como os orixás sudaneses ibejis, amigos das crianças, das festas, das danças e iguarias. Tornou-se assim tradicional o costume de oferecer balas e doces nos dias dos santos gêmeos, chamados popularmente santos "dois-dois" (Revista do Discipulado, 2000, p. 29)

Para os evangélicos da Assembléia de Deus, seguidores de uma doutrina rígida, essas ofertas através de doces, balas, feitas aos santos gêmeos são proibidas de serem recebidas por suas crianças, pois ferem os preceitos da religião.

4.2 "Rocha Eterna"

A doutrina, costumes, normas e credos da igreja são ensinados às crianças desde pequenas nas escolas dominicais e nos grupos de crianças até os 12 anos, adolescentes dos 12

[41] Faz referência os objetos que são usados para servir as comidas aos santos Cosme e Damião.

aos 18 anos e de jovens, que são chamados a “mocidade” da igreja. Na Assembléia de Deus mais citada pelos alunos, ‘Sonho Dourado’, que fica próxima a duas das três escolas/campo, as crianças fazem parte do grupo Cântico dos Querubins e os adolescentes do grupo Rocha Eterna. Nos encontros são realizados trabalhos em grupo, leituras de trechos da bíblia, brincadeiras de perguntas e resposta, a exemplo da gincana que aconteceu durante o carnaval, em que o adolescente vencedor ganharia de presente um *notebook.* Nesses grupos de estudo, também chamados de ‘união’, existem provas sistemáticas sobre o que as crianças e os adolescentes aprenderam, com castigos e/ou premiações, dependendo do resultado das respostas. Camila Ramos descreve bem como acontecem esses encontros:

> -*Edi:* - E o estudo da Bíblia, eles cobram muito?
> -*Camila:* - Cobram muito. Por que quando tem festa tem perguntas e se a pessoa não souber tem que pagar uma prenda, todo mês passa um estudo e no final do mês faz uma prova.
> -*Edi:* - Como vai ser a festa que vai acontecer no carnaval na sua Igreja?
> -*Camila:* - Vai ter uma festa pra ocupar os jovens, os adolescentes, pra eles não irem pro carnaval pra ver aí quem sabe se interessa e deixa a igreja? Aí é pra ocupar. Tem gincana de perguntas pra concorrer a um notebook.
> - *Edi:* - E se o jovem participar do carnaval qual o castigo que pode receber?
> - *Camila:* - Passa um tempo fora da união que faz parte.

Na fala da Camila fica explícita a estratégia de ‘ocupar os jovens’ durante o carnaval para que não corram o risco de se interessar pelo que o ‘mundo’ oferece e deixar a igreja. Acredito que o papel destinado aos grupos de estudo são de grande importância para a construção do pensamento de que os assembleianos vivem em um mundo separado, é um fator de garantia para a continuidade da igreja e do cumprimento da doutrina, das normas e dos costumes desde cedo. Ainda sobre os objetivos dos grupos de estudo, nos fala Camila:

> - *Edi:* - Vocês são cobrados de alguma forma para pôr em prática o que aprendem nos grupos?
> - *Camila:* - Cobra sim, porque tem que aprender as coisas de Deus pra evangelizar as pessoas, aí tem prova pra saber se a pessoa tá estudando, se não aprender faz de novo.
> -*Edi:* - Quais os dias em que você vai à igreja?
> -*Camila*: - Quarta, quinta e sexta; sábado ensaio e domingo.
> - Edi: - O ensaio é do coral?
> -*Camila:* - É da união.
> -*Edi:* - A união é um grupo?
> -*Camila:* - É um grupo de adolescentes, mulher e homem, sentam os meninos atrás e as meninas na frente.
> -Edi: - O nome do grupo é união dos jovens?
> - *Camila*: - Não. *Rocha Eterna.*
> -*Edi*: É bonito o nome!

4.3 “As duas cores da Diana”

Após ouvir das professoras e gestoras das escolas pesquisadas sobre a religião das crianças, senti a necessidade de realizar um levantamento quantitativo da autodenominação que as próprias crianças faziam da sua religião. A coleta desses dados ultrapassou o limite e a frieza dos números, pois as crianças respondiam com alegria e entusiasmo sobre qual igreja participavam, muitas dizendo que faziam parte da mesma igreja do colega de classe. Voltei às Escolas Édson Cantarelli e Pastor Mugumba já que na Escola Municipal do Jordão estou todos os dias para trabalhar. Ao fazer a pergunta: *“Qual sua religião?”*, percebi que soava estranho aos ouvidos das crianças, então modifiquei a pergunta para *“Qual igreja você freqüenta?”*, completando com *“Tem padre ou pastor?”*. Em uma sala com alunos de seis anos uma professora respondeu pela criança *“Esse aqui é evangélico. Eu conheço logo: olha a roupa dele e o cabelo!”*, ao que o menino continuava impassível, mas esse foi só um caso, pois as crianças falavam e cada vez mais elementos surgiam juntamente com as autodenominações da religiosidade[42]. O que me chamou bastante à atenção foi a quantidade de denominações das igrejas, principalmente as evangélicas. Abaixo relaciono esses nomes, que estão descritos tal e qual como foram indicados pelas crianças.

- **Escola Municipal do Jordão:** *Entre as evangélicas*: Igreja Deus é Espírito; Abrigo I – Assembléia de Deus, Casa Nova de Jesus; Dona Maria Barros (ponto de pregação da Assembléia de Deus)**;** Ministério dos Perus (AD); Igreja Messiânica; Convenção Abreu e Lima (AD); Jaqueira Baixa (AD); Sonho Dourado (AD). *Entre as católicas*: Capela São João Batista; Cristo Redentor do Jordão; Nossa Senhora dos Prazeres; Nossa Senhora de Fátima. *Católica Brasileira*: Igreja de Padre Geraldo. Mórmon.
- **Escola Municipal Pastor Munguba Sobrinho:** *Entre as evangélicas:* Igreja Batista do Brasil; Assembléia de Deus Convenção Abreu e Lima; Sonho Dourado (AD); Jaqueira Baixa (AD); Abrigo I - Assembléia de Deus; Missão Caleb; Areeiro I (AD); Igreja Nova Paz; Igreja Grande; Igreja Missionária; Adventista do Sétimo Dia; Igreja Pentecostal Nova Geração; Casa da Bênção; Igreja Costa Cristão; Universal “que tem

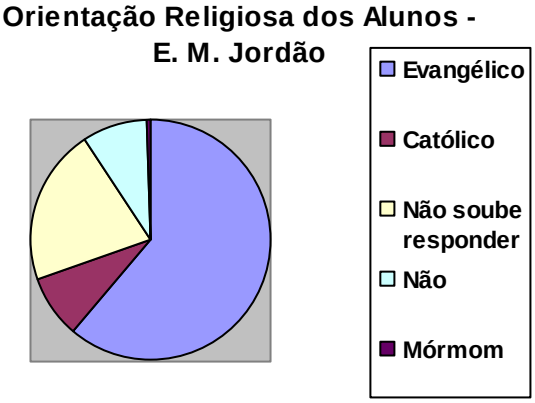
[42] No artigo *“Pesquisando o invisível: percursos metodológicos de uma pesquisa sobre sociabilidade infantil e diversidade religiosa”*, já citado anteriormente no início desse trabalho, Campos também observou que as crianças sentem dificuldade em expressar sua religião com espontaneidade. Em monografia defendida por Juliana Silva, *“O sagrado e o inocente: uma etnografia dos processos de permanência do modelo cristão na concepção infantil de religião”*, 2010, a mesma afirma que a idéia de religião das crianças está muito ligada ao termo igreja. (p. 56).

um passarinho". *Entre as católicas*: Igreja Paz de Cristo; Nossa Senhora do Carmo. *Católica Brasileira*: Igreja de Padre Geraldo.

- **Escola Municipal Deputado Édson Cantarelli:** *Entre as evangélicas:* Igreja Presbiteriana; Igreja do Pastor Robson de lá de cima; Igreja Batista Central do Jordão; Assembléia de Deus da Jaqueira; Igreja Batista da Graça de Deus; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja Batista Pentecostal Canaã; Castelo Branco I (AD); Castelo Branco II (AD); Assembléia de Deus do Ibura; Comunidade Evangélica Nação de Cristo; Igreja da Assembléia de Deus Dendê Ibura; Igreja do Pastor Valter; Igreja do Pastor Jefferson; Igreja Pentecostal; Assembléia de Deus da Sudene; Ministério de Missões O Semeador; Entre as católicas: Igreja Cristo Redentor do Jordão; Capela São Francisco de Assis.

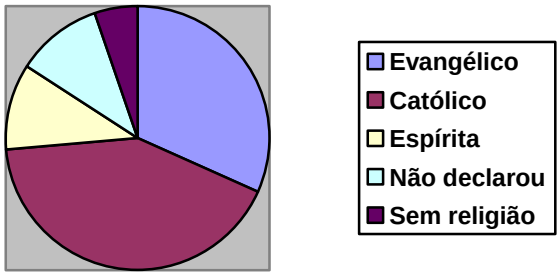
As indicações dos nomes acima foram feitas pelas crianças de seis aos quatorze anos, as crianças de cinco anos tiveram dificuldades de responder e entraram nos gráficos abaixo em *"não soube responder"*. Percebi a dificuldade de algumas das crianças menores de cinco anos quando uma falou que a sua igreja era aquela que tem um *"passarinho na frente"*, fazendo referência à Igreja Universal do Reino de Deus, como depois confirmei com sua mãe. Mas não poderia fazer isso com todas as respostas imprecisas para não comprometer o resultado da pesquisa, quis ser fiel o que as crianças declaravam. Nenhuma das crianças entrevistadas se autodenominou como fazendo parte de centros espíritas, terreiros de candomblé ou qualquer outra denominação religiosa. Como as Escolas Pastor Mugumba e Municipal do Jordão se localizam na mesma rua, algumas igrejas se repetem, já a Escola Édson Cantarelli, foi a que menos apresentou denominação católica. Ao entrevistar quantitativamente as crianças, foi feita também a entrevista com as professoras como pode ser observado nos gráficos. As variações nas denominações representam as localidades em que as igrejas se encontram e, mais do que isso a grande quantidade de templos evangélicos distribuídos em um espaço relativamente pequeno. Assim, percebo como tem sido grande a influência da orientação religiosa, especialmente evangélica na vida das crianças. Os gráficos abaixo representam uma amostra da denominação religiosa dos alunos, pois não foi realizada a pesquisa com a quantidade[43] total dos discentes. Nos três dias de pesquisa a freqüência foi reduzida por motivos diversos.

[43] Na Escola Municipal do Jordão são 393 alunos no total, na Escola Municipal Pastor José Munguba Sobrinho o total é de 319 e na Escola Municipal Deputado Edson Cantarelli são 380.



E. M. do Jordão/ alunos	Quantidade	Percentual
Evangélicos	145	61,18
Católicos	20	8,43
Não	21	8,86
Não soube responder	50	21,09
Mórmon	01	0,42
TOTAL	237	

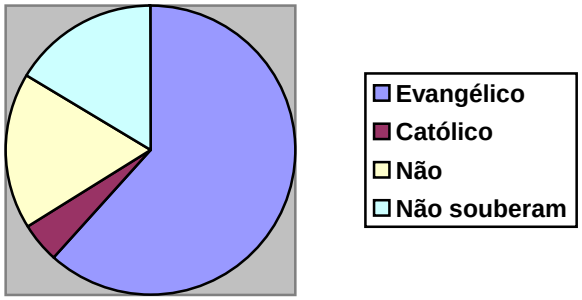
Na Escola Municipal do Jordão dos 237 alunos entrevistados 61,18% são de denominação evangélica sendo a maior parte desses alunos pertencentes à Assembléia de Deus Sonho Dourado; 8,43% são católicos; 8,86 % não freqüentam ou participam esporadicamente de nenhuma igreja ou centro religioso; 21,09% não souberam responder e 0,42%, correspondendo a um aluno se autodenominou mórmon.



E.M. Jordão/ Professoras	Quantidade	Percentual
Evangélicos	06	31,57
Católicos	08	42,10
Não declarou	02	10,52
Espírita	02	10,52
Sem religião	01	5,26
TOTAL	19	

Dentre os 19 professores 31,57% se declararam evangélicos; 42,10 % católicos; 10,52% não declararam a religião; 10,52% são espíritas; 5,26% sem religião.

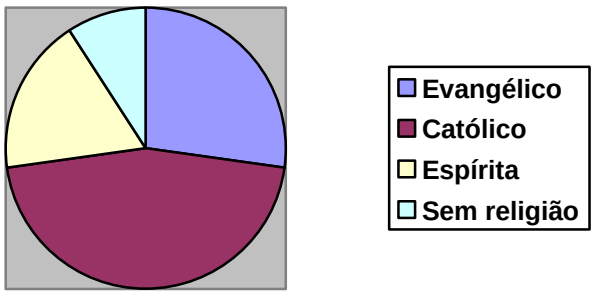
Orientação Religiosa dos Alunos - E. M. Edson Cantarelli



E.M. Cantarelli/Alunos	Quantidade	Percentual
Evangélicos	129	61,72
Católicos	09	4,30
Não	37	17,70
Não soube responder	34	16,26
TOTAL	209	

Dos 209 alunos da Escola M. Édson Cantarelli 61,72% se autodenominaram evangélicos, a exemplo da Escola Municipal do Jordão, grande parte desses alunos freqüentam a Assembléia de Deus, dispersos em várias igrejas, até mesmo no bairro vizinho do Ibura; 4,30% é o percentual dos católicos; 17,70% não freqüentam nenhuma igreja; 16,26% não souberam responder .

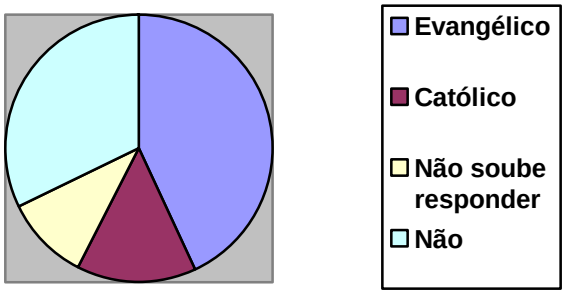
Orientação Religiosa dosProfessores - E. M. Edson Cantarelli



E. M. Cantarelli/Professores	Quantidade	Percentual
Evangélicos	03	25
Católicos	05	41,66
Espírita	02	16,66
Sem religião	01	8,33
TOTAL	12	

O resultado percentual dos professores foi de 41,66% católicos; 25% evangélicos; 16,66% espíritas; 8,33% sem religião. Foram entrevistados 12 professores.

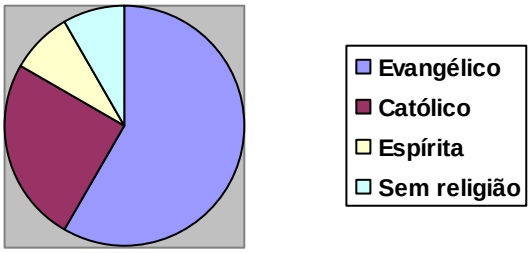
Orientação Religiosa dos Alunos - E. M. Pastor José Munguba Sobrinho



E.M. Munguba/Alunos	Quantidade	Percentual
Evangélicos	92	42,99
Católicos	31	14,48
Não	69	32,24
Não soube responder	22	10,28
TOTAL	214	

Na Escola Municipal Pastor Mugumba, foram entrevistados 214 alunos 42,99% se autodenominam evangélicos, repetindo o que ocorre na Escola Municipal do Jordão, grande parte são da Assembléia de Deus Sonho Dourado; 14,48% são católicos; 32,24% não freqüentam nenhuma instituição religiosa; 10,28% não souberam responder.

Orientação Religiosa dos Professores - E. M. Pastor José Munguba Sobrinho



E. M. Munguba/ Professores	Quantidade	Percentual
Evangélicos	07	58,33
Católicos	03	25
Espíritas	01	8,33
Sem religião	01	8,33
TOTAL	12	

Dos 12 professores 58,33% são evangélicos; 25% católicos; 8,33% espíritas e 8,33% sem religião.

O levantamento deixa explícito que os evangélicos estão em maior número dentro das escolas pesquisadas e essa presença não tem passado incólume, pois como discutido antes, eles se fazem presentes, questionam e cada vez mais reivindicam reconhecimento.

O levantamento deixa explícito que os evangélicos estão em maior número dentro das escolas pesquisadas e essa presença não tem passado incólume, pois como discutido antes, eles se fazem presentes, questionam e cada vez mais reivindicam reconhecimento.

Dos alunos que compõe o dado *"não souberam responder"*, como dito antes, estão as crianças de cinco anos. Entendi que ao saber da sua orientação religiosa por um irmão ou através das características como roupas ou corte de cabelo não correspondesse ao que a criança vivencia. Tanto as variações das denominações das igrejas quanto palavras e ações deixavam transparecer elementos religiosos na vida das crianças. Conversando com as meninas que dançam o pastoril na Escola Municipal do Jordão, várias foram as que disseram o significado dos personagens, as preferências pela coreografia, pelas roupas pelas músicas. Nessa dança existem personagens que representam a visita ao presépio, bem como toda a encenação é voltada para o nascimento de Jesus. A aluna Diana fala um pouco na entrevista sobre suas preferências.

> *Edi:* - Quando você participa do pastoril do que gosta mais?
> *Diana:* - A dança e a música.
> *Edi:* - E o que você acha da roupa?
> *Diana:* - Uma roupa comum, só que uma cor representa o manto de Maria e a outra o manto de Jesus.
> *Edi:* - E tu sabes a diferença, o que cada cor significa?
> *Diana*: - A vermelha de Jesus é o amor e o azul de Maria é a paz, a bondade. A Diana tem as duas cores e serve para manter a paz entre os dois cordões.
> *Edi:* - Quais os outros personagens?
> *Diana:* - Tem a camponesa, a borboleta, a cigana, o anjo, a mestra e a contramestra, o pastor.
> *Edi:* - Você viu que esse ano no pastoril da escola teve um menino participando? Você já tinha visto?
> *Diana:* - Só na Queima da Lapinha, que tem os três reis magos.
> *Edi:* - O que você sabe da queima da lapinha?
> *Diana:* - A queima da lapinha é o fim do Ciclo Natalino pra chegar o Ciclo Carnavalesco. Tem uma fogueira, tem a imagem do santo....não lembro o santo, aí tira a imagem, as pastoras jogam os pedidos e a lapinha é queimada.
> *Edi*: - Acontece onde?
> *Diana:* - Sai da Igreja da Harmonia, em Casa Amarela e de lá vai para o Sítio da Trindade caminhando e dançando, aí quando chega faz uma roda com a lapinha no meio, canta a música da lapinha, mas eu não lembro e a lapinha é queimada.
> *Edi:* - De tudo do pastoril tu achas mais bonito a queima da lapinha?
> *Diana*: - É.
> *Edi*: - Por quê?
> *Diana*: - Sei lá a gente dança e depois tem a queima, eu acho bonito o fogo.
> *Edi:* - E tu não ficas triste por que queima?
> *Diana*: - Fico, mas no outro ano vai ter de novo (Entrevista realizada em 10/12/2010).

Diana Amorim é católica e revela identificar os personagens do pastoril com sua religião. São poucas as crianças que fazem esse elo no pastoril, elas se divertem e brincam. Mas a partir do momento que vem a proibição em participar os significados lhes são apresentados pela família, pelos representantes da igreja. Nesse instante a grande parte obedece e sai das atividades, outras continuam sem que a família saiba. No decorrer da pesquisa pude perceber em ocasiões diversas a necessidade de participar das atividades festivas e não desobedecer à doutrina da igreja e o quanto tem sido difícil essa dupla postura perante aos Ciclos Festivos da escola.

CONCLUSÃO

Os Ciclos Festivos como momento privilegiado para observação dos embates e mediações envolvendo elementos da diversidade religiosa no espaço público escolar, possibilitou apreender muito mais do que pretendia inicialmente essa pesquisa. No caminho fui encontrando outros elementos que envolvem a construção da convivência e das experiências dos agentes nesse contexto, a construção de estratégias para favorecer a convivência e o respeito às diferenças religiosas. A importância dos ensaios e da culminância das festas para as crianças mostrou-se bastante relevante, principalmente para aquelas que são proibidas pelos pais devido à religião e *driblam* essa proibição vivenciando as festas nos ensaios da escola. Pude pensar, a partir de Roberto Motta, que a laicidade da escola pública se mostra relativa, pois com o perceptível crescimento dos evangélicos, não tem sido apenas a hegemonia dos elementos católicos que se apresentam no espaço público. A gramática católica que Montero (2006) defende existir no espaço público tem se mostrado influenciada por elementos pertencentes a outras orientações religiosas, embora a presença da Igreja Católica seja vista de forma naturalizada. Para os agentes que são católicos ou que vivenciam o catolicismo de alguma forma, o ambiente escolar que favorecem os elementos católicos, tornam a escola pública a continuidade da igreja. Contudo esses elementos podem ser contestados de acordo com a configuração religiosa dos demais agentes, dando-se aí os embates.

O ‘passaporte’ político e cultural representam bem as estratégias de avanço sobre os muros da escola pública que são feitas pelos espíritas, espiritualistas e evangélicos. Os portões da frente continuam abertos aos elementos católicos. Acredito que a construção das relações religiosas dentro do espaço público escolar tem contribuído na prática, mesmo que de forma individualizada para garantir o direito que não tem sido garantido pelo Estado. Posto que, de acordo com a orientação da gestão das escolas, dá-se visibilidade à diversidade religiosa dos agentes. O Estado se apropria do discurso multicultural, mas não garante os direitos dos indivíduos no que diz respeito à diversidade religiosa. São as escolas, de forma individualizada que tentam possibilitar o reconhecimento religioso, mesmo que seja para atender uma demanda que tem sido percebida através dos conflitos. Algumas vezes garante direitos, noutras promove visibilidades, em algumas ocasiões invisibiliza a diferença.

Pude concluir que são os agentes – nesse caso os pais e responsáveis - pertencentes à Assembléia de Deus que proíbem veementemente a participação das crianças nas atividades festivas, visto que, como dito pelo Diácono Daniel *“a gente não está interessado se o direito*

vai ser garantido ou não, não traz (para a escola) e pronto! A cultura do mundo não agrada Deus." E, com a intenção de permanecer em universos separados, as crianças são afastadas a todo o momento das coisas que pertencem ao mundo. São afastadas inclusive dos demais evangélicos. Ouço, ao concluir essa dissertação que esse 'mundo separado' dos assembleianos me chama para um passeio por outros caminhos, para adentrar nas estratégias de separação e de vida longe da 'cultura dos homens'.

Sob a idéia de 'correr perigo', 'estar perto do perigo', 'passar pelo perigo', como etmologicamente sugere a palavra *experiência*, os Ciclos Festivos da cultura popular - carnaval, festas juninas e natalinas – serviram como espaço de vivência e convivência; construção de interações e mediação de conflitos entrelaçados pelos elementos religiosos, propiciando um recorte teórico metodológico para esse estudo, sem deixar de representar a possibilidade de mudança nas pessoas que por eles passem. A polifonia do campo, descrita nas vozes de crianças, pais, professores, pesquisadora, religioso, apresenta aos interlocutores que a religião está presente na escola laica, na vida dos indivíduos, permeando as relações dentro do espaço público.

Acredito que as reflexões propostas por essa pesquisa serão contributivas para que, como também sugere Silva (2008), a religião seja vista dentro do espaço público escolar não como uma disciplina desassociada da vida cotidiana, mas que o Estado proponha aos educadores, estudos sobre o fenômeno religioso, suas alternâncias, mediações e importância na formação das crianças e no respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do Tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

AZEVEDO, Thales. **A Religião Civil Brasileira** – um instrumento político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

BERGER, Peter. A Dessecularização do Mundo; uma visão global. **Religião e Sociedade.** Rio de Janeiro, vol. 21, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavalhadas de Pirenópolis**. Goiânia: Editora do Oriente, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira**. Secretaria Especial de promoção da Igualdade Racial, Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1824.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96**, com a nova redação dada pela Lei nº9475, de 22/07/96.

BURITY, Joanildo A. Religião, Política e Cultura. **Tempo Social**, vol.20, nº 2, São Paulo, nov. 2008.

_____. Religião e Política na Fronteira: Desinstitucionalização e Deslocamento numa Relação Historicamente Polêmica. **REVER – Revista de Estudos da Religião**. Nº. 04 – Ano 1 – 2001.

CABO de Santo Agostinho. **Lei 2313/2005**.

CAMPOS, Roberta B. C. Pesquisando o Invisível: Percursos Metodológicos de Uma Pesquisa Sobre a Sociabilidade Infantil e Diversidade Religiosa. **Teoria e Sociedade**. UFMG, 2010.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, MEC, 1988.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A realidade das religiões no Brasil no censo do IBGE – 2000. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As Religiões no Brasil**: Continuidades e Rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CHIANCA, Luciana. Devoção e Diversão: Expressões Contemporâneas de Festas e Santos Católicos. **Revista Anthropológicas**. Ano 11, Vol. 18, 2007.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: Antropologia e Literatura no Século XX. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. A Educação na *Concordata* Brasil-Vaticano. **Educação e Sociedade,** n.º06, vol. 30,Campinas, 2009.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DAWSEY, John C. Victor Turner e Antropologia da Experiência. **Cadernos de Campo.** Nº 13, USP, São Paulo, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: O Sistema Totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 1996.

FALCÃO, Christiane Rocha; CAMPOS, Roberta. A imagem da criança. Reflexões sobre a presença da criança nas religiões. **Anais** da ANPOCS, 2009.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. **Cadernos de Campo**, n.º13, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **Obras e Vidas** – o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. **O Fim da Religião**. São Paulo: Attar, 2002.

_____. Minorias Religiosas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As Religiões no Brasil**: Continuidades e Rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. A Religião que a Modernidade Produz: Sobre a História da Política Religiosa na França. **Dados.** Rio de Janeiro, vol. 44, nº4, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUIZINGA, J. ***Homo Ludens***: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ITANI, Alice. **Festas e Calendários**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

LOPES, José Rogério. Antropologia, Educação e Condicionamentos Culturais: Pensando as Mediações no Processo de Socialização Escolar. **Educar em Revista**. Curitiba, nº 33, 2009.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em Ação: A Demonização dos Cultos Afro-Brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). **Intolerância Religiosa**: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

McLAREN, Peter. **Rituais na escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. **Novos Estudos**, 2006.

_____. Secularização e Espaço Público: a Reinvenção do Pluralismo Religioso no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, vol. 13, 2009.

OLIVEIRA, Luis R. C. de. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. **Série Antropologia**, volume 413: DAN/UnB, 2007.

ORTIZ, Renato. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

PELÚCIO, Larissa. "No Salto"; Trilhas e Percalços de Uma Etnografia entre Travestis que se Prostituem. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

PEIRANO, Marisa G. S. Os Antropólogos e suas Linhagens. **ANPOCS**, 1991.

PIRES, Flávia. Ser Adulta e Pesquisar Crianças: Explorando Possibilidades Metodológicas na Pesquisa Antropológica. **Revista de Antropologia**, Vol. 50, nº 1, São Paulo, 2007.

REVISTA Brincantes. Encarte Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife. 1998

REVISTA do Discipulado. Edições CPAD, Recife, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença**. Palestra no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFRJ (poli copiado)1995

SILVA JR, Hédio. Notas Sobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa**: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Cláudio José da. **A doutrina dos usos e costumes na Assembléia de Deus**. 2003. Dissertação (Mestrado), Goiânia, 2003.

SILVA, Everaldo Fernandes. Ensino Religioso como Ferramenta de Cidadania. In: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife, SEEL. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. **Educadores em Rede**: Articulando a Diversidade e Construindo Singularidades. Recife, 2008.

SZPELETA, Justa; ROCKWELL. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: Examinando a Política de Reconhecimento. Tradução Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As Religiões no Brasil**: Continuidades e Rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.

TOREN, Christina. Como sabemos o que é verdade? O caso do Mana em Fiji. **Revista Mana**, 2006.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**: Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, A. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

VIDAL, Francisco Mateus C. Proposta de um Carnaval Moderno em Pernambuco. **Revista Tempo Histórico,** Vol. 02, Nº 02, Recife, 2010.

ANEXO

Culminância do Ciclo Carnavalesco na Escola M. Pastor Munguba - 2009

Culminância do Ciclo Junino na Escola M. Pastor Munguba - 2009

Culminância do Ciclo Junino da Escola Pastor Munguba Sobrinho - 2009

Culminância do Ciclo Junino da Escola M. Pastor Munguba - 2009

Culminância do Ciclo Natalino da Escola M. do Jordão, ao fundo podemos ver o aluno Walace vestido de ‘anjo’. 2010

Culminância do Ciclo Natalino na Escola Municipal do Jordão -2010

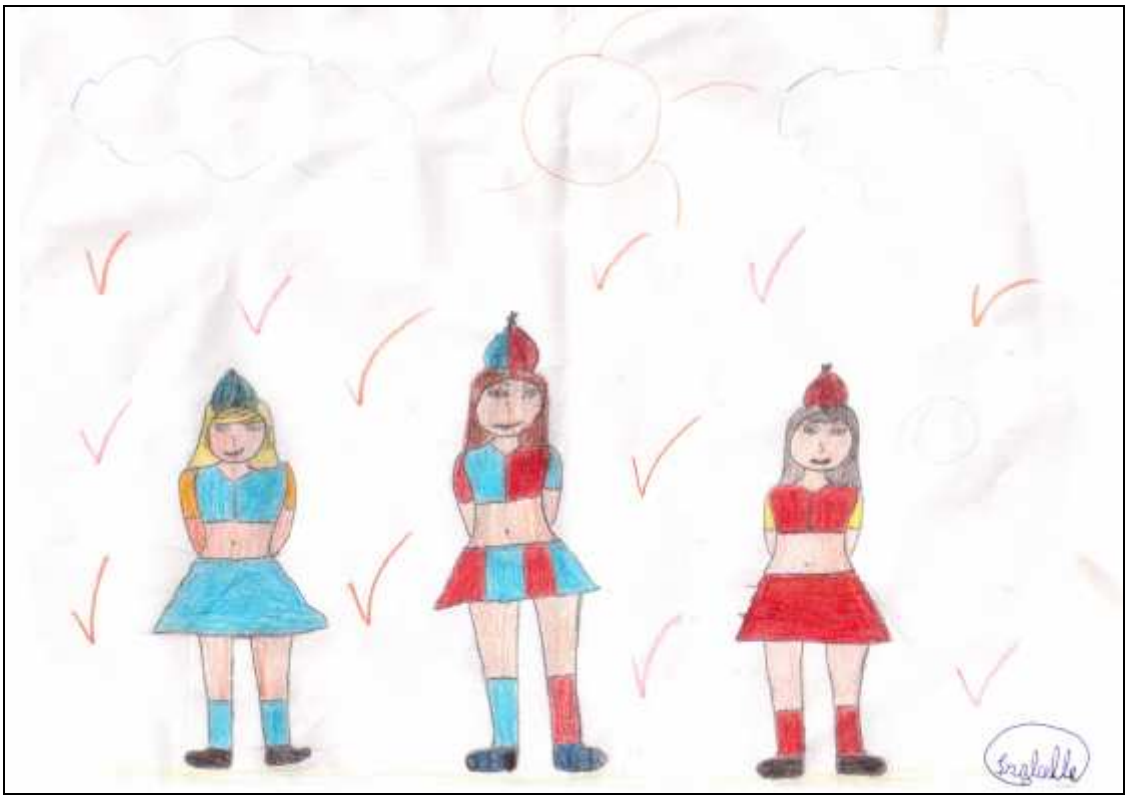


Figura 1. Registro da aluna Isabelle da sua atuação no pastoril da E. M. do Jordão - 2010

Figura 2. Registro do aluno Walace no pastoril da E. M. do Jordão. 2010

Figura 3. Registro da Aluna Marília Roberta da sua atuação no pastoril da E. M. do Jordão.

2010

Figura 4. Registro da aluna Daffiny da sua atuação no pastoril da E. M. do Jordão. 2010

Isabelle e Wallace fazendo os registros em desenho. Dezembro/2010

Daffiny fazendo seu registro em desenho. Dez./2010

Walace concluindo seu registro em desenho. Dez./2010

Culminância do carnaval 2011 na Escola Municipal do Jordão. Na foto o aluno Anderson Gabriel fantasiado de “Caboclo de Lança.”.

Ensaio do frevo para apresentação na culminância do carnaval na Escola M. Édson Cantarelli. Fevereiro/2011

Oração da entrada na Escola M. Pastor José Munguba Sobrinho. Fevereiro/2011

Culminância do Dia da Consciência Negra na Escola M. do Jordão. Nov./2010

Oficina de capoeira na Semana da Consciência Negra para várias escolas da Rede Municipal do Recife promovida pela Prefeitura. Na foto alunos da Escola M. do Jordão. Nov./2010

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ESTUDANTES

Escola_____ Data_____

NOME _____

1- Qual seu nome?
2- Qual a série que você estuda?
3- Com quem você mora?
4- Como é sua casa?
5- O que você costuma fazer quando não está na escola?
6- Você tem religião?
7- Qual a sua igreja?
8- O que você mais gosta de fazer lá na igreja?
9- Mais alguém da sua família participa da igreja? O que fazem lá?
10- Quais os dias e as atividades que você participa na igreja?
11- Do que você mais gosta na escola?
12- Na sua escola tem festa? Quais?
13- Você participa das festas na sua escola? (Se sim, de quais?). Se não, gostaria de participar? Por quê?
14- Qual a festa da escola que você mais gosta de participar/ver?
15- Por que você não pode participar de festas na escola?
16- Tem alguma atividade na igreja que acontece no horário da aula?Qual? Como você faz com as faltas?
17- Na escola tem colegas que participam da mesma igreja que você? Quem?
18- Você sabe se a sua professora tem religião? Como ficou sabendo disso?

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS GESTORES ESCOLARES

ESCOLA_____ DATA_____

NOME _____

1-Qual o seu nome?

2- Qual sua idade?

3- Qual a sua formação?

4- Há quanto tempo exerce a função de professora?

5-Há quanto tempo é funcionária da Rede de Ensino do Recife?

6- Trabalha em outra instituição? Pública ou privada?

7 - Há quanto tempo exerce a função de gestora dessa unidade?

8- Como foi o processo de acesso à função de gestora?

9-Como são vivenciadas as atividades dos Ciclos Festivos nessa unidade?

10 – Como se dá a participação dos estudantes?

11- Você tem observado a freqüência nos dias de festa na escola?

12- Já houve ocasião em que os responsáveis se queixassem das festas por qualquer motivo que seja?

13- Você tem religião? Como foi sua trajetória religiosa?

14- Como é sua participação na igreja? Tem alguma função específica?

15- Mais alguém da sua família participa da mesma igreja?

16 - Você identifica elementos religiosos na vivência dos Ciclos Festivos? Quais?

17 - Você consegue identificar a religião dos estudantes? Por quais elementos?

18 – Você já propôs alguma atividade ligada à sua religião dentro da escola?

19- Qual o objetivo dessa proposta?

20 - Você já observou algum estudante querendo participar das atividades dos Ciclos Festivos e não poder devido à sua condição religiosa? Descreva.

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS PROFESSORES

ESCOLA _____ DATA_____

NOME _____

1-Qual o seu nome?

2- Qual sua idade?

3- Qual a sua formação?

4- Há quanto tempo exerce a função de professora?

5-Há quanto tempo é funcionária da Rede de Ensino do Recife?

6- Trabalha em outra instituição? Pública ou privada?

7- Você identifica a religião dos seus alunos? E dos demais colegas de trabalho?

8 – A religião dos seus alunos, de alguma forma, já atrapalhou na condução de alguma atividade? Qual?

9- O que você acha da vivência dos Ciclos Festivos na escola?

10 - Qual a contribuição pedagógica dos Ciclos Festivos para os conteúdos a serem trabalhados com as crianças?

11- Você trabalha algum conteúdo religioso com seus alunos? De que forma?

12 – Qual o objetivo dessas atividades?

13 – Você já presenciou algum tipo de desconforto de algum aluno nas atividades festivas na escola?

14 – Como os alunos se comportam nas atividades festivas?

15 – Para você qual dos Ciclos Festivos é mais importante de ser vivenciado?

16 – Existe outra atividade festiva na sua escola além dos CF? Quais?

17 – Já houve alguma formação na Rede que tratasse de religião (diversidade religiosa, tolerância...)

18- Você acha esse assunto relevante para seu trabalho? Por quê?

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS RESPONSÁVEIS

ESCOLA _____

NOME_____DATA_____

1-Qual o seu nome?

2 – Qual sua idade?

3 – Quantos filhos (as) você tem?

4 – Quantos estudam nessa escola?

5 – O que você mais gosta nessa escola?

6 – Do que não gosta?

7 - Você tem religião? Qual?

8 – Como é sua participação na igreja?

9 – Quantas pessoas na sua casa participam da mesma igreja?

10- Você acha importante que seus filhos (as) participem da mesma igreja que você?Por quê?

11 – Como você chegou à sua igreja?

12 – Existe alguma atividade na escola que seu filho (a) deixa de participar? Por quê?

13 – Você sabe qual é a religião da professora do seu (sua) filho (a)?

14 - Quando/se seu filho (a) deixa de participar de alguma atividade na escola como ele(a) reage?

15 – O que você acha das festas na escola?

16 – Alguma vez seu (sua) filho (a) participou de alguma festa na escola sem seu consentimento? O que você fez e qual a reação dele (a)?

17 – Você acha importante a vivência dos Ciclos Festivos na escola?

18 – Você acredita que seja importante para seu (sua) filho (a) apreender os conteúdos dos CF?

19 – Existe alguma atividade na sua igreja que ocorra no horário das aulas do seu (sua) filho (a)? O que você faz com as ausências na escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

NOME _____

FUNÇÃO _____ DATA_____

1. Existe algum tipo de orientação específica a ser dada às crianças sobre condutas e/ou comportamento fora da igreja?
2. A partir de que idade as crianças começam a ter orientação sobre sua participação em festividades?
3.Quais os suportes teóricos que vocês utilizam para os ensinamentos com as crianças?
4. Qual o tipo de metodologia é utilizada para os ensinamentos?
5. Os responsáveis pelas crianças recebem orientação sobre festividades?

AUTORIZAÇÃO da entrevista do aluno

Eu, Adriana José da Silva, responsável legal por Maria Roberta da Silva dos Santos, autorizo a utilização da sua fala de forma integral ou reduzida, registrada em entrevistas, autorizo a utilização da sua imagem, em formato fotográfico, e do seu nome em trabalho acadêmico da Mestranda Maria Edi da Silva, em pesquisa intitulada " Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das Manifestações populares dos Ciclos Festivos"

Recife, dezembro de 2010.

Assinatura: Adriana José da Silva

AUTORIZAÇÃO da entrevista do aluno

Eu, Selma de Sá Ramos, responsável legal por Camila Ramos de Oliveira, autorizo a utilização da sua fala de forma integral ou reduzida, registrada em entrevistas, autorizo a utilização da sua imagem, em formato fotográfico, e do seu nome em trabalho acadêmico da Mestranda Maria Edi da Silva, em pesquisa intitulada " Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das Manifestações populares dos Ciclos Festivos"

Recife, dezembro de 2010.

Assinatura: Selma de Sá Ramos

AUTORIZAÇÃO da entrevista do aluno

Eu, Adriana S. da Silva, responsável legal por Wallace da Silva, autorizo a utilização da sua fala de forma integral ou reduzida, registrada em entrevistas, autorizo a utilização da sua imagem, em formato fotográfico, e do seu nome em trabalho acadêmico da Mestranda Maria Edi da Silva, em pesquisa intitulada " Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das Manifestações populares dos Ciclos Festivos"

Recife, dezembro de 2010.

Assinatura: Adriana S. da Silva

AUTORIZAÇÃO da entrevista do aluno

Eu, Isabel Cristina da Silva, responsável legal por Isabelle Cristina Silva Santos, autorizo a utilização da sua fala de forma integral ou reduzida, registrada em entrevistas, autorizo a utilização da sua imagem, em formato fotográfico, e do seu nome em trabalho acadêmico da Mestranda Maria Edi da Silva, em pesquisa intitulada " Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das Manifestações populares dos Ciclos Festivos"

Recife, dezembro de 2010.

Assinatura: Isabel Cristina da Silva

RECIFE

SECRETARIA DE EDUCAÇAO ESPORTE E LAZER
DIRETORIA GERAL DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

Recife, 16 de março 2011

CARTA DE ANUÊNCIA

Assunto: Pesquisa **"Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das manifestações populares dos Ciclos Festivos".**

Informamos que **Maria Edi da Silva,** mestranda do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, está autorizada a utilizar como campo de pesquisa a Escola Municipal do Jordão.

Atenciosamente,

Lenira Silveira Barbosa

Diretora Geral de ensino e Formação Docente

Secretaria de Educação, Esporte e Lazer
Lenira Silveira Barbosa
Diretora Geral de Ensino
e Formação Docente
Mat. 97.693-1

PREFEITURA DO
RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
DIRETORIA GERAL DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

CARTA DE ANUÊNCIA

Recife, 21 de junho de 2010.

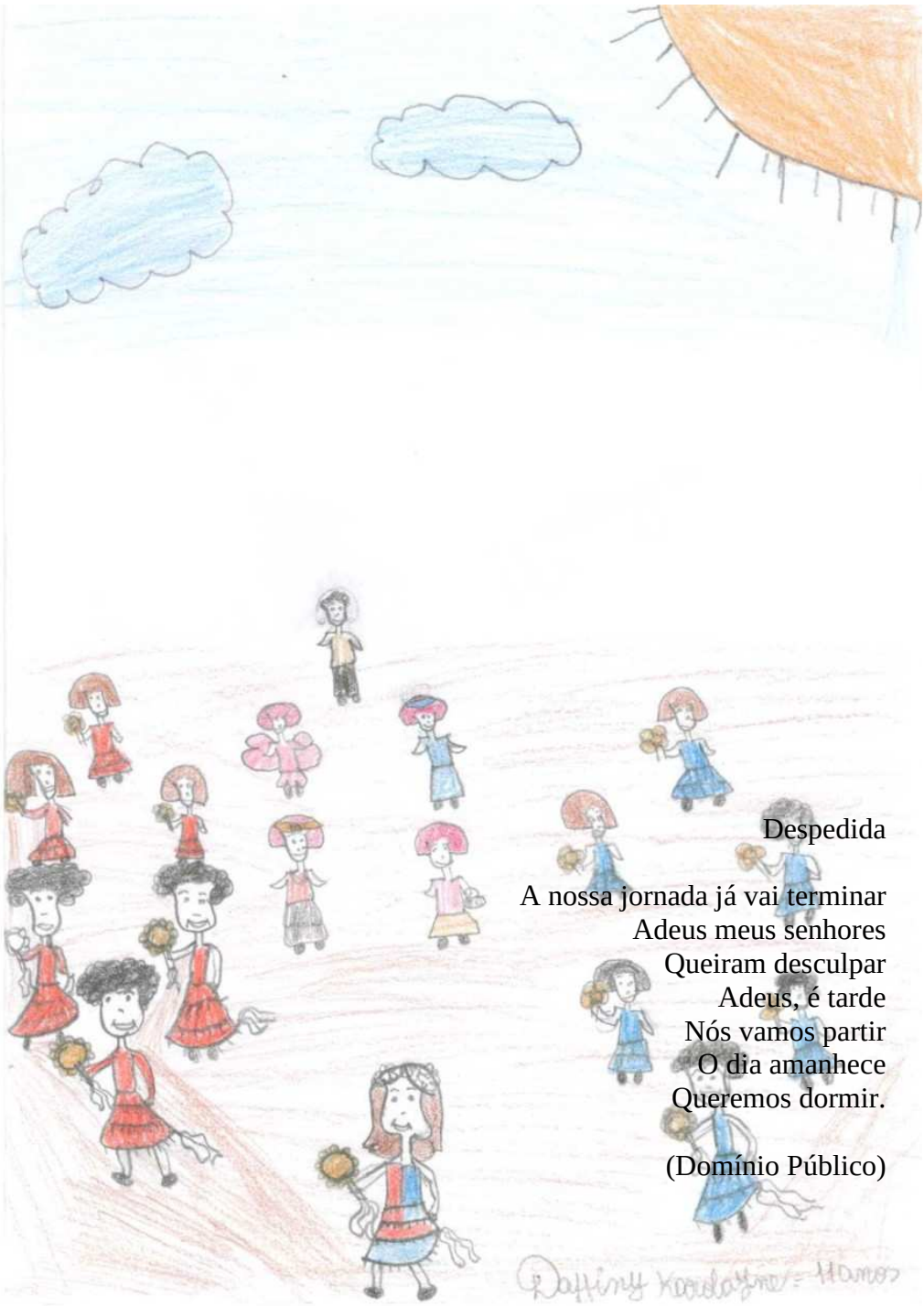
Assunto: Pesquisa "Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das manifestações populares dos Ciclos Festivos"

Informo que **Maria Edi da Silva**, mestranda do curso de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, está autorizada a utilizar como campo de pesquisa as Escolas Municipais Pastor Munguba Sobrinho e Deputado Edson Cantarelli.

Atenciosamente,

Luisa Ednilsa Albuquerque
Diretora Geral de Ensino e Formação Docente

Luisa Ednilsa Albuquerque Santos
Diretora Geral de Ensino e
Formação Docente - DGEFD
SEEL - PCR
Mat. 56303-8



Despedida

A nossa jornada já vai terminar
Adeus meus senhores
Queiram desculpar
Adeus, é tarde
Nós vamos partir
O dia amanhece
Queremos dormir.

(Domínio Público)